

ISSN 18078834



Boletim elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2005

Obra publicada pelo

**Banco do
Nordeste**



Presidente

— Roberto Smith

Diretores

- Augusto Bezerra Cavalcanti Neto
- Francisco de Assis Germano Arruda
- João Emílio Gazzana
- Luis Ethewaldo de Albuquerque Guimarães
- Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral
- Victor Samuel Cavalcante da Ponte

Superintendência de Comunicação e Cultura

— Paulo Sérgio Souto Mota

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste — Etene

José Sydrião de Alencar Júnior
(Superintendente)

Biágio de Oliveira Mendes Júnior
(Coordenação de Pesquisa e Desenvolvimento
da Indústria e Serviços)

Maria Odete Alves
(Coordenação de Pesquisa e Desenvolvimento
Rural)

Equipe responsável

Assuêro Ferreira, Carlos Américo Leite Moreira,
Inez Sílvia Batista Castro e Wendell Márcio
Araújo Carneiro Ádila Maria Barbosa Pinto,
Bruno Alencar Firmo Barreira e Janaína
Saldanha de Carvalho (Estagiários)

Editor

Darlan Ferreira Moreira (CE1230JP)

Revisão

Hermano José Pinho

Normalização Bibliográfica

Rodrigo Leite Rebouças

BNB/Etene

Av. Paranjana, 5700, Passaré, CEP 60.740-000,
Fortaleza, Ceará - Brasil
conjuntura@bnb.gov.br

*Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem
necessariamente o ponto de vista do BNB*

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme decreto nº. 1823, de 20 de dezembro de 1907

BNB Conjuntura Econômica. – N. 3 (mar.-abr. 2005)- . – Fortaleza : Banco do
Nordeste do Brasil, 2005- .

n. ; il.

Bimestral.

ISSN

1. Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (05)

BNB CONJUNTURA ECONÔMICA
ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Fortaleza-CE n. 3

Março-Abril 2005

SUMÁRIO

05	1 - AVALIAÇÕES E PERSPECTIVAS
05	1.1 - Aplicações do BNB crescem e reduzem estoques do FNE
08	1.2 - Emprego e Renda do Nordeste em 2005
11	2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS
15	3 - NÍVEL DE ATIVIDADE
15	3.1 - Produto Interno Bruto
20	3.2 - Produção Industrial
22	3.2.1 Produção Industrial do Nordeste
25	3.3 - Nível de Utilização da Capacidade Instalada
29	3.4 - Produtividade da Indústria Brasileira
32	3.5 - Comércio
36	3.6 - Agricultura
40	3.7 - Pecuária
43	4 - EMPREGO E RENDIMENTO
43	4.1 Níveis de Desemprego e Ocupação
49	4.2 - Rendimento
51	4.3 - Considerações Adicionais sobre o Emprego Formal
53	5 - SETOR EXTERNO
53	5.1 - Balança Comercial Brasileira
53	5.1.1 Exportações
55	5.1.2 Importações

56 5.2 - Balança Comercial Nordestina

66 5.3 - Balanço de Pagamentos

71 6 - FINANÇAS PÚBLICAS

72 6.1 - Necessidades de Financiamento do Setor Público

74 6.2 - Dívida Mobiliária Federal

1 - AVALIAÇÕES E PERSPECTIVAS

1.1 - Aplicações do BNB crescem e reduzem estoques do FNE

Roberto Smith
*Doutor em Economia presidente
do Banco do Nordeste do Brasil S.A.*

Os indicadores de desempenho do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), consolidados no primeiro semestre de 2005, sinalizam que está ocorrendo uma mudança significativa na operacionalização do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Os baixos níveis de aplicação do Fundo, que vigoraram entre os anos 2000 e 2002, foram revertidos a partir de 2003, e agora sugerem uma forte tendência de redução dos valores disponíveis dessa modalidade de crédito — considerada uma das mais vantajosas do País para financiar empreendimentos.

Entre os anos 2002 e 2003, os números revelam uma evolução expressiva do tratamento dado pelo BNB ao FNE. Nesse intervalo, o volume de recursos financiados sobe de R\$ 254,4 milhões para R\$ 1,019 bilhão. No ano passado, com a consolidação da atuação do Banco pela atual diretoria, as somas dos financiamentos alcançaram R\$ 3,208 bilhões, implicando na realização de 173,5 mil operações com segmentos diversos na área de atuação do Banco — que inclui os estados da região Nordeste e partes do Espírito Santo e Minas Gerais.

Em 2005, as projeções indicam que as contratações relativas ao FNE vão se situar em torno de R\$ 4 bilhões, vez que, somente no pri-

meiro semestre, os financiamentos contratados envolveram R\$ 1,579 bilhão, além de outros R\$ 400 milhões aprovados pela diretoria do Banco. Isso indica que, mantido o mesmo ritmo, este ano marcará uma reversão importante na acumulação do estoque do Fundo, que fechou 2004 ainda com reservas de R\$ 3,967 bilhões — em decorrência, conforme mencionado, dos baixos níveis de contratação verificados em anos anteriores.

Portanto, consolidada a meta de contratar R\$ 4 bilhões neste e nos próximos anos, as disponibilidades do FNE para novos financiamentos tendem a uma forte diminuição — cairão para R\$ 2,989 bilhões, ao final de 2005, e R\$ 1,441 bilhão, no ano seguinte.

Para o final de 2007, as projeções já sinalizam que haverá falta de recursos do FNE em face da demanda, o que vai exigir que o BNB supra a procura por financiamentos de duas maneiras principais: 1) intensificando o intercâmbio com outras instituições de fomento, a exemplo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); 2) buscando fontes que surtem à medida que o próprio BNB aprimora seus processos, diminui custos e amplia as operações.

Considerando a primeira situação, elevar o intercâmbio com instituições de fomento, o BNB está bem encaminhado. Além da interlocução com o BNDES, o Banco está em adiantado estágio de negociação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), visando consolidar nova fase do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur), bem como um financiamento expressivo com o Banco Mundial (Bird), para investimento num programa de implementação de infra-estrutura municipal voltado para setores produtivos, promovendo a integração desses agentes com grandes projetos na Região, a exemplo da transferência de parte das águas do rio São Francisco e da ferrovia Transnordestina.

Na segunda situação, o BNB conta com ganhos de eficiência decorrentes da adoção recente de novos processos, entre os quais a remodelagem do sistema operacional das agências; o aperfeiçoamento dos processos de análise de risco; a criação de agências especializadas em renegociação de dívidas; o incremento gradativo das operações de crédito comercial — com destaque para o financiamento para aquisição de insumos e apoio às exportações; a realização de uma verdadeira filtragem num conjunto de normas, que implicou em sensível desburocratização no que diz respeito à atuação do Banco; além da abertura, a partir de 2003, de seis novas agências e da contratação, via concursos públicos, de 1.067 novos colaboradores — após quase uma década de retração e acomodação da Instituição.

No Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) o Banco tem experimentado ótimos resultados. Findou o Plano Safra 2004/2005 (período de julho de 2004 a junho de 2005) contratando 388,8 mil financiamentos, no valor total de R\$ 766 milhões — superando em 38% o montante de R\$ 555 mi-

lhões do Plano Safra 2003/2004. No período anterior (safra 2002/2003), foram contratados R\$ 220 milhões.

Sintonizado com o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado do Governo Federal, o CrediAmigo do BNB vem registrando incremento contínuo em seus indicadores. No primeiro semestre de 2005 foram contatadas operações no valor de R\$ 252 milhões — superando em 25% as aplicações (R\$ 201 milhões) verificadas no mesmo semestre de 2004. No atual governo, o Programa contratou mais de 1,2 milhão de financiamentos, liberando R\$ 1,061 bilhão em recursos.

Isso deixa claro que os ganhos de eficiência obtidos não afetaram em nada a marcante atuação social do BNB. Pelo contrário. O Banco, cada vez mais, volta-se para as demandas das parcelas menos favorecidas da sociedade, trabalhando em plena consonância com as diretrizes e programas do Governo Federal. O BNB, por exemplo, tomou a iniciativa de transferir para a metodologia do microcrédito as operações do *Pronaf B* — o que proporciona ao tomador do financiamento condições mais vantajosas no momento de promover a contratação.

Nesse aspecto, cabe também destacar a atuação dos 200 *agentes de desenvolvimento*, que hoje estão trabalhando em ações significativas de apoio a políticas públicas. É o caso do envolvimento no projeto de documentação das mulheres que vivem no semi-árido, realizado em apoio à Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, da Presidência da República. Outra iniciativa fundamental consiste no engajamento deles no processo de recuperação de perímetros irrigados — programa levado adiante pelo Ministério da Integração Nacional e que tem potencial para promover grandes transformações socioeconômicas na Região.

Nessa nova fase, em resumo, o BNB trabalha com uma série de projetos bastante promissores para sua área de atuação. Para se ter idéia, até maio deste ano os negócios prospectados pelo Banco já totalizavam R\$ 16,8 bilhões, dos quais R\$ 6,4 bilhões passíveis de financiamento pela Instituição.

Essa demanda, sem dúvida, é um atestado de que os empreendedores voltaram a confiar no desempenho da Instituição — até porque as

aplicações do FNE tendem a fechar este ano multiplicadas por quase dezesseis, em relação a 2002. Por outro lado, convém ressaltar que, para aqueles que fazem o BNB, tão importante quanto os números consolidados, é ter a convicção de que tal desempenho é consequência da maturação de um processo de gestão equilibrado, fruto de um contínuo esforço para aprimorar a relação com os clientes. ●

1.2 - Emprego e Renda do Nordeste em 2005

Biágio de Oliveira Mendes Júnior
Mestre em Economia pela UFRGS, Coordenador de Pesquisa e
Desenvolvimento da Indústria e Serviços do ETENE do BNB.

Muito se tem discutido acerca de quais os setores da economia do Nordeste que apresentam maior impacto na geração de postos de trabalho e de renda. Uma das formas de mensurar este efeito dá-se via utilização da modelagem econômica de insumo-produto. A seguir, com base no modelo econométrico regional de insumo-produto para o Nordeste¹, serão apresentados os setores da economia que têm maior potencial de criar empregos e renda para o ano de 2005.

Dentre as aplicações do modelo de insumo-produto, têm-se os multiplicadores de emprego e renda, que medem o quanto a variação destas duas variáveis em determinado setor afetam os demais setores econômicos, de forma direta e indiretamente.

Ressalte-se que os resultados apresentados dos multiplicadores originam-se de investimentos a serem realizados e de seus decorrentes efeitos diretos e indiretos que serão alcançados durante seus ciclos de maturação e de seus respectivos impactos ao longo de toda a cadeia produtiva da Região e demais regiões que com ela interagem, representando, assim, uma medida em que não há precisão temporal, pois se inicia em 2005 e pode prolongar-se por anos seguintes.

Como pode ser observado na tabela a seguir, em relação aos empregos a serem gerados, os setores mais influentes em ordem decrescente de importância são o Refino de Petróleo, a Petroquímica (inclusive Resinas e Fibras Indus-

triais e Outros Produtos Químicos), os serviços de Comunicação, o Abate e Preparação de Animais e o setor de Leite e Laticínios.

É interessante salientar que, normalmente, os setores pertencentes à agropecuária são os que geram mais empregos diretos, perdendo, contudo, na geração de empregos indiretos. No entanto, boa parte da mão-de-obra destes setores é de baixa escolaridade, sendo esta cadeia de suma relevância para a empregabilidade da população de baixa renda.

Tomando como exemplo o setor de Refino de Petróleo, para cada emprego gerado neste setor, existirá um efeito indireto da criação de um total de 82 empregos na economia no Nordeste em 2005. Os setores de serviços, comércio e agricultura terão os maiores impactos na formação de novos empregos. Não é em vão que alguns governadores dos estados nordestinos buscam a implantação desta indústria, haja vista o grau de encadeamento econômico no entorno de uma refinaria de petróleo.

A variável renda mede a agregação de novas riquezas, traduzidas pelo somatório de salários, lucros, aluguéis e juros, engendradas na economia. Novamente os setores industriais predominam e os que lideram o impacto total de renda, em ordem decrescente, são a Petroquímica, a Siderurgia, o Abate e a Preparação de Animais e o Refino de Petróleo.

¹ Referido modelo baseia-se na Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e foi desenvolvido conjuntamente pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB/Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE e por professores da Universidade de São Paulo.

Tabela 1 - Multiplicadores de emprego e renda: Nordeste (2005)

Setor	Emprego	Renda
Grãos	1,43	2,02
Fruticultura e Olericultura	1,28	1,70
Bovinocultura	1,29	1,77
Avicultura e Suinocultura	3,01	1,78
Outros Produtos Agropecuários	1,09	1,67
Extração de Petróleo e Gás	9,14	1,65
Outras Extrativas Minerais	1,88	2,18
Minerais Não Metálicos	2,35	2,43
Siderurgia	14,36	4,66
Metalurgia e Mecânica	8,95	3,43
Elétrica e Eletrônica	4,11	2,01
Material de Transporte	3,24	2,96
Madeira e Mobiliário	4,36	2,07
Papel e Papelão	3,50	2,55
Álcool	18,50	3,03
Refino de Petróleo	82,19	3,69
Petroquímica	54,69	5,13
Têxtil	4,92	2,91
Vestuário e Acessórios	9,06	2,02
Calçados, Couros e Peles	3,26	2,69
Açúcar	4,70	3,62
Abate e Preparação de Animais	37,35	4,36
Leite e Laticínios	21,88	2,90
Outras Indústrias Alimentares	6,54	3,40
Indústrias Diversas	4,56	2,22
Produção e Dist. de Energia Elétrica	7,42	2,71
Saneamento e Abastecimento de Água	3,68	2,08
Construção Civil	3,32	2,01
Comércio	1,64	1,75
Alojamento e Alimentação	2,69	2,09
Transporte	4,92	2,44
Comunicação	44,22	2,09
Administração Pública	2,49	1,74
Outros Serviços	1,70	1,72

Fonte: Cálculos realizados com a Matriz Econométrica Regional de Insumo Produto do BNB/ETENE.

Assim, de acordo com o respectivo multiplicador de renda, para cada R\$ 1.000,00 de demanda final ao setor de Petroquímica, impactará ao longo da cadeia de produção da economia nordestina na geração de renda no valor de R\$ 4.470,00. Analogamente ao setor de Refino de Petróleo, os setores que vão gerar mais renda indiretamente são os de serviços, comércio e agricultura.

Outro resultado que chama atenção é o desempenho dos setores de Alojamento e Alimentação e Transportes, que mais se aproximam da representação do setor de turismo. Nestes, tanto os multiplicadores de renda como de emprego são relativamente baixos, denotando vazamentos destas variáveis para fora da Região.

O turismo é alvo de programas governamentais, entre eles, o PRODETUR, Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste, que enfatiza o investimento em infra-estrutura e desenvolvimento institucional. O desenvolvimento do turismo é estratégico para o Brasil, pois representa fonte de captação de divisas e serve para equilibrar o balanço de pagamentos via item de Serviços – Viagens Internacionais. Por outro lado, considerando o fraco resultado acima dos multiplicadores dos setores mencionados, deve-se ter, concomitantemente, um maior incentivo ao investimento e ao consumo de indústrias nordestinas de bens de consumo final, complementares ao setor de turismo.

Como exemplo, podemos citar o consumo de vinhos em restaurantes e hotéis da Região. Na maioria das vezes, os vinhos são adquiridos do exterior ou do sul do país, quando se poderia

estimular a produção a partir do Vale do São Francisco, em Pernambuco e Bahia. Os estados do Ceará e do Piauí são os principais produtores de cajuína, bebida não alcoólica de caju, praticamente inexistentes nos cardápios de empresas de serviços de alimentação.

Obviamente que esta análise tem suas limitações, levando em conta que não é trivial a vinda de indústrias de maiores multiplicadores econômicos, uma vez que de acordo com as teorias de localização industrial, existem restrições quanto ao tamanho de mercado, fontes de matéria-prima e recursos humanos compatíveis. Mas, por outro lado, o instrumental de insumo-produto nos aponta setores que, uma vez estejam consolidados e concatenados com os restantes da economia, respondem otimamente com mais postos de trabalho e riqueza para o Nordeste. ●

2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS

As expectativas para a taxa de inflação (IPCA) elevaram-se de 6,08%, há quatro semanas, para 6,47% em 13 de maio de 2005, conforme Relatório de Mercado do Banco Central – Gerin e estão dentro do intervalo de tolerância das metas inflacionárias (2,0% a 7,0%), mas acima de 5,1%, valor estabelecido como referência pelo Bacen para administração da política monetária.

Cumprе ressaltar a resistência dos preços monitorados, que têm evoluído a taxas superiores às dos preços livres.

Em 2004 e 2003, já foi possível constatar o papel decisivo dos preços monitorados, no sentido de ampliar a taxa de inflação. A variação chegou a 13,20% em 2003 e 10,19% em 2004, ocasiões em que as taxas de inflação foram de 9,30% e 7,60%, respectivamente.

Em março, considerando o acumulado dos últimos doze meses, verificou-se que a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo, referente a preços monitorados, foi de 11,21%, enquanto a de preços livres foi de 6,06%, com IPCA total de 7,54%.

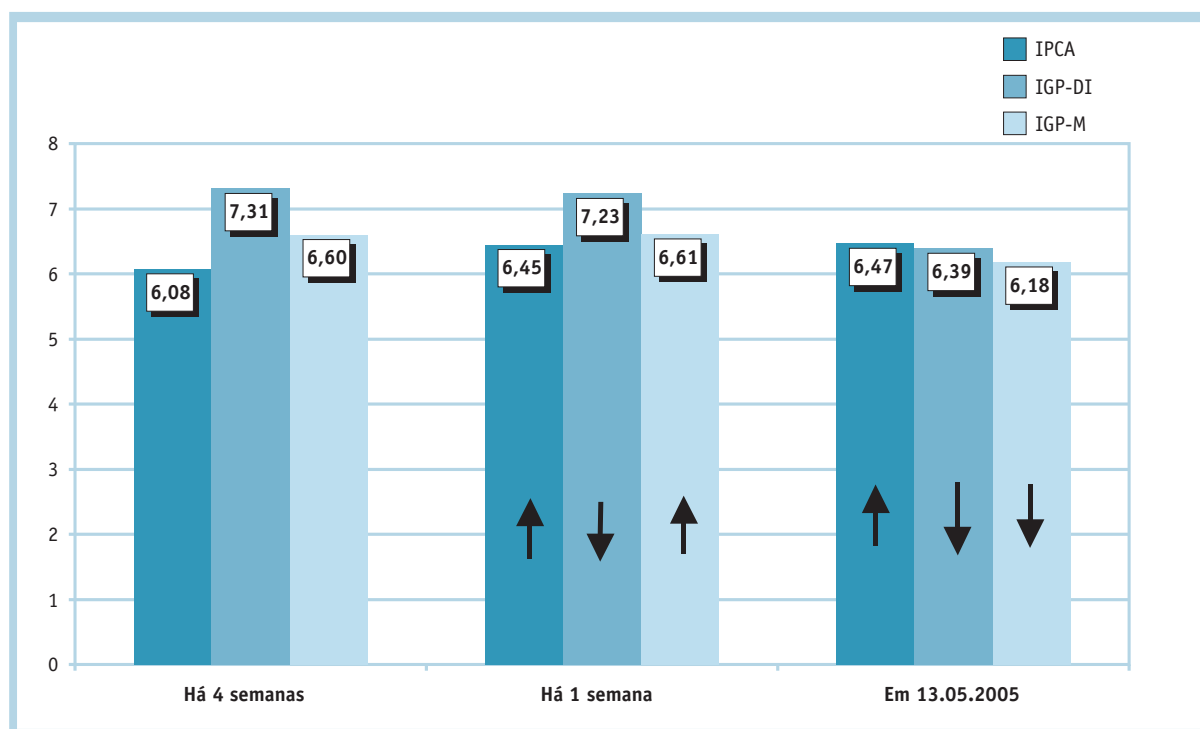


Gráfico 1 - Brasil. Expectativas de mercado de curto prazo, para 2005, de variações acumuladas de índices de preços. Média Top 5. Percentagem

Fonte: BACEN-GERIN. Relatório de mercado. 13 mai. 2005. Convenção: com relação ao período imediatamente anterior, ↑ indica aumento; ↓ indica redução; = indica estabilidade.

O fato de as expectativas inflacionárias continuarem acima do centro da meta fez com que o Conselho de Política Monetária (COPOM) decidisse aumentar a taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual em 18 de maio, com viés neutro. Com esta elevação, a nona consecutiva, a Selic sobe para 19,75% ao ano – o nível mais alto desde outubro de 2003. (Gráfico 2).

Mesmo assim, a expectativa de mercado de curto prazo da taxa básica de juros, para 2005, é de 18,15%. Ressalte-se que, há um mês, essa projeção era de 18,35%. Desta maneira, há uma adaptação das expectativas no sentido de incorporar uma trajetória suave de queda da Selic no segundo semestre de 2005.

Por outro lado, a elevação sistemática da taxa Selic vem influenciando o ingresso de capitais de curto prazo, o que, aliado aos superávits comerciais recordes e à manutenção do risco país

em patamares baixos, tem levado à apreciação cambial. (Gráfico 3).

Neste sentido, as expectativas do mercado para as taxas cambiais de curto e médio prazos são de R\$ 2,57/US\$ e R\$ 2,59/US\$, respectivamente.

A apreciação cambial tem colaborado para atenuar as pressões inflacionárias, ao favorecer o recuo dos preços dos bens importados, sobretudo de bens intermediários, bens de capital e combustíveis, segmentos responsáveis por 92% da pauta de importação (valores acumulados nos últimos doze meses, até abril de 2005).

No que concerne ao comportamento do PIB, a sinalização é de um crescimento inferior (3,5%) ao projetado há quatro semanas (3,67%). O mesmo comportamento se dá nas expectativas de produção industrial que se reduziriam de 4,70%, há quatro semanas, para 4,5%, em 13 de maio. (Gráfico 4).

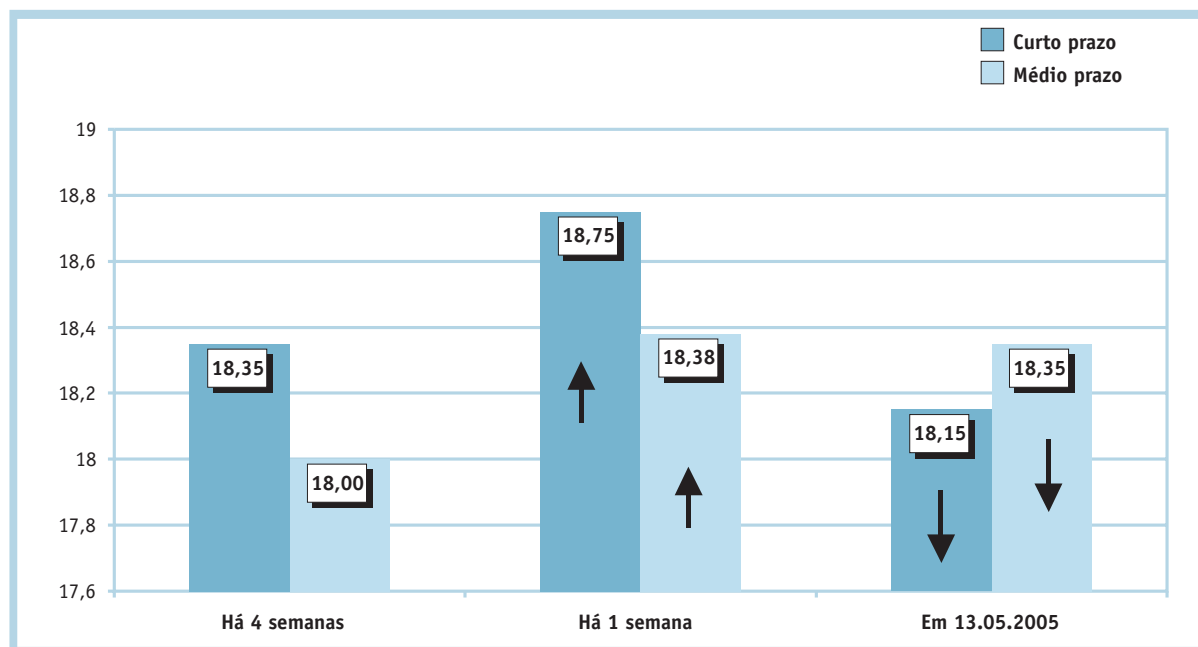


Gráfico 2 - Brasil. Expectativas de mercado de curto e médio prazos da meta da taxa Selic para 2005. Média Top 5, fim de período. Percentagem ao ano.

Fonte: BACEN-GERIN. Relatório de mercado. 13 mai. 2005. Convenção: com relação ao período imediatamente anterior, ↑ indica aumento; ↓ indica redução; = indica estabilidade.

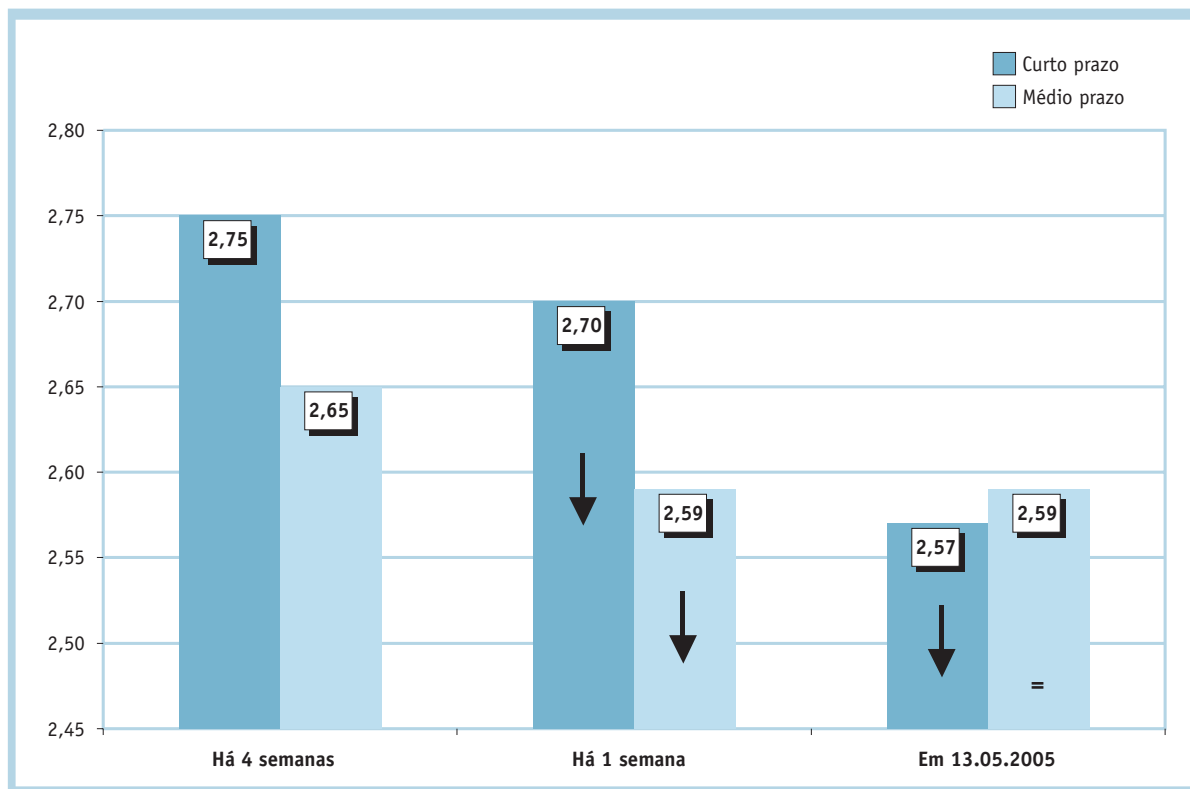


Gráfico 3 - Brasil. Expectativas de mercado de curto e médio prazos, com relação à taxa de câmbio, para 2005. Fim de período. Média Top 5. R\$/US\$.

Fonte: BACEN-GERIN. Relatório de mercado. 13 mai. 2005. Convenção: com relação ao período imediatamente anterior, ↑ indica aumento; ↓ indica redução; = indica estabilidade.

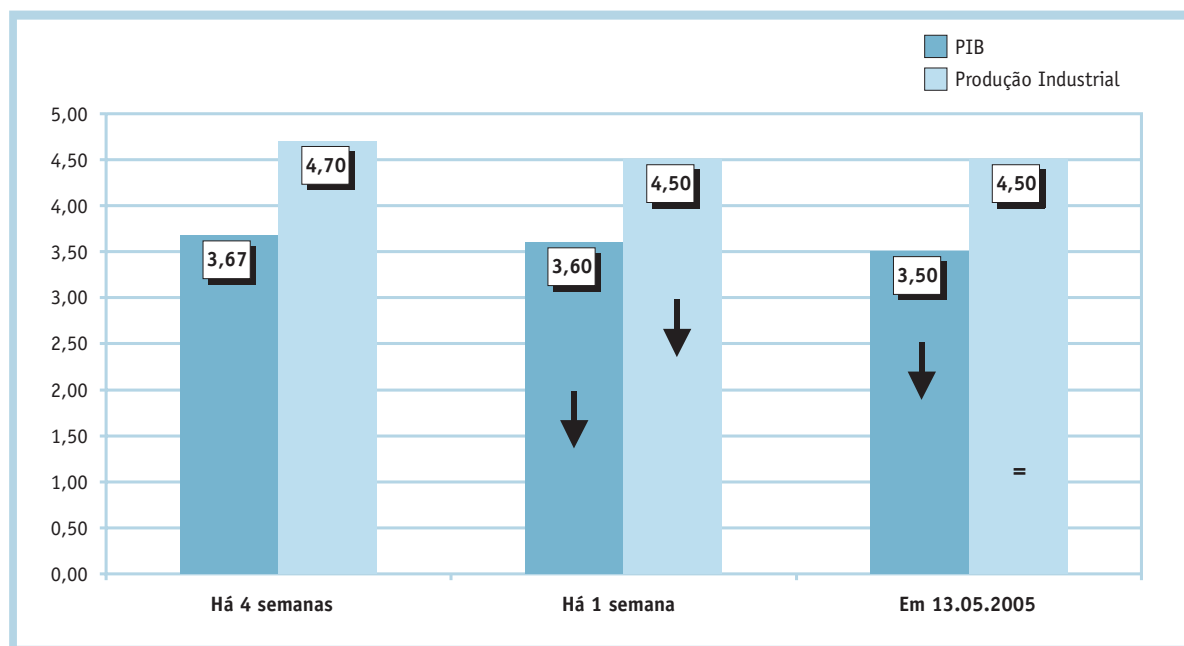


Gráfico 4 - Brasil. Expectativas de mercado com relação às taxas de crescimento anual do PIB e da produção industrial para 2005. Mediana do agregado. Percentagem.

Fonte: BACEN-GERIN. Relatório de mercado. 13 mai. 2005. Convenção: com relação ao período imediatamente anterior, ↑ indica aumento; ↓ indica redução; = indica estabilidade.

Estas expectativas de crescimento do PIB são inferiores às aquelas assumidas pelo Banco Central (4,0%) e às projetadas pela equipe do BNB Conjuntura Econômica. Esta interpretação alicerça-se no comportamento da produção industrial, particularmente do setor de bens de capital, e também no desempenho do comércio nos meses iniciais de 2005, conforme exposto nas seções específicas deste boletim. (Gráfico 5).

A expectativa da equipe de Conjuntura Econômica do BNB é que o Nordeste cresça a uma taxa um pouco menor que a da economia brasileira, alcançando 3,9%, em 2005. Dentre as estimativas de crescimento projetadas para os estados nordestinos, destaca-se o desempenho econômico da Bahia (expansão de 4,6%, sobre uma base já elevada no ano de 2004), do Ceará (4,3%) e de Pernambuco (4,2%). (Gráfico 6).

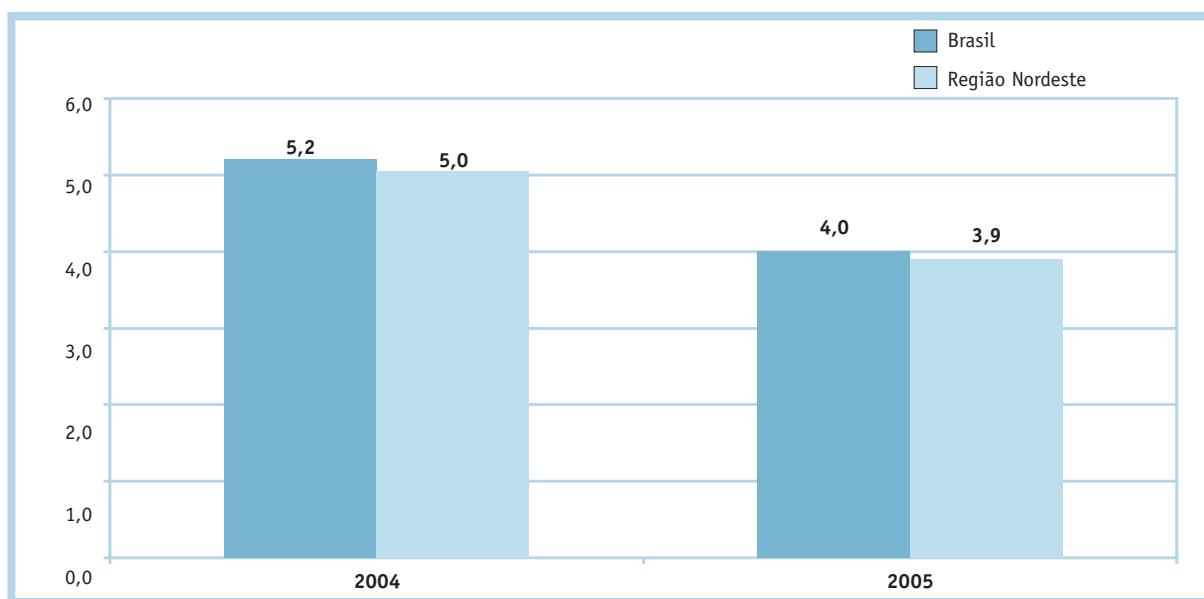


Gráfico 5 - Projeções das taxas de crescimento real para o Brasil e Região Nordeste. 2004-2005. Percentagem.

Fonte: Projeções do BNB. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

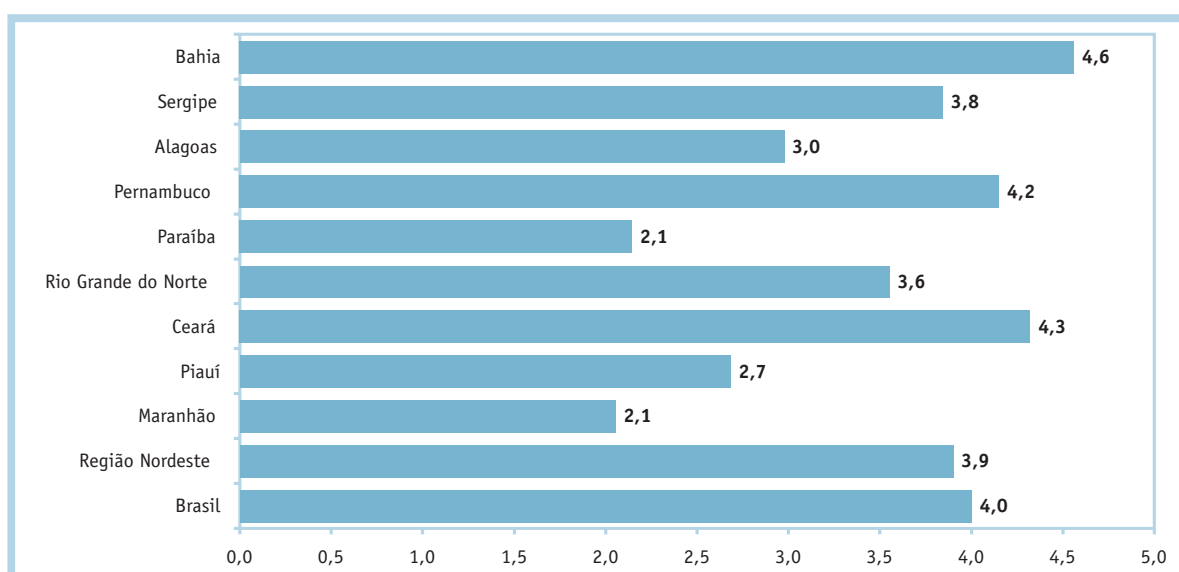


Gráfico 6 - Nordeste e Brasil. Produto Interno Bruto. Taxas reais de crescimento projetadas para 2005. Brasil e Região Nordeste, segundo os respectivos estados.

Fonte: Projeções do BNB. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

3 - NÍVEL DE ATIVIDADE

Crescimento de 2004 supera expectativas

3.1 - Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado, de acordo com as contas trimestrais do IBGE, apresentou elevação de 5,2%, em 2004 – o melhor resultado desde 1994, quando o incremento foi de 5,9%. Essa expansão decorre do crescimento de 4,8% do valor adicionado a preços básicos e do aumento de 8,5% nos impostos sobre produtos. O resultado ultrapassou levemente as expectativas do mercado, que projetava um aumento de 5,0% na economia (Tabela 2).

O ano de 2004 também consolida, em relação a igual período de 2003, um crescimento de 3,7% no PIB *per capita*. Em volume, a taxa é também a mais elevada desde 1994, quando esse índice alcançou 4,2% (Gráfico 7).

Considerando os valores para o último trimestre, observa-se que a economia brasileira continua em expansão, porém com sinais de desace-

leração. O crescimento no quarto trimestre, com relação ao anterior, foi de somente 0,4% — inferior à taxa de 1,1% observada na comparação do terceiro com o segundo trimestre de 2004.

É importante salientar que, nesse indicador, a economia brasileira apresentou incrementos positivos em todos os trimestres, embora a taxas cada vez menores, resultado esperado diante da base de comparação elevada. Além disso, um processo de acomodação natural do crescimento, após meses de forte expansão, contribuiu para a desaceleração do PIB nos últimos três meses do ano.

Ocorreram acréscimos do PIB em todos os trimestres do ano passado, na comparação com os mesmos períodos de 2003. No último trimestre de 2004, essa expansão alcançou aumento de 4,9%.

Tabela 2 - Brasil. Variações trimestrais do PIB a preços de mercado

Tipo de Variação	2003 -IV	2004-I	2004-II	2004-III	2004-IV
Acumulado ao Longo do Ano/ Mesmo Período do Ano Anterior	0,5	4,0	4,8	5,3	5,2
Trimestre/ Mesmo Trimestre do Ano Anterior	0,9	4,0	5,6	6,1	4,9
Trimestre/ Trimestre Imediatamente Anterior (com ajuste sazonal)	1,8	1,8	1,5	1,1	0,4

Fonte: IBGE. Contas nacionais trimestrais: indicadores de volume: (out.-dez./04). p. 6. Disponível em: <www.ibge.gov.br+A27>

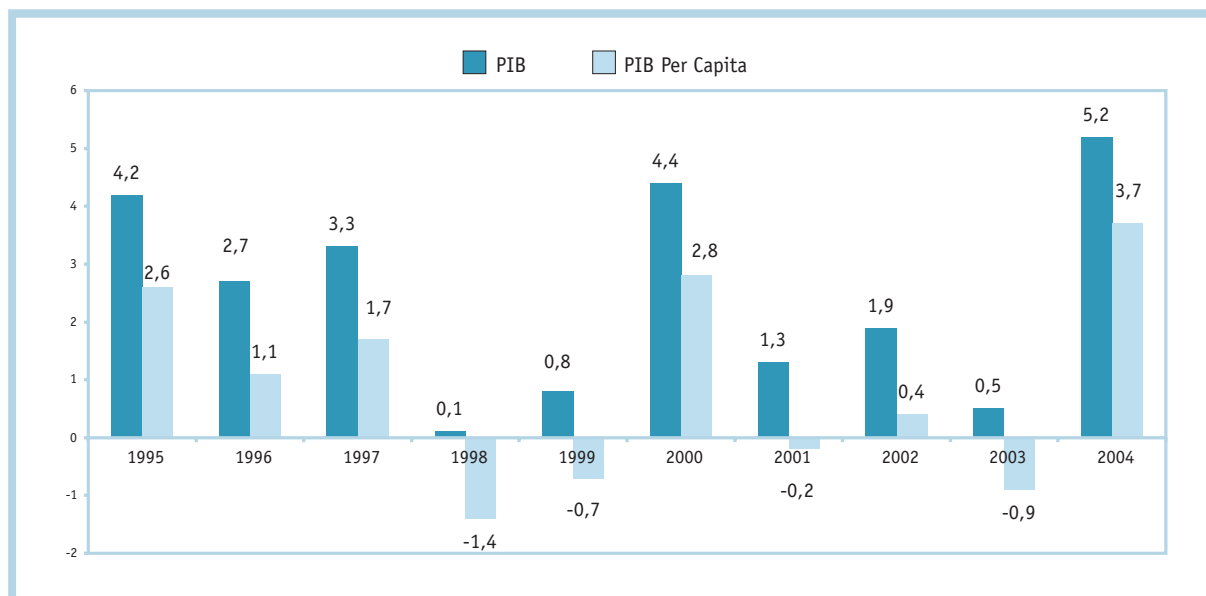


Gráfico 7 - Brasil. PIB e PIB per capita. Taxa (%) de crescimento dos últimos 10 anos (1995-2004)

Fonte: IBGE. Contas nacionais trimestrais: indicadores de volume: (out.-dez./04). Disponível em: <www.ibge.gov.br>

De uma perspectiva setorial, o crescimento de 6,2% da indústria foi o maior responsável pelo excelente comportamento do produto interno em 2004, com ênfase para a indústria de transformação (7,7%) e a construção civil (5,7%). Tal resultado foi obtido apesar do baixo desempenho da indústria no último trimestre de 2004, na comparação com o trimestre anterior, quando o incremento foi de apenas 0,5%.

No quarto trimestre, a produção industrial avançou 6,0% em relação ao mesmo período de 2003, com destaque para a indústria de transformação — que cresceu 8,3% em função, principalmente, da performance do segmento de bens duráveis, em especial o setor automotivo.

O setor agropecuário apresentou taxa anual de crescimento de 5,3%, fortemente influenciado pelo desempenho do agronegócio exportador, que vem revelando importantes vantagens competitivas. Convém mencionar que a agropecuária foi o setor que registrou melhor resultado no último trimestre de 2004 (2,0%) ante o período imediatamente anterior, com índice bem superi-

or ao crescimento de 0,5% verificado tanto para a indústria como para os serviços.

O setor serviços aumentou suas atividades em 3,7% em 2004, com destaque para o comércio (7,9%), outros serviços (5,6%), além de transportes (4,7%) e instituições financeiras (4,3%), ou seja, todos os subsetores vinculados ao desempenho do mercado interno.

Na comparação com o último trimestre de 2003, a taxa de crescimento do setor serviços foi de 3,8%. Todos os segmentos apresentaram taxas positivas, sobretudo o comércio, que registrou uma elevação de 7,1% nessa base de comparação (Tabela 3).

Os sinais de desaquecimento observados no comportamento da produção industrial e do comércio varejista, no último trimestre de 2004, parecem revelar muito mais um processo de acomodação da atividade econômica, após elevações significativas da produção e das vendas do varejo nos meses precedentes, do que propriamente impactos negativos da elevação das taxas de juros.

Tabela 3 - Brasil. Variação do PIB em volume, por setores econômicos. Variação trimestral (%)

Setor de Atividade	Variação em Volume em Relação ao Mesmo Trimestre do Ano Anterior (%)				
	2003-IV	2004 - I	2004 - II	2004 - III	2004-IV
Agropecuária	4,3	5,8	6,0	5,9	2,9
Indústria	-0,1	5,5	6,3	7,0	6,0
Extrativa Mineral	15,6	2,2	2,0	2,0	-8,0
Transformação	0,3	9,1	6,9	6,6	8,3
Construção Civil	-7,7	-0,8	6,9	11,6	5,2
Serviços Industriais de Utilidade Pública	0,8	1,5	5,9	5,3	7,3
Serviços	1,0	2,4	4,2	4,4	3,8
Comércio	0,5	4,8	8,9	10,6	7,1
Transporte	3,6	10,6	5,7	0,5	3,6
Comunicações	-2,0	-1,4	0,2	4,1	4,8
Instituições Financeiras	0,5	2,1	4,6	5,3	5,0
Outros Serviços	0,7	2,1	7,1	7,2	6,2
Aluguel de Imóveis	2,3	1,2	1,5	2,2	2,1
Administração Pública	1,0	2,0	2,4	1,3	0,9

Fonte: IBGE. Contas nacionais trimestrais: indicadores de volume: (out.-dez./04). Disponível em: <www.ibge.gov.br>

Fatores relacionados com a ampliação dos prazos do crédito bancário; o aumento do crédito consignado em folha de pagamento, com taxas de juros mais baixas; e a ampliação da massa salarial e do emprego têm conseguido, até o momento, evitar os efeitos negativos do aperto da política monetária sobre o crédito e o nível de atividade. Entretanto, a continuidade da política de juros visando ao controle da inflação pode afetar substancialmente a ampliação da base produtiva, comprometendo a oferta agregada futura.

Pela ótica dos respectivos componentes de demanda, observou-se que todos os segmentos

do PIB total registraram incrementos positivos em 2004, comparado a 2003 (Tabela 4).

O consumo das famílias apresentou expansão de 4,3%, a maior variação registrada desde 1995 e a primeira taxa positiva desde 2001.

O crescimento de 1,5% da massa salarial, em função da expansão do nível de ocupação e da elevação de 22,2% do saldo das operações de crédito do sistema financeiro destinado às pessoas físicas, contribuiu substancialmente para o aumento do consumo das famílias.

Grande parte desse incremento se explica pelo avanço do crédito consignado em folha de pa-

Tabela 4 - Brasil. Produto Interno Bruto. Composição da demanda. Variação acumulada no ano (%).

Discriminação	2003	2004			
	IV	I	II	III	IV
PIB a Preços de Mercado	0,5	4,0	4,8	5,3	5,2
Consumo das Famílias	-1,5	1,6	3,0	4,0	4,3
Consumo do Governo	1,3	0,8	0,8	0,6	0,7
Formação Bruta de Capital Fixo	-5,1	1,8	7,5	11,5	10,9
Exportação	9,0	20,5	18,9	18,6	18,0
Importação	-1,7	12,5	13,4	14,9	14,3

Fonte: IBGE. Contas nacionais trimestrais: indicadores de volume: (out.-dez./04). Disponível em: <www.ibge.gov.br>

gamento. Esse fato revelou a importância da demanda interna para o desempenho da economia em 2004, que foi menos dependente do setor externo, sobretudo no segundo semestre (Gráfico 8).

No quarto trimestre de 2004, em comparação com o mesmo período do ano passado, o aumento do consumo das famílias foi de 5,4%. Vale salientar que esse componente da demanda vem apresentando variação positiva nessa base de comparação desde o último trimestre de 2003.

Apesar de registrar queda de 3,9% no quarto trimestre de 2004, na comparação com o período imediatamente anterior, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) fechou o ano com expansão de 10,9% — taxa superior ao crescimento médio da economia. Esse desempenho é o maior registrado desde o terceiro trimestre de 1997 (Tabelas 5 e 6).

Os investimentos foram beneficiados pelo aumento do volume de crédito do sistema financeiro e pela diminuição da taxa Selic média, que caiu de 23,1%, em 2003, para 16,3% em 2004.

O crescimento de 4,1% do consumo aparente de máquinas, em 2004, decorreu, principalmente, da expansão da produção de bens de capital (20,3%) associada ao bom desempenho das importações (10,2%).

A contribuição do segmento de máquinas no total do investimento só não foi mais expressiva em função da forte elevação das exportações no período. No acumulado do ano, as exportações cresceram 71,1%, fato que prejudicou a maior absorção de bens de investimento destinados ao aumento da produção doméstica.

Em relação ao mesmo trimestre de 2003, a expansão de 9,3% da FBCF, nos últimos três meses do ano, foi relevante, porém, o nível foi menor do que o desempenho do terceiro trimestre (19,2%).

Na comparação com o trimestre imediatamente anterior, observou-se uma significativa retração dos investimentos, com a FBCF apresentando diminuição de 3,9% no quarto trimestre, após registrar taxas de crescimento importantes nos três primeiros trimestres de 2004.

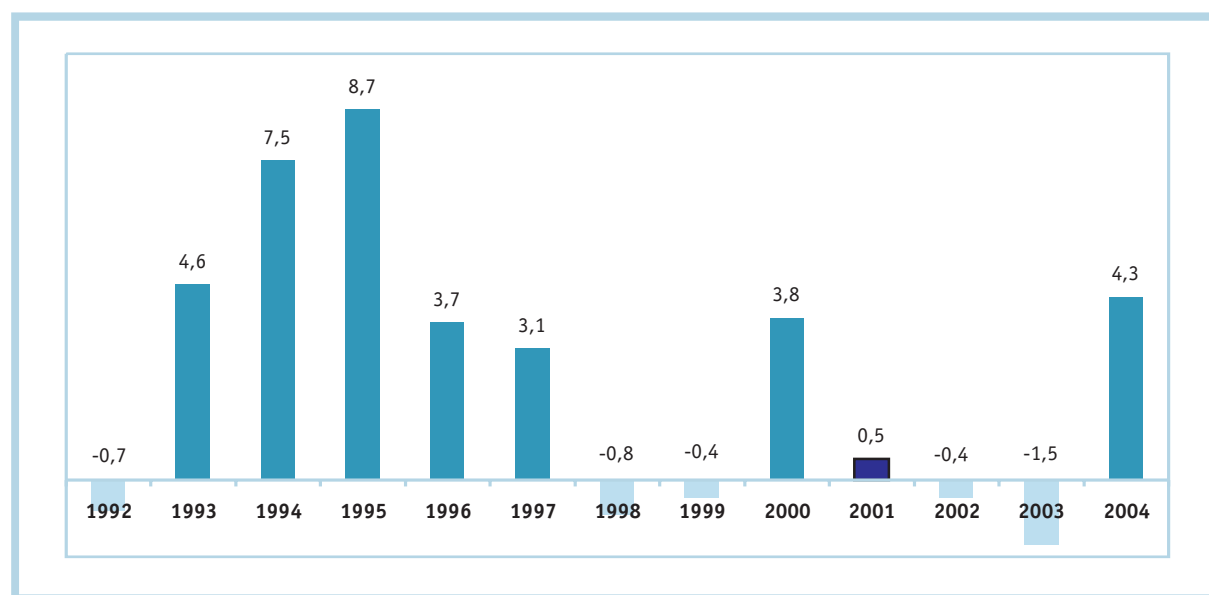


Gráfico 8 - Brasil. Variação anual do consumo das famílias em % (1992-2004).

Fonte: IBGE. Contas nacionais trimestrais: indicadores de volume: (out.-dez./04). Disponível em: <www.ibge.gov.br>

Tabela 5 - Brasil. Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) (em %)

	Trim./ Mesmo Trim. do Ano Anterior				Acumulado em 2003	Trim./ Mesmo Trim. do Ano				Acumulado em 2004
	2003					2004				
	I	II	III	IV		I	II	III	IV	
FBCF	-0,1	-9,0	-7,6	-3,6	-5,1	1,8	13,4	19,2	9,3	10,9
Construção	-2,3	-9,3	-8,2	-6,2	-6,6	0,8	7,0	11,3	3,8	5,7
Máquinas e Equipamentos	-0,2	-15,4	-10,7	22,0	-2,1	5,0	14,9	16,2	-16,2	4,1
Absorção Nacional¹	10,0	-12,2	-2,2	10,4	0,9	5,2	11,9	14,1	-22,6	1,7
Produção	2,6	-2,7	5,9	16,3	5,6	20,1	24,9	24,5	12,9	20,3
Exportações	-13	26,4	24,8	25,4	16,1	63,6	60,2	53,2	98,0	71,1
Importações	-27	-31,6	-33,4	30,1	-18,8	2,8	21,5	21,3	-0,6	10,2

Fonte: IPEA. Boletim de Conjuntura. n. 68, mar. 2005. Disponível em: <www.ipea.gov.br>.

Nota: * Produção - exportações

Tabela 6 - Brasil. Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) (em %)

	Trim./ Mesmo Trim. imediatamente Anterior				Acumulado em 2003	Trim./ Mesmo Trim. imediatamente Anterior				Acumulado em 2004
	2003					2004				
	I	II	III	IV		I	II	III	IV	
FBCF - Var. Dessaz.	-3,0	-7,1	1,2	5,4	-	2,8	3,4	6,8	-3,9	-

Fonte: IPEA. Boletim de Conjuntura. n. 68, mar. 2005. Disponível em: <www.ipea.gov.br>.

A desaceleração ocorreu porque os empresários anteciparam investimentos com receio de novos aumentos nos juros, já que o Banco Central começou a sinalizar, no terceiro trimestre, que elevaria as taxas.

Além disso, a retração nos investimentos se explica pela base elevada de comparação do terceiro trimestre. Portanto, o aperto monetário iniciado em setembro já se refletiu nos resultados da FBCF do quarto trimestre.

O outro componente da FBCF, a construção civil, cresceu 5,7%, em 2004, após apresentar resultados negativos no ano de 2003. Essa retomada do dinamismo do setor se refletiu positivamente na produção de bens de capital para construção, que teve o maior desempenho entre os segmentos da indústria de bens de capital, com taxa de expansão de 38,0% no ano de 2004.

O maior volume de investimentos na economia e as medidas que facilitaram os financiamentos

imobiliários para a população de baixa e média rendas contribuíram substancialmente para o incremento do PIB da construção civil em 2004 — crescimento considerado providencial quando se leva em conta que, nos últimos três anos, o setor apresentou taxas negativas.

Dados do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon – SP) e da GV Consult, a partir de informações do Ministério do Trabalho, revelam que o nível de emprego da construção civil aumentou 3,0% em 2004, época em que 1,2 milhão de trabalhadores estavam ocupados na construção civil brasileira.

No âmbito do mercado externo, as exportações contribuíram substancialmente para o crescimento do PIB em 2004. As vendas internacionais subiram 18,0% em relação ao mesmo período de 2003. Esse crescimento foi superior à evolução das exportações ocorrida em 2003 (9,0% com relação a 2002). Mesmo considerando o crescimento significativo das importações

(14,3%), o saldo comercial e as exportações ultrapassaram o recorde histórico em 2004.

Segundo estudo do IEDI², esse dinamismo das exportações está relacionado principalmente ao desempenho dos setores que tiveram redução de *market-share* entre 1996 e 2001 (77,7%) e, dentre estes, daqueles que apresentaram crescimento negativo nesse mesmo período (44,5%). Por outro lado, os segmentos com expansão média superior a 5% ao ano, entre 1996 e 2001, tiveram baixa participação no aumento das exportações (9,4%).

Adicionalmente, o estudo destaca que os setores que mais contribuíram para o aumento das exportações foram os de baixa e média-baixa intensidades tecnológicas (77,9%), enquanto a participação da indústria intensiva em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) foi de somente 7,9% do total.

Apesar da expansão das exportações, o setor externo perdeu posição no PIB brasileiro. Isto decorreu principalmente do forte crescimento das importações em 2004 (14,3%), resultado da retomada do nível de atividade econômica estimulando a importação de bens de capital e bens intermediários e do processo de apreciação do real frente ao dólar, principalmente no segundo semestre. Esse quadro contrasta com o desem-

penho das importações em 2003 que, em função da recessão interna, caiu 1,7%.

No quarto trimestre, as exportações cresceram 16,2%, em relação ao mesmo período de 2003. As importações também apresentaram expansão no período (12,8%).

Na comparação com o trimestre precedente, a expansão de 3,2% das exportações confirma a trajetória de crescimento, configurada desde o segundo trimestre de 2003. Já as importações tiveram um incremento de 2,7%.

O consumo do governo contribuiu de forma modesta para o crescimento do PIB em 2004 – variação de 0,7% em relação ao ano anterior. No quarto trimestre, a oscilação foi somente 0,5% ante o trimestre imediatamente anterior. Além disso, nessa base de comparação, o consumo do governo foi o que registrou o menor crescimento entre os componentes de demanda (0,8%).

A análise dos componentes da demanda revela que a reação do mercado interno foi fundamental para a expansão da economia em 2004, principalmente com a substancial retomada dos investimentos na compra de máquinas e equipamentos e na construção civil, além do consumo das famílias.

3.2 - Produção Industrial

Na série livre de influências sazonais, a produção física industrial de março cresceu 1,5% em relação a fevereiro, após dois meses de resultados negativos nessa base de comparação.

Em relação ao mesmo mês do ano anterior, houve incremento de 1,7% da atividade industrial,

enquanto o indicador acumulado do primeiro trimestre alcançou 3,9%. Ao longo dos últimos doze meses, a taxa de crescimento de 7,6% foi inferior à de fevereiro (8,6%), refletindo uma redução do ritmo de expansão (Tabela 7).

Analisando por categoria de uso, o setor de bens de consumo duráveis, cuja demanda depende

² Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

Tabela 7 - Indicadores de produção industrial por categoria de uso. Brasil/ mar. 2005

Categoria de Uso	Variação (%)			
	Mar.2005/ Fev.2004*	Mar.2005/ Mar.2004	Acumulado	
			No Ano	12 Meses
Bens de Capital	5,4	0,5	2,5	14,7
Bens Intermediários	0,1	-0,4	1,5	6,5
Bens de Consumo	0,7	4,2	7,0	7,7
Duráveis	-0,7	13,9	13,0	19,9
Semiduráveis e Não Duráveis	-0,2	1,6	5,4	4,8
Industrial Geral	1,5	1,7	3,9	7,6

Fonte: IBGE. PIM-PF Brasil: (mar./05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

Nota: *Série com Ajuste Sazonal.

mais estritamente do crédito, apresentou acréscimo na produção de 13,0% no primeiro trimestre, em relação ao mesmo período do ano anterior, após ter registrado incremento de 15% no quarto trimestre de 2004.

O setor de bens não-duráveis e semiduráveis também apresentou expansão de 5,4% no período – ritmo de crescimento superior ao do último trimestre de 2004 (4,2%). Esse segmento foi o único a registrar elevação consistente entre o último trimestre de 2004 e o primeiro trimestre de 2005.

O incremento da massa salarial, em virtude principalmente da expansão do emprego, tem contribuído para o desempenho favorável deste segmento que, em 2004, cresceu num ritmo bem mais moderado do que o restante da indústria.

Os setores de bens de capital e bens intermediários continuam apresentando expansão, com taxas de 2,5% e 1,5% em relação ao mesmo trimestre do ano passado. Entretanto, vale salientar que esses percentuais são bem menores do que os registrados no trimestre anterior.

Na comparação com o mês de fevereiro, o destaque ficou com o setor de bens de capital que assinalou uma expansão de 5,4%, após dois meses consecutivos de retração, quando acumulou perda de 4,8%.

Já o setor de bens intermediários não apresentou variação significativa nessa base de compa-

ração (0,1%), não compensando, assim, a queda de 2,7% observada no primeiro bimestre do ano.

O setor de bens de consumo duráveis registrou queda de 0,7% — após o expressivo crescimento de 11,7% no mês de fevereiro—, enquanto o de bens de consumo semiduráveis e não-duráveis decresceu 0,2%, embora a uma taxa inferior à registrada no mês de fevereiro (4,0%).

Oito dos vinte e três gêneros pesquisados evidenciaram diminuição na produção no mês março, em relação a fevereiro. Atividades notoriamente intensivas em capital, como refino de petróleo (-2,4%), apresentaram queda. Em contrapartida, incrementos importantes foram observados na indústria farmacêutica (13,1%), máquinas e equipamentos (4,0%), celulose e papel (4,0%) e material eletrônico e de comunicações (3,6%).

Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, todas as categorias de uso registraram expansão, com destaque para o setor de bens de consumo duráveis (13,9%), que cresceu bem acima da média geral da indústria (1,7%).

Por outro lado, os segmentos de bens de consumo semiduráveis e não-duráveis (1,6%) e bens intermediários (0,5%) tiveram desempenho inferior à média geral. O destaque negativo ficou por conta da indústria de bens intermediários que assinalou uma retração de 0,4%, após dezenove meses consecutivos de crescimento.

Cabe destacar o incremento da indústria farmacêutica (15,0%), de equipamentos de instrumentos médico-hospitalares, ópticos e outros (15%) e de bebidas (7,6%). Por outro lado, registraram decréscimos na produção os segmentos de fumo (-22,7%) e de refino de petróleo e produção de álcool (- 4,1%) (Tabela 8).

No indicador acumulado nos últimos doze meses, os maiores incrementos ocorreram em bens

de consumo duráveis (19,9%) e bens de capital (14,7%), com performance acima da indústria em geral (7,6%). A menor taxa foi do segmento de bens de consumo semi e não-duráveis (4,8%). Todas as atividades, à exceção de edição e impressão (-0,6%) e refino de petróleo e álcool (-0,5%), apresentaram resultado positivo nessa base de comparação, com destaque para veículos automotores (26,8%) e máquinas para escritório e equipamentos de informática (18,1%).

Tabela 8 - Indicadores da produção industrial por seções e atividades de indústria - Brasil (2005)

Seções e Atividades	Variação %	
	Mar.2005/ Mar.2004	12 Meses
Indústria Geral	1,73	7,64
Indústria Extrativa	6,29	5,24
Indústria de Transformação	1,50	7,77
Alimentos	-0,40	3,86
Bebidas	7,67	7,09
Fumo	-22,72	17,86
Têxtil	-2,18	9,89
Vestuário e Acessórios	0,38	3,85
Calçados e Artigos de Couro	-0,04	3,80
Madeira	-0,50	6,38
Celulose, Papel e Produtos de Papel	4,66	6,61
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	-3,58	-0,52
Refino de Petróleo e Álcool	-4,07	-0,42
Farmacêutica	15,05	4,55
Perfumaria, Sabões, Detergentes e Produtos de Limpeza	3,65	11,80
Outros Produtos Químicos	-2,26	5,73
Borracha e Plástico	-3,27	6,17
Minerais Não-Metálicos	1,90	6,05
Metalurgia Básica	-0,71	2,77
Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	3,63	10,38
Máquinas e Equipamentos	4,94	14,68
Máquinas para Escritório e Equip. de Informática	0,78	18,11
Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	2,29	5,41
Material Eletrônico, Aparelhos e Equip. de Comunicações	9,74	4,28
Equip. de Instrument.Médico-hospitalar, Ópticos e Outros	15,06	8,87
Veículos Automotores	6,17	26,82
Outros Equipamentos de Transporte	5,29	9,60
Mobiliário	-2,92	2,83
Diversos	5,40	11,90

Fonte: IBGE. PIM-PF Brasil: (mar./05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>

3.2.1 - Produção Industrial no Nordeste

A região Nordeste registrou no mês de março, na comparação com o mesmo período do ano

anterior, expansão industrial de 0,5% — abaixo da taxa obtida no mês de fevereiro (8,1%) e da

nacional (1,7%). Vale salientar que no período dezembro-fevereiro os percentuais de crescimento da indústria nordestina foram superiores à média brasileira.

No primeiro trimestre do ano, em relação ao mesmo trimestre de 2004, houve crescimento de 6,9% – incremento superior à média nacional (3,9%). Entretanto, observa-se uma redução no ritmo de crescimento, dado que a taxa de expansão do ultimo trimestre de 2004, nessa mesma base de comparação, foi de 10,9%.

No acumulado dos últimos doze meses, o crescimento de 8,8% foi superior ao verificado para a indústria nacional (7,6%). Nessa base de comparação, a Região apresentava, em outubro de 2004, um desempenho inferior ao da média nacional (Gráfico 9).

Contribuiu para essa mudança o crescimento ininterrupto da produção industrial – que em janeiro consolidou o décimo quarto mês consecutivo de crescimento, – quando se toma como referência iguais períodos do ano anterior.

Deve ser considerado também o peso importante, na Região, do setor de bens não-duráveis e semiduráveis – segmento que apresentou o

segundo melhor desempenho no plano nacional, no primeiro trimestre de 2005.

A manutenção de taxas positivas de crescimento da produção industrial do Nordeste em março, em relação ao mesmo período do ano anterior, resulta do desempenho de sete das onze atividades pesquisadas. Os segmentos que registraram maior expansão foram máquinas, aparelhos e materiais elétricos (38,0%), e refino de petróleo e álcool (6,3%). As principais quedas se concentraram na indústria de alimentos e bebidas (-4,1%) e produtos químicos (-3,5%).

Na indústria nordestina, nove dos onze setores investigados obtiveram resultados positivos no primeiro trimestre de 2005. A maior contribuição para a taxa de 6,9% ficou por conta de alimentos e bebidas (9,2%) e produtos químicos (8,8%).

No acumulado dos últimos doze meses, os maiores incrementos foram de refino de petróleo e produção de álcool (20,8%) e alimentos e bebidas (9,3%). Por outro lado, o setor de metalurgia básica (-5,3%) e celulose e papel (-2,7%) apresentaram as maiores taxas negativas do período.

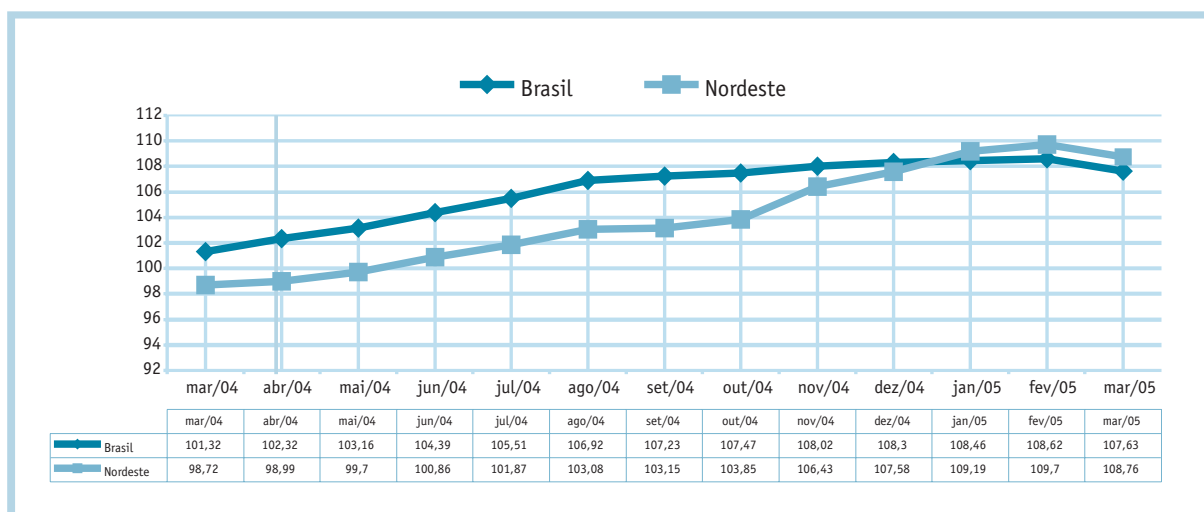


Gráfico 9 - Produção industrial Índice acumulado nos últimos 12 Meses (%) 2004-2005.

Fonte: IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

Os estados nordestinos pesquisados pelo IBGE – Ceará, Bahia e Pernambuco - registraram taxas de crescimento negativas no mês de março, em relação a igual período do ano passado. No caso cearense, o resultado interrompe uma trajetória de dez meses de expansão (Tabela 9).

No que tange à taxa acumulada nos últimos doze meses, Ceará (12,6%) e Bahia (9,1%) registraram crescimento superior à média nacional (7,6%). Vale salientar que a indústria cearense obteve o segundo melhor desempenho na expansão da produção industrial no acumulado dos últimos doze meses. Por outro lado, Pernambuco (4,5%) verificou incremento inferior à média dos treze estados pesquisados.

No Ceará, seis dos dez setores investigados cresceram positivamente no mês de março, frente ao mesmo período do ano passado, com ênfase para vestuário (43,2%) e alimentos e bebidas (5,3%). Em contraposição, os ramos de refino de petróleo e produção de álcool (-45,5%), metalurgia básica (-23,5%) e têxtil (-8,9%) apresentaram recuo na produção.

No primeiro trimestre de 2005, em relação ao mesmo período do ano anterior, a indústria cearense cresceu 5,2%. Esse resultado deve-se, principalmente, ao bom desempenho dos setores de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (112,6%) e vestuário (53,2%). Os segmentos que registraram as maiores quedas foram refino de petróleo e produção de álcool (-13,5%) e calçados e artigos de couro (-4,8%).

No indicador acumulado nos últimos doze meses, nove dos dez setores investigados registraram expansão. As maiores taxas de crescimento foram de têxtil (16,7%) e alimentos e bebidas (7,4%). O único segmento que apresentou retração foi produtos de metal (-4,3%).

Em Pernambuco, somente cinco das onze atividades investigadas verificaram crescimento no mês de março de 2005, ante março de 2004, com destaque para metalurgia básica (16,2%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (23,1%). Em sentido oposto, os maiores decréscimos ocorreram no setor têxtil (-39,6%) e de alimentos e bebidas (-5,8%).

Na indústria pernambucana a expansão da produção no primeiro trimestre (3,3%) decorreu do incremento de sete dos onze ramos fabris pesquisados. Sobressaíram produtos químicos (12,2%) e alimentos e bebidas (3,2%). Em contrapartida, as principais contribuições negativas foram registradas no segmento têxtil (-38,3%) e produtos de metal (-12,0%).

Nos últimos doze meses, seis dos onze setores tiveram resultado positivo. Os segmentos que apresentaram melhor desempenho foram metalurgia básica (18,5%) e alimentos e bebidas (4,1%).

A Bahia apresentou retração da produção industrial em março, após treze resultados positivos consecutivos. Na comparação com igual período do ano anterior, constatou-se o incremen-

Tabela 9 - Indicadores conjunturais da indústria, Resultados regionais/ mar. 2005

Locais	Taxa de Variação (%)		
	Mar.2005/ Mar.2004	Acumulado no Ano	Acumulado 12 Meses
Região Nordeste	0,5	6,9	8,8
Ceará	-0,2	5,2	12,6
Pernambuco	-1,0	3,3	4,5
Bahia	-0,7	3,4	9,1
Brasil	1,7	3,9	7,6

Fonte: IBGE. PIM-PF Regional: (mar./05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>

to em apenas quatro das nove atividades pesquisadas.

Os resultados positivos decorrem, sobretudo, do bom desempenho de veículos automotores (30,0%) e refino de petróleo e álcool (9,5%). As maiores baixas estão relacionadas com o segmento de borracha e plástico (-9,4%) e produtos químicos (-8,5%).

No período janeiro-março, a taxa de crescimento da produção industrial baiana foi de 3,4% — taxa inferior à registrada no trimestre anterior

(15,5%). Os destaques positivos foram observados no segmento de alimentos e bebidas (14,9%) e produtos químicos (5,2%). As maiores baixas estão vinculadas à metalurgia básica (-5,0%) e refino de petróleo e álcool (-2,0%).

Nos últimos doze meses, constata-se a expansão de oito dos nove setores investigados. Os maiores destaques foram refino de petróleo e álcool (21,6%) e produtos químicos (5,3%). O único registro negativo foi de celulose e papel (-5,3%).

3.3 - Nível de Utilização da Capacidade Instalada

Os indicadores de nível de atividade econômica reforçam o significativo dinamismo da economia brasileira em 2004. Como resultado, as atenções têm se concentrado na sustentabilidade dessa retomada do crescimento, que dependerá fundamentalmente da expansão da capacidade produtiva nos diferentes setores da economia.

A Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação, realizada para o mês de janeiro pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), sugere que o aperto monetário iniciado no segundo semestre de 2004 ainda não influenciou de forma significativa as expectativas dos empresários em relação ao desempenho da economia em 2005.

O levantamento indica que os empresários estão confiantes em relação ao desempenho da economia nos próximos seis meses. De um universo de 944 empresas entrevistadas, 59% estão prevendo uma situação dos negócios mais favorável no primeiro semestre, enquanto somente 4% estimam que a situação poderá piorar. A diferença de 55 pontos percentuais entre os dois extremos é o melhor resultado para meses de janeiro desde abril de 1995, quando foi incluído esse quesito na pesquisa.

No que se refere à demanda global, 15% consideram o nível atual forte e 12% fraco, estabelecendo uma diferença de 3 pontos percentuais entre os dois extremos, também o melhor resultado nos últimos dez anos.

Nesse quesito, a demanda interna foi considerada forte por 14% das empresas e fraca por 13%, perfazendo diferença de um ponto percentual, a maior para um mês de janeiro, desde 1995.

Por outro lado, a demanda externa foi considerada forte por 13% dos entrevistados e fraca por 16%, um saldo negativo de três pontos percentuais. Certamente, a apreciação cambial observada no período da pesquisa foi determinante para tal avaliação da demanda externa.

A Sondagem Conjuntural também constatou que o nível de estoques industriais foi considerado excessivo por 8% dos entrevistados e insuficiente por 4%. A diferença (quatro pontos percentuais) revela um quadro de normalidade e é idêntica à média histórica para esse indicador.

O menor ritmo de crescimento da produção industrial nos últimos três meses está se refletindo no nível de utilização da capacidade instala-

da (Nuci) com ajuste sazonal, que atingiu 84,6% em janeiro de 2005 – abaixo dos 85,3% do mês de outubro de 2004. Apesar dessa ligeira retração, esse valor é o segundo maior desde abril de 1995. É importante destacar que essa redução pode também ser resultante dos investimentos em ampliação da capacidade e do crescimento da produtividade verificados em 2004 (Tabela 10).

A análise por categoria de uso mostra que essa redução está em grande parte sendo influenciada pelo setor produtor de bens de consumo duráveis, cujo Nuci médio, em janeiro, foi estimado em 77,1%, abaixo dos 80,7% do mês de outubro.

No setor de bens intermediários, o Nuci de janeiro praticamente se manteve estável em relação a outubro, passando de 88,7% para 88,3%. Entre os gêneros industriais, constatou-se que

borracha (96,5%), celulose, papel e papelão (91,1%) e metalurgia (92,7%) não sofreram grandes alterações em relação a outubro de 2004. O Nuci continuou se expandindo no setor de bens de capital, atingindo 83,8% em janeiro de 2005 – índice superior aos 80,7% de outubro de 2004.

A Sondagem da FGV também observou que os empresários estão prevendo aumentar em 8% a capacidade de produção em 2005 – percentual idêntico às expectativas de 2004. Por categoria de uso, a liderança é do setor de bens de consumo, que espera um crescimento da capacidade produtiva de 11% em 2005, seguido pelo setor de bens de capital (9%).

A consolidação dos investimentos é considerada fundamental quando se leva em conta que alguns ramos da produção de bens de capital

Tabela 10 - Utilização capacidade instalada nos gêneros da indústria (Série Dessazonalizada (%))

	Jul./2004	Out./2004	Jan./05	Máximo	Mês	Máx.- Jan/2005
Indústria de Transformação	84,6	85,3	84,6	85,3	Abr./95	0,7
Bens de Consumo	80,6	80,7	77,1	87,6	Jan./05	10,5
Bens de Capital	82,2	80,7	83,8	84,9	Jan./01	1,1
Materiais de Construção	81,4	85,7	84,8	88,3	Abr./80	3,5
Bens Intermediários	87,3	88,7	88,3	90,5	Jan./87	2,2
Mecânica	86,8	88,7	89,5	88,7	Out./04	-0,8
Metalúrgica	92,0	92,0	92,7	92,7	Out./96	0,0
Borracha	93,7	97,1	96,5	97,1	Out./04	0,6
Produtos de Matérias Plásticas	85,9	87,8	87,4	88,6	Out./86	1,2
Perfumaria, Sabões, Detergentes, Glicerinas	91,2	95,2	94,0	95,2	Out./04	1,3
Produtos Alimentares	84,9	84,8	82,7	85,5	Out./03	2,7
Indústria Têxtil	91,3	89,0	88,4	91,9	Jan./86	3,4
Celulose, Papel e Papelão	94,9	92,7	91,1	95,6	Jan./95	4,5
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	83,7	82,4	84,3	89,9	Jan./87	5,6
Química	84,5	85,9	85,3	91,1	Abr./80	5,8
Madeira	86,5	86,0	87,2	94,8	Jan./01	7,6
Diversas	82,1	82,8	86,6	94,3	Jan./87	7,7
Produtos de Minerais Não-Metálicos	80,2	82,4	82,4	90,9	Jan./81	8,5
Material Elétrico e de Comunicações	79,7	82,8	79,2	87,8	Jan./87	8,6
Mobiliário	84,5	79,7	79,3	88,1	Jul./86	8,9
Couros e Peles	79,5	76,8	77,2	86,9	Abr./00	9,8
Bebidas	72,6	71,0	76,6	89,7	Jul./91	13,1
Material de Transporte	77,1	78,4	74,0	91,7	Abr./95	17,7
Editorial e Gráfica	76,0	74,8	71,9	90,0	Jul./95	18,1
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	60,8	63,3	61,3	88,9	Jan./98	27,6
Fumo	59,1	70,5	54,0	96,2	Out./88	42,2

Fonte: FGV - Dados

estão com a produção aquecida, operando próximo ao limite da capacidade instalada e registrando aumento na carteira de pedidos. É o caso do segmento de bens de capital não-seriados (sob encomenda), cuja produção cresceu 10,6% em janeiro de 2005, em relação a janeiro de 2004. Os bens de capital sob encomenda são máquinas de maior valor agregado e que refletem decisões de investimento mais ousadas, de médio e longo prazos (Tabela 11).

Levantamento feito pelo jornal Valor Econômico (São Paulo, 21/03/2005) mostra que os fabricantes de bens de capital sob encomenda estão encontrando dificuldades para atender à carteira de pedidos. A Companhia Brasileira de Caldeiras, por exemplo, revelou que está operando com 65% da capacidade total, ante 45% no mesmo período do ano passado.

O mesmo desempenho se observa na Mause, empresa especializada em produtos para o setor sucroalcooleiro, que registrou uma taxa de crescimento da produção de 25% no primeiro bimestre de 2005, na comparação com igual período do ano anterior.

Na Voith Paper, que produz máquinas e equipamentos para indústrias de papel e celulose, a carteira de pedidos está preenchida no primeiro semestre, o que elevou a projeção de faturamen-

to em 25%, com grande parte das encomendas direcionadas para o mercado local. A empresa calcula que entre 80% e 90% dos produtos serão destinados para o mercado interno em 2005. Na Voith Paper, o crescimento da demanda engendrou uma elevação de 25% do nível de utilização da capacidade instalada no primeiro bimestre do ano, em relação ao mesmo período de 2004.

Outro setor que apresentou um bom desempenho em janeiro, em relação ao mesmo período de 2004, foi a produção de bens de capital para o setor de equipamentos de transportes, que cresceu 19,4%. De acordo com o BNDES, essa indústria executará o maior investimento do setor neste ano, com R\$ 9,2 bilhões somente de recursos fornecidos pela instituição. Vale salientar que esse segmento encontra-se com um alto nível de utilização da capacidade instalada.

Já o setor de bens de consumo aguarda por um incremento de 11% no parque fabril, apesar da estar com maior nível de capacidade não utilizada, enquanto os produtores de bens intermediários e de material de transporte acreditam numa expansão de 7%.

A expansão do setor de bens intermediários minimizaria problemas de escassez de matérias-primas que tendem a provocar pressões de cus-

Tabela 11 - Produção física - Brasil. Índices especiais de bens de capital

Segmentos	Mensal*			Acumulado		
	Nov	Dez	Jan	Jan.- Nov.	Jan.- Dez.	Jan.- Jan.
Bens de Capital para Fins Industriais	15,10	13,35	1,66	16,37	16,13	1,66
Bens de Capital para Fins Industriais Seriados	17,40	16,45	0,19	20,59	20,25	0,19
Bens de Capital para Fins Industriais Não - Seriados	1,59	-4,88	10,64	-6,73	-6,59	10,64
Bens de Capital Agrícola	-14,96	-10,40	-19,96	7,56	6,36	-19,96
Bens de Capital Peças Agrícolas	1,43	6,76	-70,00	-7,64	-7,48	-70,00
Bens de Capital para Construção	50,91	25,43	34,83	39,10	38,02	34,83
Bens de Capital para o Setor de Energia Elétrica	4,52	14,44	19,27	12,35	12,54	19,27
Bens de Capital Equipamentos de Transporte	25,25	36,06	19,40	24,82	25,62	19,40
Bens de Capital de Uso Misto	-11,37	-0,04	4,08	16,49	14,80	4,08

Fonte: IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>

tos de produção no setor industrial. Convém destacar que a taxa de câmbio vigente favorece a importação de bens intermediários a preços competitivos, atenuando pressões relacionadas com o esgotamento da capacidade de produção.

No que diz respeito às possibilidades de esgotamento da capacidade de produção, a maior preocupação se encontra no segmento de bens intermediários. Na avaliação de 43% das empresas consultadas, ocorrerão gargalos de oferta nesse setor nos próximos dois anos (Gráfico 10).

Já no que se refere ao setor de material de transportes, 39% das empresas acreditam no esgotamento da capacidade instalada a partir de 2007. Com relação ao setor de bens de capital e bens de consumo, 18% e 12% dos entrevistados, respectivamente, consideram que haverá limitações de produção nos próximos dois anos. Entre os empresários entrevistados, 58% apontam a carga tributária excessiva e 23% citam os juros elevados como a maior barreira ao crescimento da capacidade instalada.

De acordo com o levantamento, em relação primeiro trimestre de 2005, as empresas permaneciam confiantes na continuidade do crescimen-

to e os números relacionados ao emprego confirmam essa tendência. O saldo de transações foi de sete pontos percentuais para o período janeiro-março, melhor resultado desde 1987.

Outro fator que revela as expectativas favoráveis dos empresários está relacionado com as previsões de encomendas de insumos produtivos tanto no mercado interno quanto no mercado externo. O levantamento da FGV indica que 36% das empresas pretendem elevar as compras de insumos no mercado interno no período janeiro-março e 25%, diminuí-las.

Diante da apreciação do real frente ao dólar, 38% das empresas pretendem incrementar as compras no mercado externo e somente 12% desejam comprar menos. Esses resultados são bem melhores do que os registrados em janeiro de 2004.

Finalmente, a pesquisa constatou um processo de descompressão dos preços no setor industrial, que ocorreu principalmente no segmento de bens intermediários, com ênfase para químicos, metalurgia e papel e celulose. A apreciação cambial nos últimos meses e o abrandamento do ciclo de altas de *commodities* industriais no pla-

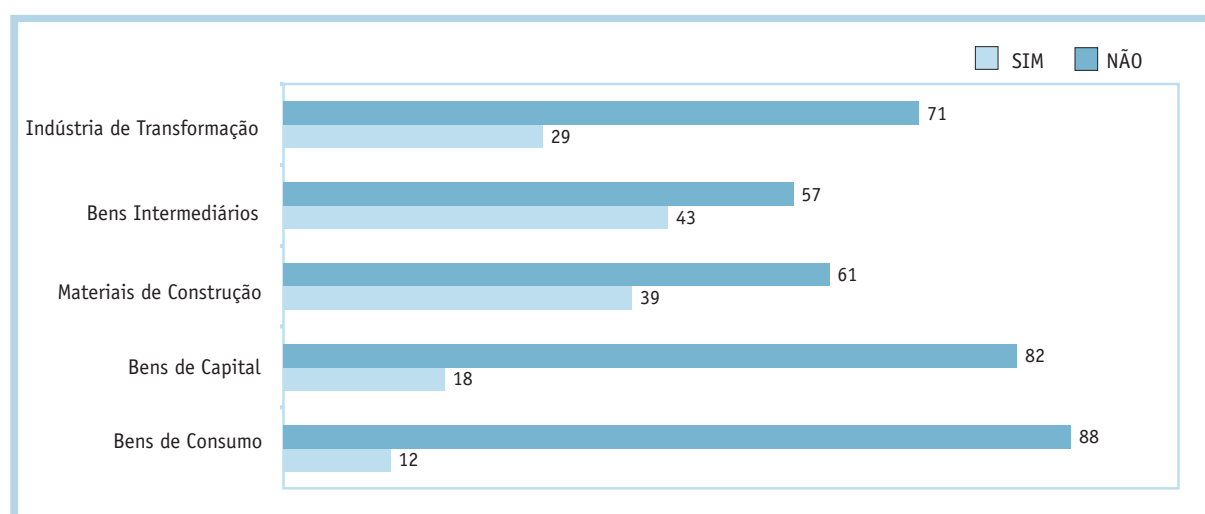


Gráfico 10 - Brasil. Capacidade de produção. Possibilidade de esgotamento nos próximos dois anos (em %).

Fonte: IBRE/FGV. Disponível em: <www.ibre.fgv.br>

no internacional também contribuem para a diminuição da pressão por reajustes.

Para os estados do Nordeste, o Nuci da Região, sem ajuste sazonal, decresceu 1,7% em relação a janeiro de 2004, enquanto a indústria de transformação do Brasil registrou um acréscimo de 3,7% na mesma base de comparação. Isto resulta, certamente, do maior ritmo de crescimento da produção industrial no agregado nacional, em 2004, em relação à indústria nordestina.

Por outro lado, comparando com outubro de 2004, observou-se quedas do Nuci no Nordeste e no Brasil de, respectivamente, 1,9% e 2,7%.

A queda expressiva do Nuci no setor de bens de consumo duráveis e a estabilidade no setor de bens intermediários, segmento importante na indústria de transformação nordestina, explicam essa diferença de intensidade. Como resultado, os níveis de utilização da capacidade instalada da Região, em janeiro, continuam superiores ao agregado brasileiro (Gráfico 11).

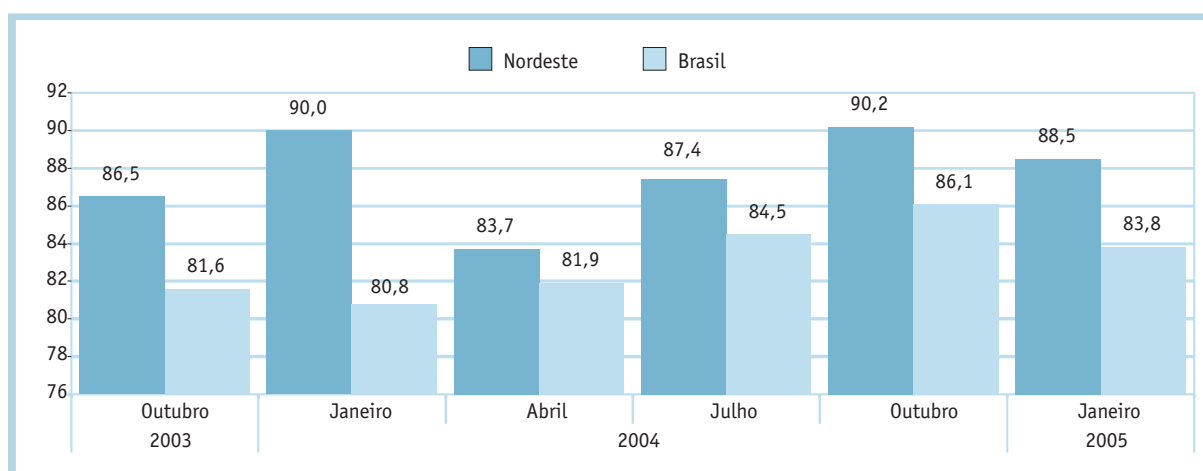


Gráfico 11 - Brasil e região Nordeste. Nível de Utilização da Capacidade Instalada na indústria de transformação. Percentagem.

Fonte: FGV Dados. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

3.4 - Produtividade da Indústria Brasileira

Pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) mostra que a taxa de crescimento da produtividade (6%), em 2004, foi a mais expressiva nos últimos três anos.

O incremento da produtividade ocorreu com recuperação do emprego (1,9%), horas pagas (2,2%) e salário médio (6,9%), revertendo um quadro dominante do passado recente, quando os ganhos de produtividade estavam relacionados ao desemprego em massa e aos ajustes microeconômicos das empresas líderes (Tabela 12).

Esses ajustes caracterizavam-se pela utilização de técnicas de flexibilização dos contratos de trabalho que implicavam compressão dos salários e dos benefícios empregatícios e de terceirização de atividades auxiliares e de apoio à produção. Também fez parte desse processo de ajuste das empresas o fechamento de linhas de produção consideradas não competitivas e a conseqüente redução do valor agregado nas cadeias produtivas. Nesse período, o crescimento da produtividade foi superior à expansão da produção em razão da diminuição da absorção de mão-de-obra.

Tabela 12 - Brasil. Indústria geral: principais indicadores acumulados, jan-dez/04. Produção, horas pagas, pessoal ocupado e produtividade - Variações em %

Variáveis	Variação %		
	2002	2003	2004
Prod.Física (PF)	2,7	0,0	8,3
Pessoal Ocupado (PO)	-1,0	-0,6	1,9
Horas Pagas (HP)	-1,3	-0,9	2,2
Folha Média de Pagamento Real	-1,9	-3,5	6,9
Produtividade (PF/HP)	4,1	1,0	6,0

Fonte: IBGE. PIM-PF. PIMES. IEDI: produtividade industrial: emprego e salário em 2004: (fev. 05). Disponível em: <www.iedi.org.br>

O crescimento da produtividade no contexto atual está mais relacionado a uma melhor eficiência alocativa dos recursos e à introdução de inovações do que propriamente a comportamentos defensivos ligados a um intenso processo de reestruturação produtiva. Decorrem, portanto, da redução dos níveis de capacidade não utilizada, possível em função da realização de investimentos substanciais pela indústria em resposta a uma demanda crescente. O resultado é uma expansão da produção industrial a taxas iguais ou maiores ao crescimento da produtividade, com incrementos importantes do emprego.

Dos dezoito setores analisados, quatorze apresentaram incrementos da produtividade no ano de 2004 – e, em oito deles, a expansão foi acompanhada por aumento das horas pagas, com destaque para máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos de precisão e de comunicações e de fabricação de meios de transportes (Tabela 13).

Grande parte desses segmentos apresentou um crescimento significativo do nível de utilização da capacidade instalada (Nuci) no ano de 2004, possibilitando o incremento da produtividade com expansão nas horas pagas.

Em outros seis setores, os ganhos de produtividade foram acompanhados por declínio das horas pagas, com ênfase para o gênero têxtil, produtos de metal (excetuando máquinas e equipamentos), vestuário e fabricação de outros produtos da indústria de transformação. Vale observar que

nesse grupo os ganhos de produtividade são, em geral, elevados e superiores àquele que registrou crescimento na produtividade com expansão nas horas pagas. São segmentos que, em geral, não apresentaram incrementos significativos na utilização da capacidade instalada.

Como resultado, os ganhos de produtividade estão possivelmente associados a ajustes defensivos que implicam mudanças técnicas derivadas de investimentos de substituição ou de mudanças organizacionais. Em 2003, em condições de baixo crescimento, esses segmentos apresentaram queda de produção e nas horas pagas.

Outros quatro setores registraram queda na produtividade com expansão das horas pagas. Esse declínio da produtividade resultou do fato do aumento das horas pagas ter sido superior ao incremento da produção.

O estudo do Iedi também realizou uma comparação entre a evolução do emprego e do custo médio da mão-de-obra em 2004. Dos dezoito setores analisados, treze registraram expansão no emprego e em dez deles com recuperação no nível real de salários.

Nos três setores que não apresentaram variação positiva no custo médio da mão-de-obra — fumo, coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool —, observou-se taxas expressivas de crescimento do emprego, sugerindo a contratação de trabalhadores a baixos salários (Tabela 14).

Tabela 13 - Brasil. Indicadores acumulados de produção física (PF), horas pagas (HP) e produtividade (PF/PH) por setores de atividade (2004).

Setores Industriais	Produção Física (PF)	Horas Pagas (HP)	PF/HP
Indústria Geral	8,3	2,2	6
Indústria Extrativa	4,3	4,5	-0,2
Indústria de Transformação	8,5	2,1	6,3
Crescimento na Produtividade com Expansão nas Horas Pagas			
Fab.de Meios de Transporte	26,6	9,6	15,5
Madeira	7,7	1,3	6,2
Produtos Químicos	6,0	1,7	4,2
Borracha e Plástico	7,8	4,6	3,0
Máq. Equip. excl. Elétricos, Eletrônicos, de Precisão e de Com.	18,2	15,0	2,8
Alimentos e Bebidas	4,5	2,7	1,7
Calçados e Couro	2,3	1,4	0,9
Máq. Ap. Elétricos, Eletrônicos, de Precisão e de Com.	12,1	6,7	5,0
Crescimento na Produtividade com Declínio nas Horas Pagas			
Prod. de Metal Exclusive Máquinas e Equipamentos	10,0	-3,8	14,3
Têxtil	10,1	-0,7	10,9
Vestuário	1,6	-8,0	10,4
Fab.Outros Produtos. da Ind. de Transformação	8,4	-1,8	10,4
Minerais Não Metálicos	4,8	-1,8	6,7
Papel e Gráfica	2,4	-3,6	6,2
Declínio na Produtividade com Expansão nas Horas Pagas			
Fumo	18,9	23,1	-3,4
Coque, Refino de Petróleo, Combustíveis Nucleares e Álcool	2,3	7,6	-4,9
Metalúrgica Básica	3,3	10,1	-6,2

Fonte: IBGE. PIM-PF. PIMES. IEDI: produtividade industrial: emprego e salário em 2004: (fev./05). Disponível em: <www.iedi.org.br>

Estudo realizado pela MCM Consultores Associados confirma os resultados do Iedi ao revelar um crescimento de 3,5% da produtividade total da economia brasileira em 2004, melhor performance nos últimos dez anos. Entretanto, a pesquisa chama a atenção para a desaceleração dos ganhos de produtividade, principalmente nos dois últimos trimestres, fechando 2004 com uma retração de 0,1% no período outubro-dezembro.

Todos os estados investigados pela pesquisa registraram incrementos da produtividade no ano 2004, com taxas superiores às verificadas em similares períodos de 2002 e 2003, com exceção de Minas Gerais e Espírito Santo.

Os estados nordestinos apresentaram taxas importantes de crescimento da produtividade, destacando-se o Ceará (8,8%) que teve o segundo melhor desempenho do País — atrás apenas

de São Paulo (9,8%) —, com o setor têxtil (20,2%) e minerais não-metálicos (16,9%) registrando as maiores evoluções. As principais quedas foram verificadas na metalurgia básica (11,2%), produtos de metal (5,5%) e coque, refino de petróleo e produção de álcool (2,4%) (Tabela 15).

A Bahia apresentou uma variação positiva de 6,9%, destacando-se os setores de coque e refino de petróleo (31,2%) e minerais não-metálicos (22,2%). Vale salientar que nenhum segmento analisado pela pesquisa registrou queda do nível de produtividade.

Já a indústria pernambucana apresentou uma taxa de crescimento de produtividade de somente 3,3%, a segunda menor entre os estados analisados pela pesquisa do Iedi. Dos sete setores pesquisados, quatro apontaram diminuição dos

Tabela 14 - Brasil. Indicadores acumulados de pessoal ocupado e de folha média de pagamento real por setores de atividade

Setores de Atividade	2004 Variação %	
	Pessoal Ocupado	F.Pag.Média Real
Indústria Geral	1,9	6,9
Indústria Extrativa	4,3	9,6
Indústria de Transformação	1,9	6,8
Alimentos e Bebidas	3,7	4,6
Fumo	22,8	-3,7
Têxtil	0,0	-1,4
Vestuário	-7,5	6,5
Calçados e Couro	0,8	6,3
Madeira	2,0	3,2
Papel e Grafica	-4,4	6,0
Coque, Refino de Petróleo, Combustíveis Nucleares e Álcool	11,0	-2,7
Produtos Químicos	2,4	5,7
Borracha e Plástico	3,5	6,1
Minerais Não-Metálicos	-3,2	5,9
Metalúrgica Básica	6,7	4,7
Prod. de Metal Exclusive Máquinas e Equipamentos	-5,1	1,7
Máq. Equip. excl. Elétricos, Eletrônicos, de Precisão e de Com.	14,1	12,5
Máq. Ap. Elétricos, Eletrônicos, de Precisão e de Com.	6,0	3,2
Fab.de Meios de Transporte	8,0	5,8
Fab.Outros Produtos da Ind. de Transformação	-2,3	6,2

Fonte: IBGE. PIM-PF. PIMES. IEDI: produtividade industrial: emprego e salário em 2004: (fev./05). Disponível em: <www.iedi.org.br>

níveis de produtividade, com ênfase para coque e refino de petróleo e produção de álcool (-43,9%). Essa queda expressiva ocorreu pelo fato do crescimento da produção (25,3%) ter sido acompanhado de um aumento extraordinário das horas pagas (123,3%).

Em 2004, observou-se um crescimento da produção e da produtividade. E isso ocorreu, sobretudo, através do aumento do nível de utilização da capacidade instalada e da incorporação de inovações em detrimento de estratégias defensivas ligadas a corte de despesas predominantes na década passada.

3.5 - Comércio

Os dados relativos ao comércio varejista, divulgados pela Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE, revelam que o volume de vendas cresceu em fevereiro pelo décimo quinto mês consecutivo, com variação positiva de 1,3% acima do registrado no mesmo mês do ano passado. Isto contribuiu para um resultado acumulado no ano de 3,8%, e em doze meses, de quase 9,0% (Gráfico 12).

O resultado de fevereiro revela a tendência observada nos últimos meses, com exceção de

dezembro, de desaceleração do crescimento do comércio varejista. Deve ser levado também em consideração o efeito calendário que teve na base de comparação, fevereiro de 2004, mês com três dias adicionais (ano bissexto).

Os acréscimos dos diversos ramos do comércio varejista alcançaram patamares muito distintos. Enquanto alguns segmentos registraram trajetórias de crescimento mais robustas, em outros a progressão foi bem mais efêmera (Tabela 16).

O primeiro caso está representado principalmente pelos setores de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação e de móveis e eletrodomésticos que cresceram, respectivamente, 33,7% e 16,1%, em relação ao mesmo período do ano anterior. O bom desempenho desses dois segmentos pode ser creditado, em grande parte, às medidas de incentivo ao crédito à pessoa física, em que se destacam os empréstimos consignados em folha de pagamento.

Vale salientar que o segmento de móveis e eletrodomésticos registrou a maior taxa de variação acumulada em doze meses (26,2%), assim como a maior expansão acumulada no primeiro bimestre (17,9%).

No segundo caso estão enquadrados artigos farmacêuticos, ortopédicos e de perfumaria (0,2%), assim como livros, jornais, revistas e papelaria (4,5%).

Nos segmentos mais dependentes da renda disponível das famílias, as estatísticas apresen-

tam resultados negativos em função, sobretudo, do efeito calendário já mencionado. O ramo de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumos evidenciou queda de 0,2% em fevereiro – na comparação com igual mês do ano anterior.

No setor de tecidos, vestuário e calçados, após o crescimento de 4,1% no mês de janeiro, observou-se um recuo de 1,0%. No acumulado dos últimos doze meses, esses ramos registraram taxas positivas de crescimento de, respectivamente, 7,0% e 5,2%, portanto abaixo da média geral de 8,9%.

Finalmente, vale mencionar o baixo desempenho do ramo de combustíveis e lubrificantes (-8,6%), já acumulando um decréscimo de 4,7% no primeiro bimestre. Contabilizando os últimos doze meses, constatou-se um crescimento de 3,0% para esse segmento.

As vendas no comércio no mês de fevereiro cresceram em todas as unidades da Federação no comparativo com o mesmo período do ano

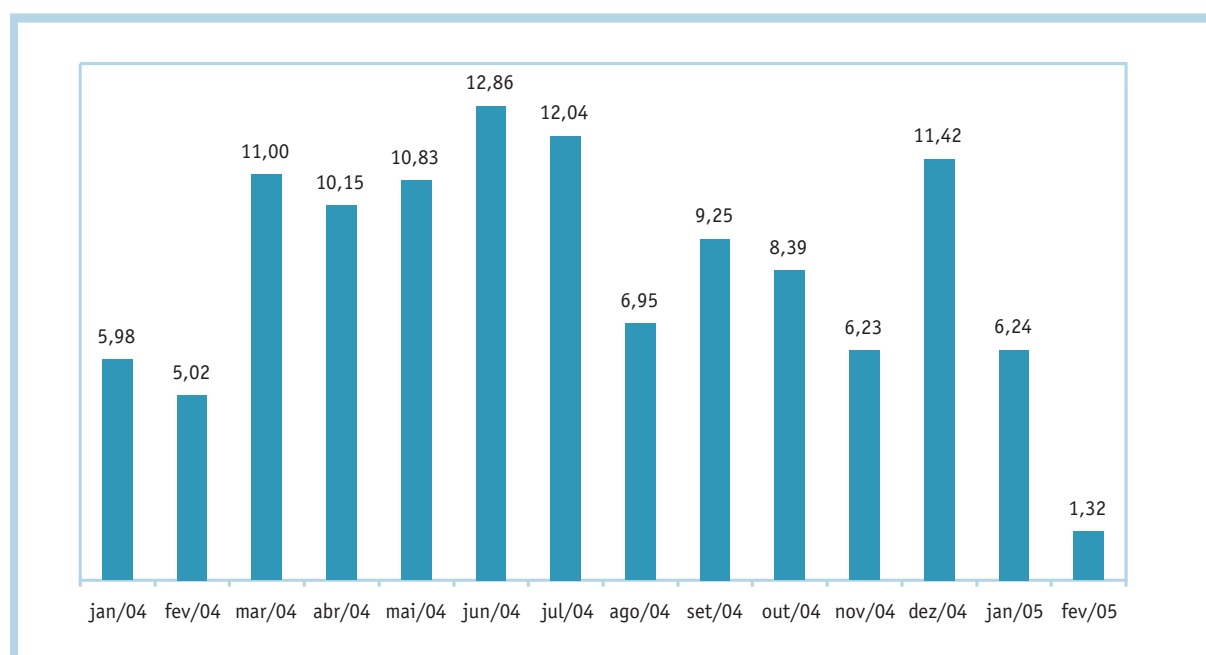


Gráfico 12 - Brasil. Evolução do volume de vendas do comércio varejista (jan.04-fev.05)

Fonte: IBGE. Pesquisa mensal de comércio: (fev./05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>

Tabela 16 - Brasil - Indicadores de desempenho do comércio varejista segundo grupos de atividades PMC - (fev./05).

Atividades	Volume de Vendas		
	Indicador Mensal Taxa de Variação Fev.05/Fev.04	Acumulado Taxa de Variação	
		No Ano	12 Meses
1. Combustíveis e Lubrificantes	-8,65	-4,73	3,02
2. Hiper, Supermercados, Prods. Alimentícios, Bebidas e Fumo	-0,22	3,09	7,05
2.1. Super e Hipermercados	-1,10	2,77	7,29
3. Tecidos, Vest. e Calçados	-1,02	1,63	5,22
4. Móveis e Eletrodomésticos	16,10	17,93	26,24
5. Atigos Farmacêuticos, Med., Ort. e de Perfumaria	0,26	0,29	-
6. Equip.e Mat.para Escritório Informática e Comunicação	33,78	7,01	-
7. Livros, Jornais, Rev. e Papelaria	4,56	-1,81	-
8. Outros Arts.de Uso Pessoal e Doméstico	10,06	10,83	-
COMÉRCIO VAREJISTA*	1,32	3,84	8,95
9. Veículos e Motos, Partes e Peças	-2,03	4,90	17,92
10. Material de Construção	0,03	0,57	-
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	0,26	3,93	-

Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio: (fev./05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>

Nota: (*) O indicador do comércio varejista é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 8.

anterior. O estado que mais se destacou foi Rondônia, com variação de 32,9% no período.

Entre os estados nordestinos, Sergipe apresentou a maior taxa de crescimento do volume de transações e a terceira do Brasil (23,2%), seguido por Paraíba (20,8%) e Maranhão (20,4%) (Tabela 17).

A pesquisa do IBGE revelou ainda que a receita nominal do varejo cresceu 7,7%, comparativamente ao mesmo mês de 2004. Em doze meses, o faturamento aumentou 13,1%. Todos os segmentos registraram variação positiva na receita nominal, com destaque para equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (34,3%).

No Brasil, Rondônia apresentou o maior crescimento da receita nominal das vendas no comércio varejista, com incremento de 38,8%. No Nordeste, o destaque ficou com o estado de Sergipe que registrou a maior taxa da Região e a segunda do País (33,3%). Em seguida, apare-

cem Paraíba (27,8%) e Maranhão (26,5%) (Tabela 18).

O comportamento do comércio varejista reflete, sobretudo, a dinâmica do consumo doméstico que tem sua trajetória relacionada tanto com a evolução do mercado de trabalho, quanto das condições do mercado de crédito.

Com relação a esse último, observou-se que as operações de crédito do sistema financeiro atingiram R\$ 498,3 bilhões em fevereiro – expansão de 1,4% no mês. Cabe mencionar que desde janeiro de 2004 as operações de crédito direcionado e com recursos livres vem apresentando trajetória positiva. Como resultado, a relação desse agregado com o PIB atingiu 26,7%, valor superior a janeiro/2005 (26,5%) e fevereiro/2004 (25,3%).

Desse total, os empréstimos com recursos livres para pessoas físicas alcançaram R\$ 120 bilhões, em fevereiro, crescimento de 3,2%. De acordo com o Banco Central³, esse maior incre-

³ Nota à imprensa em 23 mar. 2005. Política monetária e operações de crédito ao sistema financeiro.

mento de operações de crédito à pessoa física resultou da continuidade das operações de crédito pessoal, com ênfase para a progressão do crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS.

Além disso, constatou-se a manutenção do crescimento sazonal das modalidades de crédito rotativo (cheque especial e cartão de crédito), vinculado, sobretudo, aos pagamentos de despesas escolares e impostos.

Deve-se ressaltar, de modo especial, o volume de crédito consignado em folha de pagamentos, que registrou expansão de 6,1%, atingindo

R\$ 13,6 bilhões em fevereiro, e de 98,7% nos últimos doze meses. Segundo pesquisa do Banco Central, com amostra de instituições financeiras, essa modalidade representa 79% do total do crédito pessoal. São empréstimos com taxas de juros mais baixas e por isso sua demanda é mais intensa.

Com relação ao financiamento, vale mencionar que o impacto dos aumentos da taxa básica promovidos pelo Copom já começa a se refletir no custo médio do crédito com recursos livres.

De fato, a taxa média de crédito com recursos livres teve um incremento de 0,7 ponto percentual

Tabela 17 - Variação de volume de vendas no comércio varejista ampliado*, por unidade de Federação - (fev./2005).

Unidade de Federação	Variação		
	Mensal Fev.05/Fev.04	Acumulado	
		No Ano	12 Meses
BRASIL	1,32	3,84	8,95
Maranhão	20,42	16,67	16,29
Piauí	13,88	9,25	7,55
Ceará	6,21	8,15	9,21
Rio Grande do Norte	14,37	16,62	14,39
Paraíba	20,78	16,42	10,77
Pernambuco	15,76	14,53	10,78
Alagoas	18,16	20,94	16,47
Sergipe	23,18	12,54	7,87
Bahia	3,09	7,95	9,34

Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio: (fev./05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>

Nota: * Inclui as atividades de Veículos e de Material de Construção, além daquelas que compõe o varejo.

Tabela 18 - Variação da receita nominal de vendas no comércio varejista, por unidade da Federação - (fev./2005).

Unidade de Federação	Variação		
	Mensal Fev.05/Fev.04	Acumulado	
		No Ano	12 Meses
BRASIL	7,71	10,39	13,14
Maranhão	26,57	23,29	21,09
Piauí	19,04	14,89	12,46
Ceará	11,19	13,95	13,94
Rio Grande do Norte	19,56	23,42	19,74
Paraíba	27,81	23,47	14,99
Pernambuco	21,64	20,55	14,92
Alagoas	23,33	26,61	20,52
Sergipe	33,37	21,83	12,62
Bahia	9,50	14,71	11,45

Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio: (fev./05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

em fevereiro, atingindo 47,5% ao ano. Esse valor supera em quase três pontos percentuais a taxa de juros média do ano de 2004 (44,8%).

Somente no segmento de pessoas físicas, o custo médio dos empréstimos alcançou 64% ao ano,

com elevação de 0,6 ponto percentual. Esse aumento foi bem mais intenso do que a taxa média de juros para as operações de crédito para pessoas jurídicas, cuja alta foi de 0,2 ponto percentual, ficando em 32,4% anuais.

3.6 - Agricultura

As estimativas de produção de grãos da safra 2004/2005 foram refeitas após a estiagem ocorrida na região Sul do Brasil, principalmente no estado do Rio Grande do Sul, entre o final de 2004 e início de 2005.

De acordo com o levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), órgão ligado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em fevereiro a estimativa de produção de grãos brasileira era de 123,4 milhões de toneladas para a safra 2004/2005. O novo levantamento, realizado em março deste ano, apontou redução de 3,3% na projeção anterior, com uma produção de 119,5 milhões de toneladas.

A soja foi o produto mais afetado pela estiagem. A expectativa de produção caiu de 57,0 para 53,2 milhões de toneladas entre fevereiro e março (redução de 6,7%). Para as outras culturas, foram mantidas as mesmas projeções.

Comparativamente ao Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no mês de março de 2005 os valores são semelhantes aos levantados pela Conab, de 119,5 milhões de toneladas. Este montante é 0,10% superior ao mesmo período de 2004.

Desagregando esse número por regiões geográficas, tem-se a distribuição da produção agrícola em 37,9% para o Centro-Oeste, 3,4% para o Norte, 8,9% para o Nordeste, 15,4% para o Su-

deste e 34,4% para o Sul. Relativamente ao mês de fevereiro, o novo levantamento apresenta as seguintes variações por produto: algodão herbáceo, 7,4%; feijão primeira safra, -3,1%; mamona, 6,1% e soja em grãos, -2,9% (Gráfico 13). Este último com menor redução, comparado ao levantamento realizado pela Conab, no mesmo período.

No caso das estimativas de produção de soja por estado (Tabela 19) nota-se o maior efeito da estiagem no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, cujas produções estimadas foram reduzidas em 44,8% e 8,3%, relativamente à safra anterior (2003/2004), embora tenham aumentado as áreas plantadas em 3,0% e 9,0%, respectivamente.

A região Centro-Oeste continua sendo a maior produtora do grão, com 28,7 milhões de toneladas estimadas para a safra 2004/2005, mais da metade da produção nacional. O destaque é o estado do Mato Grosso do Sul, cuja projeção de produção aumentou em 20,0%, passando de 3,3 para 4,0 milhões de toneladas, ocupando a quarta posição em volume produzido, ultrapassando o Rio Grande do Sul.

As estimativas de produção no Nordeste evoluíram positivamente, passando de 3,5 para 3,9 milhões de toneladas, acréscimo de 11,0%. O Piauí apresenta melhor desempenho, vez que os aumentos de produção e área foram estimados em 26,9% e 17,0%, respectivamente, com produtividade 8,4%

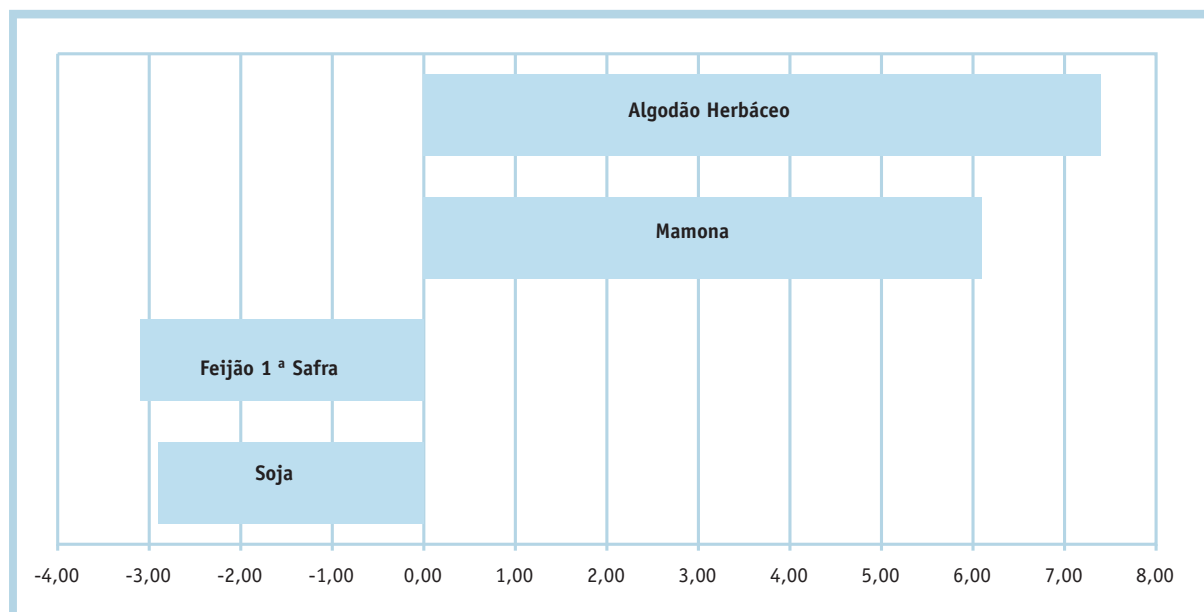


Gráfico 13 - Variação da Produção - Comparação fev.-mar. 2005 - Brasil

Fonte: IBGE. Disponível em : <www.ibge.gov.br>

superior. Em todos os três estados produtores de soja na Região (BA, MA e PI), houve aumento da área plantada, demonstrando a vocação para a produção de soja nos cerrados nordestinos.

Apesar das menores estimativas na produção de soja e reduções nas projeções do milho e do feijão, a safra 2004/2005 de grãos tende, ainda, a ser recorde, com 346,8 mil toneladas a mais que na safra anterior. Isto se dá em virtude da variação positiva na produção da soja, mesmo com a quebra de safra no Rio Grande do Sul — considerando que outras regiões brasileiras não foram afetadas pela estiagem.

Além da redução na safra, outros pontos influenciaram o menor crescimento esperado da produção de grãos, como a cotação em declínio a partir do último trimestre de 2004 e a elevação dos custos de produção, em média, de 13% para as culturas de trigo, milho, soja, arroz e algodão.

Conforme mencionado anteriormente, o Rio Grande do Sul foi o estado mais afetado com a estiagem. As perdas em decorrência da seca somaram 102,3 milhões de sacas de soja (60kg), correspondentes a 6,1 milhões de toneladas,

considerando a previsão feita em dezembro de 2004. Ao preço de R\$ 33,50/saca, a perda se aproxima dos R\$ 3,4 bilhões. Em seguida, aparecem o Paraná, com perdas no valor de R\$ 1,0 bilhão e o Mato Grosso do Sul, com R\$ 525,7 milhões.

Em relação às projeções da Conab, o Brasil, de modo geral, sofreu redução de 9,7 milhões de toneladas na produção de soja, equivalente a R\$ 5,4 bilhões. Quanto à produção de milho primeira safra, as perdas contabilizaram R\$ 902,0 milhões, referentes a 3,2 milhões de toneladas. Os estados afetados nesta cultura pela estiagem, por ordem de quantidade, foram Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás e Paraná.

Previsões realizadas pelo IBGE em dezembro de 2004 apontavam uma produção agrícola de 134,9 milhões de toneladas. Isto indica prejuízo em torno de 15,4 milhões de toneladas, considerando o último levantamento realizado por aquele instituto, de 119,5 milhões de toneladas (Tabela 20).

Um índice bastante utilizado pelo setor agropecuário é a relação de troca entre produtos e fertilizantes, colheitadeiras ou tratores

Tabela 19 – Comparativo de área, produtividade e produção de soja, safras 2003/2004 e 2004/2005 (Levantamento mar. 2005)

Região/UF	Área (Em Mil ha)			Produtividade (Em Kg/ha)			Produção (Em Mil t)		
	Safra 03/04	Safra 04/05	Var. %	Safra 03/04	Safra 04/05	Var. %	Safra 03/04	Safra 04/05	Var. %
Norte	344	470,2	36,7	2.590	2.628	1,5	891,1	1.235,80	38,7
RR	12	12	0	2.400	2.400	0	28,8	28,8	0
RO	59,5	67,8	14,0	2.990	2.990	0	177,9	202,7	13,9
AM	2,1	2,1	0	2.571	2.571	0	5,4	5,4	0
PA	26,8	58,2	117,0	2.700	2.700	0	72,4	157,1	117
TO	243,6	330,1	35,5	2.490	2.550	2,4	606,6	841,8	38,8
Nordeste	1.323,30	1.437,40	8,6	2.674	2.734	2,2	3.538,90	3.929,40	11
MA	342,5	380,2	11	2.698	2.690	-0,3	924,1	1.022,70	10,7
PI	159,3	186,4	17	2.490	2.700	8,4	396,7	503,3	26,9
BA	821,5	870,8	6	2.700	2.760	2,2	2.218,10	2.403,40	8,4
Centro-Oeste	9.567,60	10.601,90	10,8	2.573	2.707	5,2	24.613,10	28.701,00	16,6
MT	5.148,80	5.895,40	14,5	2.915	2.950	1,2	15.008,80	17.391,40	15,9
MS	1.797,20	1.994,90	11	1.850	2.000	8,1	3.324,80	3.989,80	20
GO	2.572,00	2.662,00	3,5	2.390	2.700	13	6.147,10	7.187,40	16,9
DF	49,6	49,6	0	2.670	2.670	0	132,4	132,4	0
Sudeste	1.826,90	1.869,20	2,3	2.449	2.660	8,6	4.474,40	4.971,20	11,1
MG	1.065,80	1.096,70	2,9	2.495	2.800	12,2	2.659,20	3.070,80	15,5
SP	761,1	772,5	1,5	2.385	2.460	3,1	1.815,20	1.900,40	4,7
Sul	8.213,90	8.506,20	3,6	1.979	1.679	-15,2	16.252,60	14.281,80	-12,1
PR	3.935,90	4.081,50	3,7	2.550	2.600	2	10.036,50	10.611,90	5,7
SC	307	334,6	9	2.139	1.800	-15,8	656,7	602,3	-8,3
RS	3.971,00	4.090,10	3	1.400	750	-46,4	5.559,40	3.067,60	-44,8
Norte/ Nordeste	1.667,30	1.907,60	14,4	2.657	2.708	1,9	4.430,00	5.165,20	16,6
Centro-Sul	19.608,40	20.977,30	7	2.312	2.286	-1,1	45.340,10	47.954,00	5,8
Brasil	21.275,70	22.884,90	7,6	2.339	2.321	-0,8	49.770,10	53.119,20	6,7

Fonte: CONAB - Levantamento (mar./05)

Tabela 20 - Perdas ocorridas nas produções de soja e milho, na safra 2004/2005.

Região/UF	Perdas de Produção (Em t)			
	Safra 2004/2005			
	Perda em sc	Perda em kg	Preço/sc	Perda em R\$
Soja				
MS	-17.521.666,70	-1.051.300.000,00	30	-525.650.000,00
GO	-8.520.000,00	-511.200.000,00	31	-264.120.000,00
Sul				
PR	-27.210.000,00	-1.632.600.000,00	37	-1.006.770.000,00
SC	-4.806.666,70	-288.400.000,00	37	-177.846.666,70
RS	-102.251.666,70	-6.135.100.000,00	33,5	-3.425.430.833,30
Total	-160.310.000,00	-9.745.600.000,00		-5.399.817.500,00
Milho 1ª Safra				
MS	-	-	16	-
GO	-2.246.666,70	-134.800.000,00	15,2	-34.149.333,30
Sul				
PR	-2.085.000,00	-125.100.000,00	17,5	-36.487.500,00
SC	-2.538.333,30	-152.300.000,00	17,5	-44.420.833,30
RS	-44.970.000,00	-2.698.200.000,00	17,5	-786.975.000,00
Total	-51.840.000,00	-3.164.000.000,00		-902.032.666,70

Fonte: CONAB - Levantamento (mar./05)

(Tabela 21). Nota-se uma tendência ascendente nas relações de troca⁴, justificada, por um lado, pela redução dos preços desses produtos (que ocorreu a partir de abril de 2004) e, por outro, pelo aumento dos preços dos fertilizantes, insumos importados (60% da demanda interna) e influenciados pela valorização da moeda nacional frente ao dólar americano, no mesmo período.

Observou-se uma desaceleração nesta tendência a partir do último trimestre de 2004, mas continuando acima da média do período de 2000-2004. O feijão é o único produto, dentre os selecionados, para o qual houve redução da

relação de troca, iniciada em agosto de 2004, permanecendo na média do período de 2000-2004. Todos os outros produtos ficaram acima desta média, com destaque para o milho.

A previsão para o segundo trimestre de 2005 é a continuada ascensão na relação de troca, mas em menor velocidade do que a observada no ano passado. Os preços das *commodities*, apesar de se encontrarem ainda baixos, ensaiam uma pequena recuperação, em função da queda nas safras da soja e do milho.

A menor produção de grãos afetou a representatividade do agronegócio na balança co-

Tabela 21 - Brasil. Relação de troca (1), fertilizantes (2) versus produtos selecionados

Período	Produtos						
	Algodão (fardo 15kg)	Arroz Sequeiro (sc 60kg)	Arroz Irrigado (sc 50 kg)	Algodão (fardo 15kg)	Arroz Sequeiro (sc 60kg)	Arroz Irrigado (sc 50 kg)	Arroz Irrigado (sc 50 kg)
Médias Anuais							
2000	42,3	35,8	30,6	14,7	40,2	25,4	33,0
2001	52,9	33,4	30,0	10,6	57,8	23,4	31,7
2002	43,6	29,0	26,5	9,4	38,1	17,6	23,6
2003	39,2	23,2	21,9	11,6	50,3	19,8	28,6
2004	48,3	23,8	27,0	15,8	57,1	22,7	35,8
Dados Mensais							
Dez/03	39,6	18,8	21,1	15,8	51,5	17,9	32,2
Jan/04	37,3	18,1	21,1	12,8	52,9	17,9	32,7
Fev/04	36,7	19,3	23,8	13,9	55,3	18,4	33,9
Mar/04	36,9	21,2	23,4	13,5	53,2	16,2	33,8
Abr/04	38,4	22,9	24,4	14,0	47,3	17,2	31,5
Mai/04	45,9	22,1	24,6	14,5	45,8	18,1	29,4
Jun/04	51,8	23,4	28,1	17,5	52,1	21,3	30,3
Jul/04	55,4	24,7	28,1	20,2	56,0	24,5	33,1
Ago/04	57,5	25,1	28,0	22,6	61,8	26,3	37,4
Set/04	56,0	25,8	28,5	19,9	59,6	25,2	39,1
Out/04 (3)	54,6	25,9	30,6	14,4	62,4	27,1	40,9
Nov/04	54,2	27,3	30,7	13,9	66,8	29,5	42,6
Dez/04	55,2	29,6	32,4	12,7	71,7	30,4	44,6
Média Dez (2000/2004)	47,4	27,9	27,7	12,7	52,3	21,7	33,7

Fonte: DERAL. Disponível em: <www.conab.gov.br>

Notas: (1) Indica a quantidade de produto agrícola necessária para se adquirir uma tonelada de fertilizante.

(2) Fertilizantes considerados:

Algodão em caroço: 04 -30 -10 (70%) e sulfato de amônia (30%); Arroz de sequeiro: 05 -25 -25; Arroz irrigado: 05 -25 -25 (75%) e uréia (25%); Feijão: 04 -30- 16 (80%) e uréia (20%); Milho: 04 -30 -16 (70%) e uréia (30%); Soja: 00 -30 -15; Trigo: 04 -3

(3) Valores alterados devido a correção de erro de digitação no preço da uréia.

⁴ Como a relação de troca mede a quantidade de produto agrícola necessária para se adquirir uma tonelada de fertilizante, quanto maior a relação, pior a situação do produtor.

mercado brasileira. No mês de janeiro de 2005, o agronegócio⁵ representou 34,5% das exportações, inferior aos 40,1% observados no mesmo período, em 2004. É o resultado do menor crescimento do setor agropecuário, relativamente aos outros segmentos da economia.

Para o ano de 2005, espera-se redução da área plantada, influenciada pela queda nos preços das *commodities* e o menor financiamento por parte das *traders*. Alguns produtores não cumpriram os contratos firmados com estas empresas, o que as fez reduzir a intenção de financiá-los.

Para 2005, as culturas que apresentam melhores previsões de desempenho são o café e a cana-de-açúcar — esta embalada pelo aumento nas exportações do álcool. No caso do café, o déficit observado entre a oferta e a demanda mundiais man-

tém o seu preço atrativo, com valorização de 58,4% no mercado internacional no final de 2004, passando de US\$ 46,23 para US\$ 73,27 (Agroanalysis, Nº 01, Vol. 25, São Paulo, jan/2005).

A elevação no preço internacional do petróleo fez a demanda por combustíveis renováveis aumentar. O álcool foi o principal beneficiado, alcançando maior volume exportado e avançando sobre mercados importantes, como a Índia e os EUA, além de se expandir em países com menores compras – Nigéria, Coreia do Sul e Japão. As expectativas para 2005 são ainda mais promissoras, em vista do início do programa de biocombustível da Colômbia e de novas medidas tomadas pela Austrália, União Europeia e Tailândia referentes à mistura de combustíveis fabricados a partir da cana-de-açúcar, beterraba e milho nos seus combustíveis tradicionais.

3.7 - Pecuária

No ano de 2005, a pecuária apresenta um cenário positivo, em especial para os três produtos mais comercializados pelo Brasil: frangos, suínos e bovinos. O preço do grão em baixa não pressionou os custos de produção destas carnes. Isto, somado à melhoria na qualidade sanitária dos rebanhos, possibilitou ao Brasil alcançar novos mercados e expandir sua exportação, projetam perspectivas alvissareiras para o setor.

Os preços das carnes no mercado internacional alcançaram o melhor índice FAO desde 1990, chegando a 101 pontos (Gráfico 13). O aumento médio, em 2004, foi de 26,4% para o frango; 8,8%, porco, e 18,1%, boi.

Em 2005, a FAO estima a produção mundial de carnes em 264,4 milhões de toneladas, 2,5% superior a 2004 (Agroanalysis, Nº 2, Vol. 25, São

Paulo, fev/2005). No Gráfico 14, percebe-se a evolução dos preços internacionais dessas carnes.

Diversos fatores contribuíram para elevar a produção de carnes brasileira nos últimos anos. A conjuntura internacional favorável, com a incidência de doenças, como a “vaca louca”, na Europa, a gripe do frango, na Ásia, tem favorecido os criadores brasileiros. Convém observar que essas doenças podem ter uma velocidade grande de contágio mundial e, portanto, o Brasil deve estar preparado para tomar as providências necessárias para o controle sanitário do seu rebanho para não sofrer eventuais prejuízos.

A avicultura brasileira alcançou grande volume de vendas internacionais em 2004. A participação do País nas exportações mundiais passou de 18,0% para 42,8%, tornando-se um dos maiores

⁵ O agronegócio soma às operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, as atividades de produção nas unidades agrícolas, o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles.

forneecedores desta carne. Para 2005, o setor deve estar atento para superar alguns desafios: realizar controle sanitário para não ser atingido pela *influenza* aviária e *newcastle*; aumentar o consumo doméstico, reduzido a partir de 2003 (estima-se que o consumo *per capita* cresça 2,7% este ano); ampliar o mercado importador, principalmente o chinês e o sul-coreano; e consolidar a liderança no mercado internacional. Isso requer, no entanto, atenção para fatores estruturais – rodovias, armazéns, tributos, crédito –, a fim de manter a competitividade nacional e ganhar maior eficiência produtiva.

A carne suína brasileira sofreu algumas restrições nos anos de 2003 e 2004, ocasionados pela barreira sanitária imposta pela Rússia e pela queda do consumo interno. Os preços encontram-se reprimidos. Em 2004, em razão do histórico anterior e da redução no número de matrizes, houve queda na produção. Para 2005, espera-se uma ligeira recuperação do setor, já que vem ocorrendo uma recomposição das matrizes e aumento nos volumes exportados, em especial pela volta das compras por parte da Rússia.

A produção nacional de camarão concentra-se no Nordeste do País. A atividade sofreu forte impacto, a partir de 2003, em virtude de uma ação movida pelos produtores norte-americanos, acusando carcinicultores brasileiros de praticar *dumping*. O resultado foi maior taxaço do produto, em 10,3%, e redução da exportação, em 10,5%.

Porém, medidas tomadas pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, o Itamaraty, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca e a Associação Brasileira dos Criadores de Camarão (ABCC), no intuito de demonstrar o baixo custo da produção nacional, permitiram reduzir essa sobretaxa para 6,5%.

Em 2005, espera-se que a produção de camarão ganhe novo impulso, resultado de conjunturas internacionais, como o acidente climático ocorrido no leste asiático, principal região produtora mundial do crustáceo e a redução da taxa *antidumping*, anunciada pelos EUA — o que aumenta a competitividade brasileira. Estima-se que a produção brasileira alcance 105 mil toneladas, 31,3% superior à de 2004 (80 mil toneladas). ●

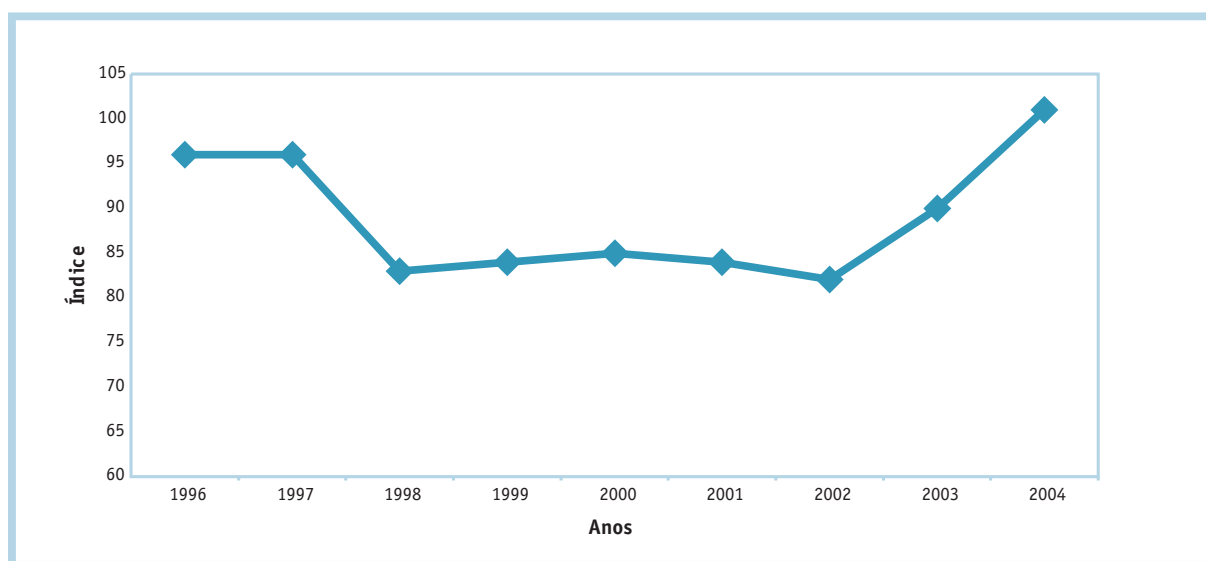


Gráfico 14 - Índice FAO para preços internacionais de carne (1990 - 1992 = 100)

Fonte: FAO/ GIEWS. Food outlook: (dez./04). In: AGROANALYSIS. São Paulo, v. 25, n. 2, fev. 2005

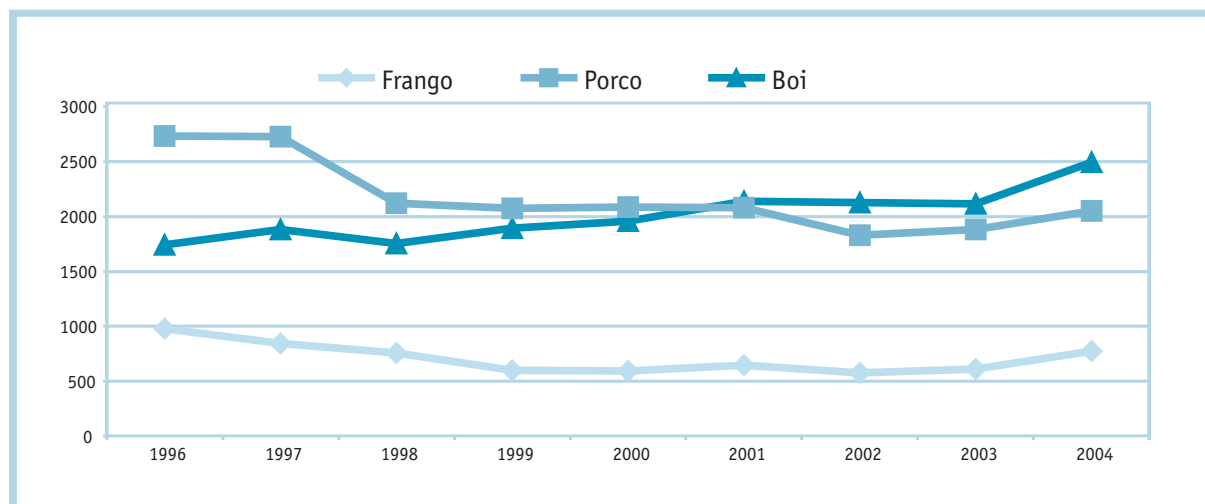


Gráfico 15 - Preços internacionais de carnes (1996-2004)

Fonte: FAO/ GIEWS. Food outlook: (dez./04). In: AGROANALYSIS. São Paulo, v. 25, n. 2, fev. 2005

Notas: (1) Partes de frango, valor unitário de exportação dos EUA; (2) Carne congelada, valor unitário de exportação dos EUA; (3) Carne de vaca industrializada da Austrália - preço CIF - EUA; Para o ano de 2004, dados referentes ao período de janeiro a setembro.

4 - EMPREGO E RENDIMENTO

Mercado de trabalho desacelera crescimento no início de 2005

4.1 - Níveis de Desemprego e Ocupação

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, realizada nas grandes regiões metropolitanas, revelou um movimento ascendente na taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2005, revertendo uma tendência de queda observada no período maio/dezembro de 2004.

A taxa de desocupação (relação entre desocupados e população economicamente ativa) passou de 10,2% em janeiro para 10,8% em março – aumento de 0,6 ponto percentual. Entretanto, vale salientar que a taxa de desocupação ainda é inferior à do mesmo mês do ano anterior (10,8% contra 12,8%) (Gráfico 16).

Na comparação com fevereiro de 2005, todas as áreas investigadas apresentaram estabilida-

de, com variação inferior a um ponto percentual. No confronto com igual mês do ano anterior, as regiões metropolitanas de Belo Horizonte (de 12,1% para 10,7%), Rio de Janeiro (de 9,8% para 8,4%), São Paulo (de 12,1% para 10,7%) e Porto Alegre (de 9,6% para 7,9%) registraram queda nas taxas de desocupação.

No que se refere às regiões do Nordeste pesquisadas pela PME, constatou-se que as taxas de desemprego permanecem superiores à média nacional, com maior percentual para Salvador.

Em março de 2004, verifica-se uma nova tendência ascendente em Recife: a taxa de desemprego foi de 14,1%, ou seja 1,5 ponto percentual acima da verificada no mesmo mês do ano anterior.

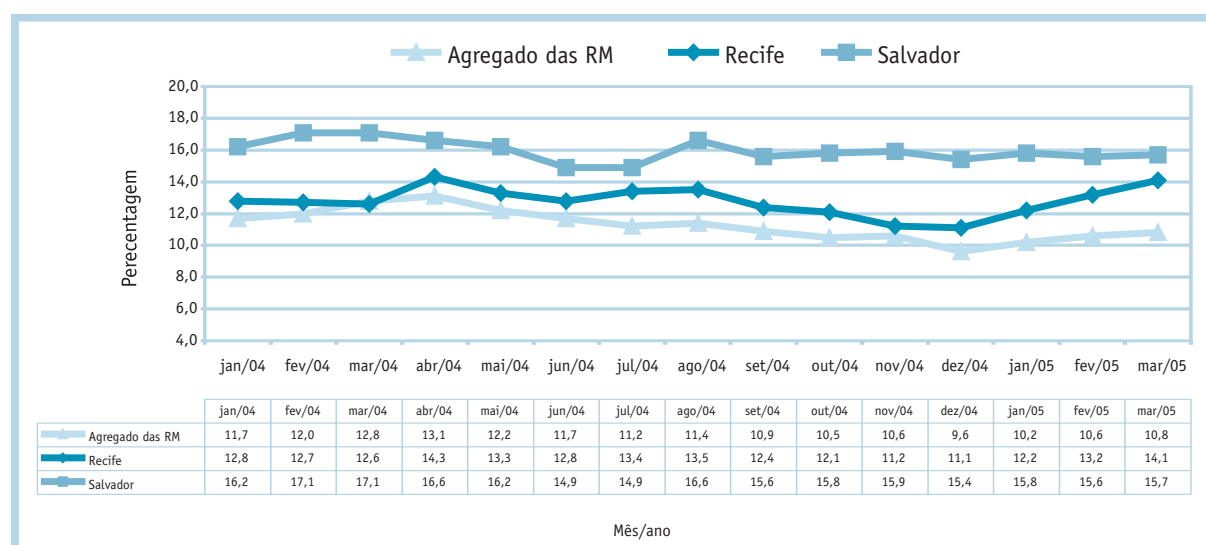


Gráfico 16 - Taxa de desocupação do agregado das regiões metropolitanas cobertas pela PME e das regiões metropolitanas de Recife e Salvador (jan. 04/mar. 05)

Fonte: IBGE. Pesquisa mensal de emprego (PME). Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

Em contrapartida, a região metropolitana de Salvador apresenta um movimento descendente de sua taxa de desocupação, com um recuo de 1,4 ponto percentual em relação a março de 2004.

Na comparação com fevereiro de 2005, a taxa de desemprego em Salvador manteve-se estável, enquanto que a taxa de Recife acompanhou a tendência nacional e cresceu 0,9 ponto percentual.

Por gênero, constatou-se que a diferença entre desocupação de homens e mulheres continua significativa. Em março de 2005, a taxa de desemprego masculina para o total das áreas cobertas pela PME foi estimada em 8,5%, em contraposição a 13,7% para as mulheres.

Comparado com janeiro de 2005, ocorreu uma progressão de 0,6 ponto percentual para os homens e 0,8 ponto percentual para as mulheres. Observa-se um ligeiro predomínio na taxa de desemprego feminino nos incrementos da taxa agregada de desemprego no primeiro trimestre de 2005. Vale mencionar que a participação das mulheres na PEA total das áreas cobertas pela pesquisa, em março deste ano, ficou em torno de 44,9%.

A análise da taxa de desocupação, por sexo, nas regiões nordestinas pesquisadas revela algumas diferenças em relação ao agregado nacional. Para Salvador, em março deste ano, os percentuais foram de 19,2% e 12,6% para mulheres e homens, respectivamente. Em março de 2004, na mesma ordem, foram de 20,3% e 14,2% - assinalando uma queda mais acentuada da taxa de desocupação dos homens (12,7%), e menor para as mulheres (5,7%) (Gráfico 17).

Em Salvador, no primeiro trimestre de 2005, constatou-se pouca variação nas taxas de desocupação para homens e mulheres, resultando em estabilidade na média agregada, que passou de 15,8% em janeiro para 15,7% em março.

Em Recife, a taxa de desemprego das mulheres (17,1%) foi superior à dos homens (11,7%) em março/2005. Na comparação com março de 2004, houve um aumento do percentual de desocupação de ambos os sexos.

A taxa de desocupação masculina passa de 10,2%, em janeiro, para 11,7% em março, enquanto a feminina cresce de 14,8% para 17,1% - a taxa de desocupação agregada tem, portan-

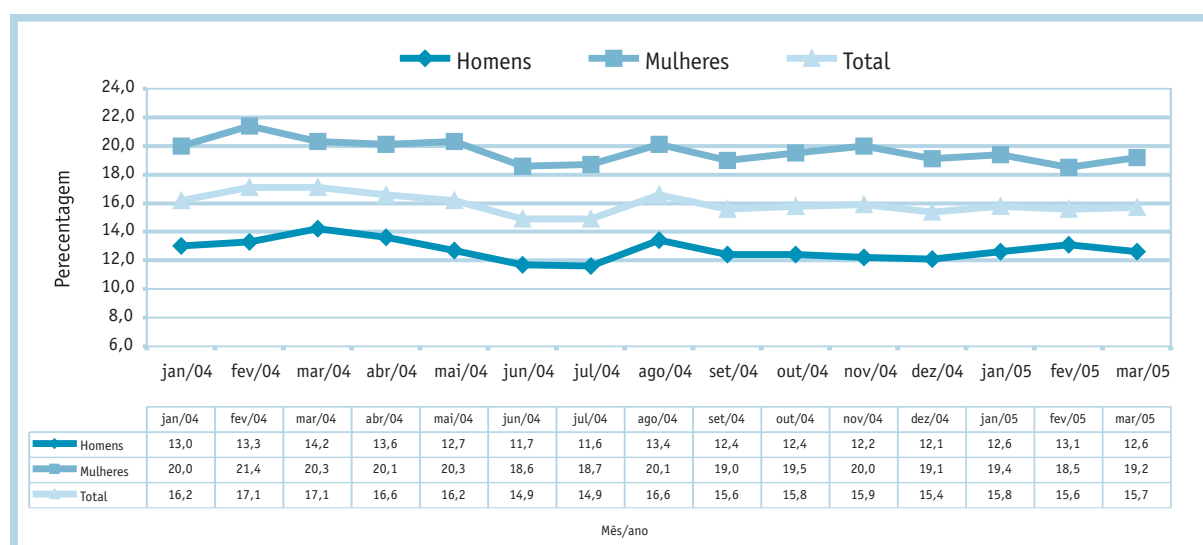


Gráfico 17 - Taxas de desocupação na região metropolitana de Salvador, segundo o sexo (jan. 04/Mar. 05)

Fonte: IBGE. Pesquisa mensal de emprego (PME). Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

to, uma trajetória ascendente no período, de 12,2% para 14,1% (Gráfico18).

Considerando indivíduos com dez anos ou mais, nas áreas cobertas pela PME, estima-se que 19,6 milhões de pessoas estavam exercendo algum trabalho em março de 2005 – 56,5% do sexo masculino. Em relação a março de 2004, o incremento do pessoal ocupado foi de 3,9%, significando a abertura de 742 mil postos de trabalho.

Em nível regional, observou-se incremento, no confronto com o mesmo mês do ano anterior, nas regiões metropolitanas de Salvador (6,4%), São Paulo (6,0%) e Porto Alegre (2,5%). Nas demais áreas pesquisadas constatou-se uma estabilidade nesta estimativa.

No que se refere às formas de ingresso dos trabalhadores no mercado de trabalho, o ano de 2004 foi marcado pela expansão de duas modalidades de inserção – trabalhadores sem carteira e trabalhadores com carteira no setor privado.

O primeiro movimento tem suas raízes no quadro de deterioração do mercado de trabalho brasileiro observado na década de 1990 e início dos anos 2000 – período marcado por uma conjuntura de abertura comercial e desregulamentação financeira.

Esse processo resultou, entre outros fatores, do baixo nível de atividade econômica e dos processos de racionalização da produção por parte das empresas — envolvendo a adoção de novas técnicas organizacionais —, assim como da especialização/desverticalização da estrutura industrial, implicando a redução do valor agregado local e o aumento das importações de bens intermediários e bens finais.

Isso redundou no crescimento das taxas de desemprego, que aconteceu junto com a degradação da qualidade dos postos de trabalho. Por outro lado, o enfraquecimento dos sindicatos, em função do desemprego crescente, beneficiou a implementação de medidas visando à flexibilidade da legislação do trabalho com o objetivo de reduzir o custo da mão-de-obra. Uma das consequências foi a progressão dos empregos precários, com a predominância das categorias dos “conta própria” e dos “sem carteira” em detrimento dos “com carteira assinada”.

O ano de 2004 revela uma mudança em relação à tendência verificada desde o início dos anos 1990, vez que a conjuntura de crescimento permitiu uma progressão importante do contingente de trabalhadores com carteira assinada.

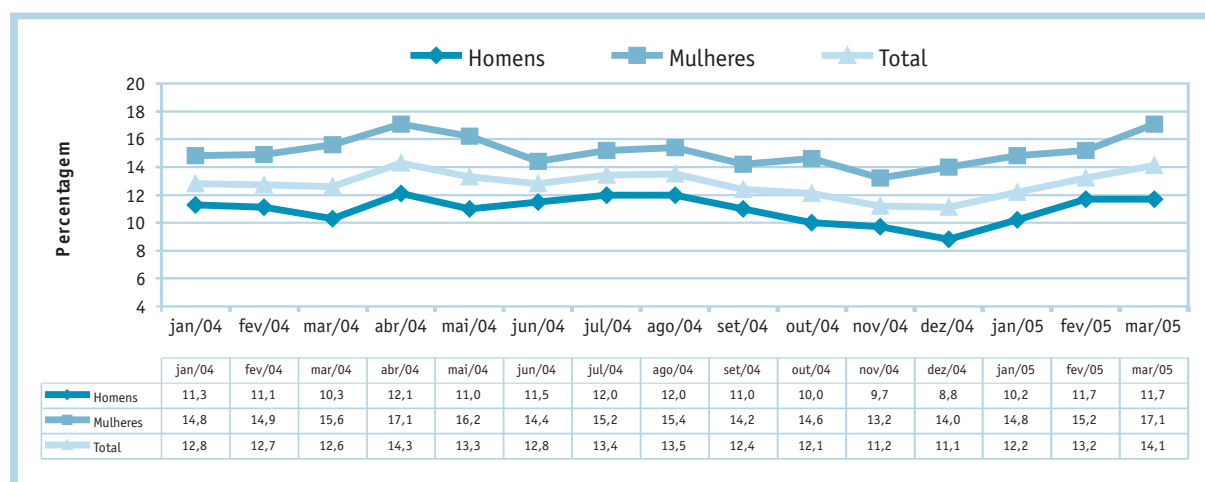


Gráfico 18 - Taxas de desocupação na região metropolitana de Recife, segundo o sexo (jan. 04-mar./ 05)

Fonte: IBGE. Pesquisa mensal de emprego (PME). Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

Esse movimento prossegue no primeiro trimestre de 2005, com o aumento significativo no contingente de trabalhadores nessa forma de inserção no mercado de trabalho, para o total das seis regiões pesquisadas pelo IBGE. Entre março de 2004 e março de 2005, o emprego no setor privado com carteira assinada evoluiu de 8,2 milhões para 8,7 milhões de pessoas, ou seja, 6,3%. Já os trabalhadores sem carteira evoluíram de 4,1 milhões para 4,3 milhões de pessoas, representando um incremento de 4,9% (Gráfico 19).

A participação dos “com carteira” no total das pessoas ocupadas na semana de referência progrediu

de 47,2%, em março de 2004, para 48,5% em março de 2005 — aumento de 2,7% (Gráfico 20).

Em relação ao Nordeste, Recife se destaca com uma variação de 15,5%, bem acima da média observada para o conjunto das regiões investigadas. Na comparação com março de 2004, Recife (15,5%) e Salvador (10,9%) apresentam as maiores taxas entre as seis regiões que fazem parte do universo do IBGE.

Observou-se em março uma estabilidade dos empregados sem carteira assinada⁶ no setor privado, após um recuo de 1,9% em fevereiro, fren-

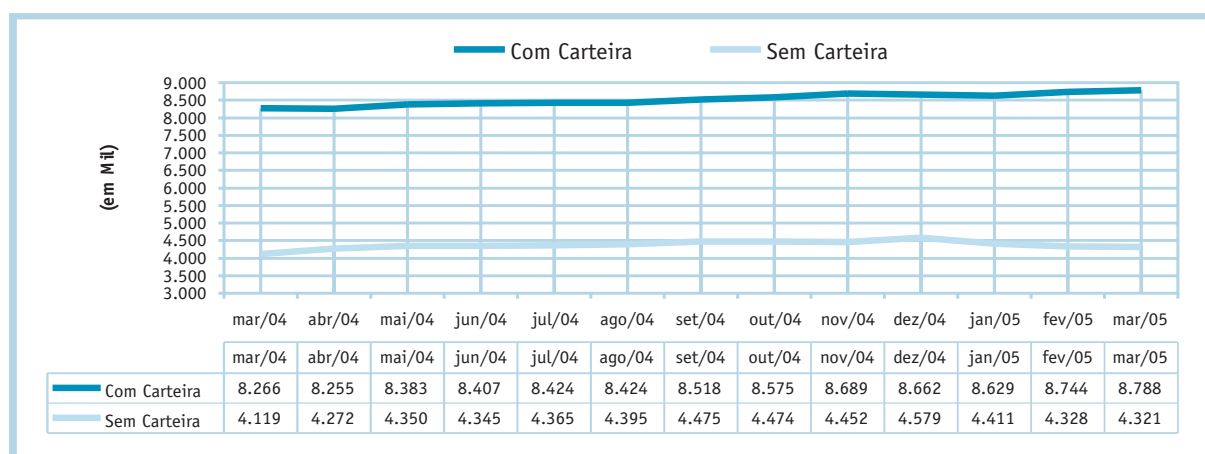


Gráfico 19 - Brasil. Progressão dos trabalhadores com carteira e sem carteira (2004-2005)

Fonte: IBGE. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

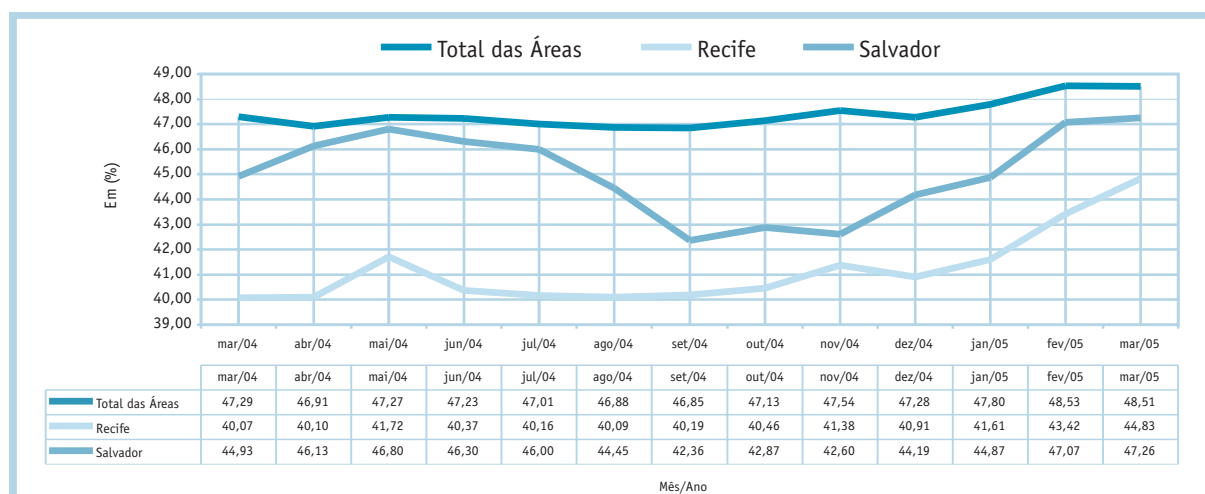


Gráfico 20 - Brasil. Participação dos trabalhadores com carteira no total da população ocupada (mar. 04-mar./ 05)

Fonte: IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

⁶ Inclusive trabalhador doméstico.

te a janeiro de 2005. Entretanto, esta categoria progrediu 4,97% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Em relação à região Nordeste, somente Salvador (-4,7%) apresentou movimentação importante em março de 2005, comparativamente a fevereiro do mesmo ano.

Constata-se que as regiões que compõem o universo pesquisado pelo IBGE não registraram alteração na categoria de trabalhadores por conta própria em nenhuma das comparações. No âmbito regional, Recife apresentou uma queda de 9,0% no confronto com março de 2004.

Em fevereiro, o emprego industrial apresentou um ligeiro recuo – 0,1% na comparação com o mês anterior, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários do IBGE – após uma progressão de 0,4% em janeiro.

No confronto com março de 2004, a taxa de crescimento do pessoal ocupado foi de 2,8%, a décima segunda taxa positiva nessa base de comparação.

Apesar da queda do ritmo de atividade industrial nos últimos cinco meses, os períodos mais abrangentes apresentaram expansão: 3,0 % no acumulado do ano e 2,5% nos últimos doze meses.

De uma perspectiva espacial, todas as regiões apresentaram expansão na comparação entre fevereiro de 2005 e fevereiro de 2004, com destaque para as regiões Norte e Centro-Oeste

(5,6%) e Sudeste (2,9%), que superaram a média nacional (Tabela 22).

No acumulado do ano, nenhuma região assinalou decréscimo do pessoal ocupado assalariado. Nessa base de comparação, Norte e Centro-Oeste (5,3%) foram as únicas a registrarem variação substancial do emprego industrial em relação ao mesmo período do ano anterior. O Nordeste apresentou crescimento de 2,7% no primeiro bimestre, inferior ao verificado no mês de janeiro (4,2%), significando uma diminuição no ritmo de crescimento.

Nos últimos doze meses, todas as regiões apresentaram taxas positivas de crescimento do emprego industrial, com uma progressão no ritmo de acréscimo.

Entre os estados nordestinos pesquisados pelo IBGE, somente Pernambuco (-2,5%) registrou fechamento de vagas no mês de fevereiro, ante o mesmo mês do ano passado. Bahia (4,0%) e Ceará (6,2%) apresentaram desempenho superior ao crescimento observado para o Brasil e o Nordeste. O Ceará registrou a melhor performance do grupo pesquisado pelo IBGE (Tabela 23).

No acumulado do primeiro bimestre, os três estados nordestinos pesquisados registraram taxas de crescimento positivas do pessoal ocupado assalariado, com ênfase para o Ceará que assinalou um incremento de 5,78% – o segundo maior en-

Tabela 22- Indicadores do pessoal ocupado por nível geográfico
Resultados regionais - Indústria geral (2005)

Regiões	Variação (%)						
	Mensal		Acumulado		Últimos 12 Meses		
	Jan.05/Jan.04	Fev.05/Fev.04	Jan-Jan	Jan-Fev	Até Dez	Até Jan	Até Fev
Brasil	3,20	2,84	3,20	3,02	1,84	2,20	2,50
Região Nordeste	4,22	1,18	4,22	2,71	1,76	2,27	2,28
Região Norte e Centro-Oeste	5,05	5,66	5,05	5,35	4,85	5,15	5,59
Região Sudeste	2,72	2,99	2,72	2,86	1,66	1,97	2,29
Região Sul	3,17	2,44	3,17	2,80	1,37	1,78	2,10

Fonte: IBGE - PIMES: (fev./05). p. 20. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

tre os estados que compõem a amostra acima das médias nacional e regional.

Em termos setoriais, a indústria de transformação do Nordeste registrou um incremento de 2,7% no pessoal ocupado assalariado no primeiro bimestre, em relação a igual período do ano anterior. O indicador mostrou que treze das dezessete atividades analisadas assinalaram crescimento do pessoal ocupado na indústria geral.

Os maiores impactos positivos foram provenientes das atividades de máquinas e equipamentos – excluindo elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicação (22,8%), produtos de metal – excluindo máquinas e equipamentos (17,2%) e coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool (14,6%).

Por outro lado, as demissões superaram as admissões em quatro ramos, com destaque para papel e gráfica (-7,4%), minerais não-metálicos (-8,0%) e fábricas de outros produtos da indústria de transformação (-4,6%).

O Ceará registrou no primeiro bimestre, em comparação com igual período do ano anterior, expansão no emprego industrial de 5,3%. As atividades que mais contribuíram para o resultado nesse período foram metalurgia básica (22,6%), fabricação de meios de transportes (16,7%) e vestuário (110,7%). Em contrapartida, os subsetores de produtos de metal – excluindo máquinas e equipamentos (-13,6%), fumo

(-8,4%) e papel e gráfica (-5,3%) exibiram os maiores saldos líquidos negativos.

No acumulado dos últimos doze meses, ocorreu incremento no pessoal ocupado na indústria de transformação cearense (3,3%). Exercendo as principais influências positivas figuraram metalurgia básica (31,5%), fabricação de meios de transporte (12,6%) e calçados e couro (8,2%). Os ramos que registraram as maiores taxas negativas foram minerais não-metálicos (8,8%), produtos de metal – excluindo máquinas e equipamentos (9,3%) e fumo (4,3%).

Nos dois primeiros meses do ano, a indústria manufatureira da Bahia apresentou taxa positiva de crescimento do pessoal ocupado assalariado de 5,2%. Os destaques positivos ficaram por conta da indústria de máquinas e equipamentos – excluindo elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicação (57,3%), produtos de metal – excluindo máquinas e equipamentos (30,6%) – e fabricação de meios de transporte (14,6%). Registraram as maiores quedas no nível de emprego: minerais não-metálicos (-12,0%), borracha e plástico (-7,2%) e madeira (-6,6%).

Nos últimos doze meses, comparado com igual período do ano passado, a indústria manufatureira da Bahia assinalou incremento de 2,5%. Apresentaram as maiores taxas de crescimento do pessoal ocupado assalariado as atividades de fabricação de meios de transporte

Tabela 23 - Indicadores do pessoal ocupado por nível geográfico
Resultados: Brasil, região Nordeste e estados - Indústria geral (2005)

Unidades da Federação	Variação (%)						
	Mensal		Acumulado		Últimos 12 Meses		
	Jan.05/Jan.04	Fev.05/Fev.04	Jan-Jan	Jan-Fev	Até Dez	Até Jan	Até Fev
Brasil	3,20	2,84	3,20	3,02	1,84	2,20	2,50
Região Nordeste	4,22	1,18	4,22	2,71	1,76	2,27	2,28
Ceará	5,35	6,22	5,35	5,78	1,90	2,58	3,42
Pernambuco	5,04	-2,50	5,04	1,28	0,26	0,92	0,35
Bahia	4,34	4,00	4,34	4,17	1,11	1,59	2,02

Fonte: IBGE - PIMES: (fev./05). p. 20. Disponível em: <www.ibge.gov.br>

(26,8%), produtos de metal – excluindo máquinas e equipamentos (21,4%), e calçados e couro (20,5%). As perdas principais recaíram sobre madeira (-18,7%), vestuário (-18,3%) e minerais não-metálicos (-4,9%).

O pessoal ocupado assalariado da indústria de transformação de Pernambuco aumentou 1,4% nos primeiros dois meses do ano, ante o mesmo período do ano anterior.

O levantamento também revela que doze das dezessete atividades da indústria de transformação investigadas mostraram crescimento do pessoal ocupado assalariado no estado.

Incluem-se entre as principais atividades da indústria manufatureira, na geração de emprego, o segmento de coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool (349,8%), pro-

ductos de metal – excluindo máquinas e equipamentos (24,8%) e produtos químicos (15,8%). Em contrapartida, houve redução do emprego, principalmente nas atividades de vestuário (-8,1), papel e gráfica (-7,5%) e minerais não-metálicos (-3,3%).

Pernambuco evidenciou, nos últimos doze meses, crescimento de 0,5% da indústria de transformação. Ostentaram as maiores taxas de crescimento do pessoal ocupado assalariado os segmentos de fumo (61,1%), coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool (209,1%) e produtos químicos (16,7%). Por outro lado, vestuário (5,4%), madeira (-7,7) e máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicação (-6,3%) foram as atividades que mais reduziram o emprego de mão-de-obra assalariada.

4.2 - Rendimento

Em março, o nível de rendimento habitual das pessoas ocupadas indica, para as seis regiões metropolitanas, uma evolução de 1,7%, na comparação com março de 2004, e de 0,5% em relação a fevereiro de 2005 (Gráfico 21).

No que se refere aos rendimentos relativos às formas de inserção das pessoas no mercado de trabalho, o valor médio habitualmente recebido pelos trabalhadores com carteira assinada no setor privado foi estimado em R\$ 961,6 – superando em 55,9% e 31,3% o rendimento dos trabalhadores sem carteira no setor privado e dos empregados por conta própria, respectivamente (Tabela 24).

Na comparação com o mês anterior, os dados de março apontam para uma elevação no rendimento dos empregados com carteira assinada no setor privado (0,8%) e um ligeiro recuo para empregados sem carteira no mesmo setor (-0,6%) e para

os trabalhadores por conta própria (-0,4%). Portanto, o aumento do rendimento médio real está relacionado, principalmente, com o incremento dos rendimentos dos trabalhadores que se encontram no mercado de trabalho formal.

Vale salientar que o rendimento dos trabalhadores formais vem registrando uma trajetória ascendente desde dezembro de 2004, após apresentar declínio entre setembro/2004 e novembro/2004. (Gráfico 22).

Entretanto, quando a comparação é feita com março de 2004, a PME registra, para as regiões investigadas, uma forte expansão dos rendimentos dos trabalhadores sem carteira no setor privado (6,4%), enquanto o rendimento médio dos trabalhadores com carteira assinada assinalou uma queda de 0,8%.

As regiões metropolitanas de Salvador e Recife apresentaram comportamentos distintos no

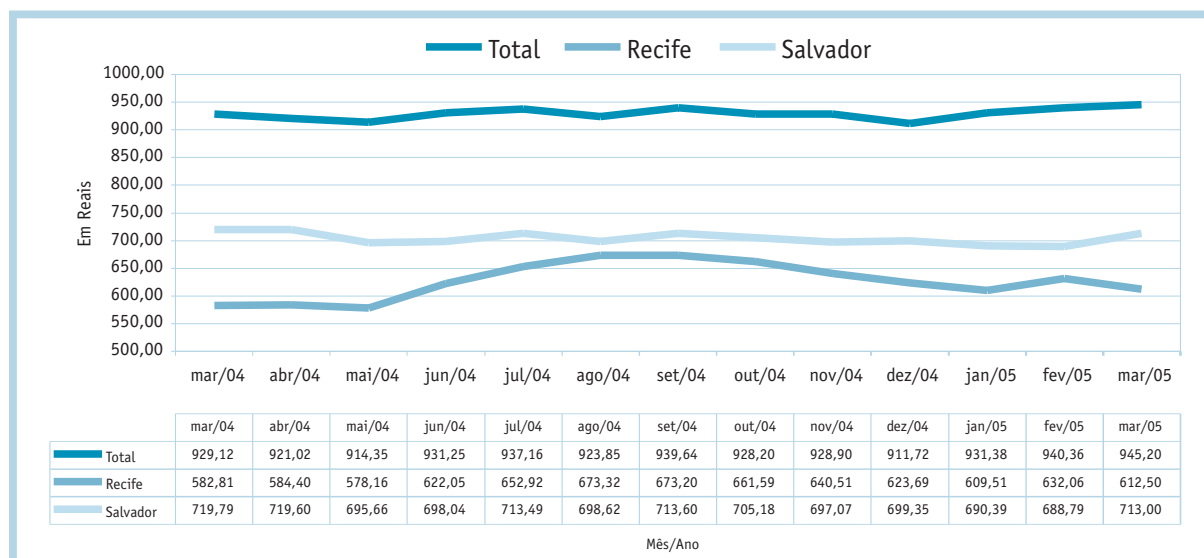


Gráfico 21 - Brasil. Rendimento médio habitual da população ocupada

Fonte: IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

Tabela 24 - Brasil. Rendimento médio real habitualmente recebido

Categoria de Posição na Ocupação	Variação (%)				
	Mar. de 2004	Fev. de 2005	Mar. de 2005	Mar.05/ Feb.05 (%)	Mar.05/ Mar.04 (%)
Empregados com Carteira de Trabalho Assinada no Setor Privado	969,1	954,06	961,6	0,80%	-0,80%
Empregados sem Carteira de Trabalho Assinada no Setor Privado	579,76	620,32	616,6	-0,60%	6,40%
Trabalhadores por Conta Própria	752,42	735,43	732,5	-0,40%	-2,60%

Fonte: IBGE.PME: (mar./05). p. 15. Disponível em: <www.ibge.gov.br>

mês de março. Salvador exhibe um aumento de 3,5% do rendimento médio real em relação ao mês anterior, após apresentar uma trajetória decrescente entre setembro/2004 e fevereiro/2005. Na comparação com março de 2004, houve queda de 0,9%.

Avaliando segundo as categorias de posição na ocupação, o mês de março aponta para um crescimento expressivo dos rendimentos médios dos trabalhadores por conta própria (14,8%) e, em menor proporção, daqueles com carteira assinada no setor privado (4,3%). Por outro lado, os trabalhadores sem carteira no setor privado registraram uma redução de 2,0% nos seus rendimentos.

Em Recife, o rendimento médio real de 612,5 no mês de março representou uma retração de 3,1% na comparação com fevereiro de 2005, confirmando a tendência acentuadamente declinante observada no período entre setembro e janeiro. Em contrapartida, o incremento dos rendimentos, em março deste ano, com relação a março do ano anterior, foi de 5,1%.

Nas modalidades de inserção consideradas informais, tem-se, em março, um incremento dos rendimentos dos empregados sem carteira de trabalho no setor privado (0,4%), assim como dos trabalhadores por conta própria (2,1%). Por outro lado, a categoria dos “com carteira assinada no setor privado” registrou queda de 0,4%.

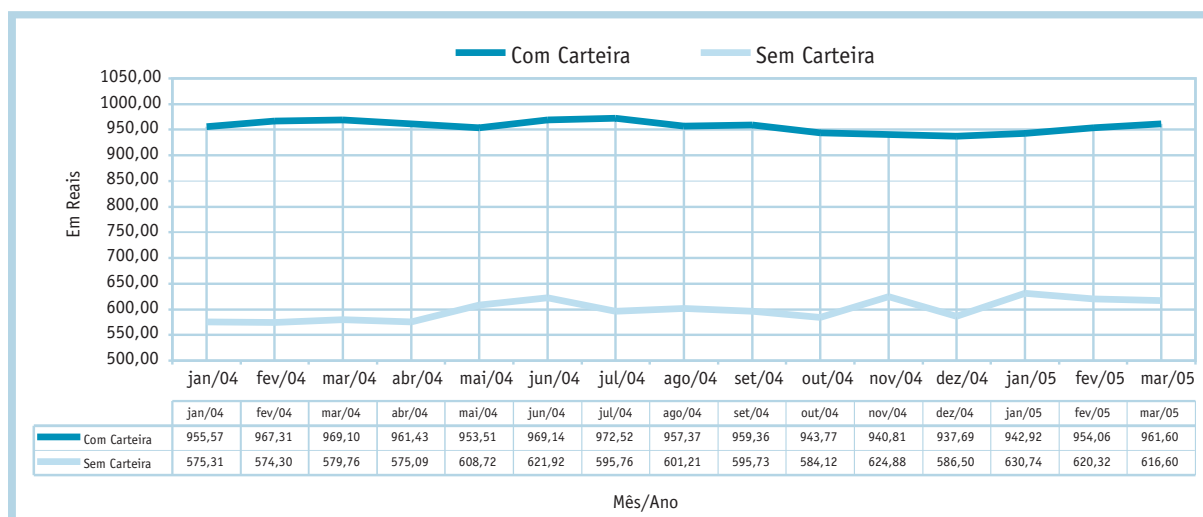


Gráfico 22 - Brasil. Evolução do rendimento médio real dos trabalhadores com carteira assinada e sem carteira, do setor privado

Fonte: IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

4.3 - Considerações Adicionais sobre o Emprego Formal

Os dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged), para o mês de março, registraram um saldo líquido de 102.965 empregos formais, resultado de 1.082.470 admissões frente a 979.505 desligamentos. Isso significa um incremento de 0,4% em relação ao mês anterior.

Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o nível de emprego teve uma ligeira retração de 0,05 ponto percentual, ou seja, menos 5.247 postos de trabalho (Tabela 25).

O resultado é avaliado positivamente, principalmente considerando que em fevereiro foi registrado incremento de 73.285 postos de trabalho, pra-

ticamente a metade do saldo observado em março de 2004 (139.074 novos postos).

Todos os setores apresentaram saldo líquido positivo no balanço entre emprego e desemprego formais em março de 2005, com destaque para o setor de serviços — responsável por 54.136 novas vagas. Isto representa 52,6% do total de empregos criados no mês.

O setor manufatureiro vem em seguida, com 17.959 novas contratações; e o comércio que garantiu 13.962 vagas — respectivamente, 17,4% e 13,6% do saldo total.

Tabela 25 - Brasil. Evolução do emprego por setor de atividade econômica

Setores	Variação (%) 2004Variação (%) 2005				
	Mar	Jan-Mar	Mar	Jan-Mar	Últimos 12 Meses
Total	0,46	1,50	0,41	1,19	6,26
Extrativa	0,75	1,78	0,50	1,70	7,17
Indúst.Transf.	0,93	2,32	0,30	0,88	7,82
Serv.Ind.Util.Púb.	-0,12	0,78	0,50	1,99	2,74
Construção Civil	0,69	2,43	0,62	1,49	4,34
Comércio	0,23	0,68	0,25	0,60	7,71
Serviços	0,38	1,32	0,55	1,64	5,42
Administração Pública	0,79	2,07	0,94	2,79	0,65
Agricult.Silvicult. etc.	-0,30	1,85	0,12	0,33	4,99

Fonte: Caged. Disponível em: <www.caged.com.br>

A administração pública gerou 6.767 vagas e a construção civil outras 6.252 – correspondendo a 6,6% e 6,1% do saldo líquido total, respectivamente. A agricultura foi responsável por somente 1.553 novas contratações, ou seja, 1,5% do total.

No acumulado do primeiro trimestre do ano, foram gerados 292.222 empregos formais — aumento de 1,1% no estoque de trabalhadores com carteira assinada. Esse valor é inferior ao registrado no mesmo período do ano anterior, quando foram criados 347.392 postos de trabalho, representativos de incremento de 1,5%, relativamente a março de 2003. Esse arrefecimento resultou, sobretudo, do menor dinamismo dos setores industrial e agrícola, que não conseguiram repetir a mesma performance de igual período de 2004.

Nos últimos doze meses, o percentual de crescimento do emprego formal foi 6,26%, o que representou a abertura de 1.468.106 vagas. Impulsionaram a oferta de emprego formal os serviços (34,6% ou 507.390 ocupações), a indústria

manufatureira (29,4% ou 431.290 ocupações) e o comércio (27,4% ou 402.310 ocupações).

Em março, o Nordeste registrou saldo negativo de 20.392 empregos formais, configurando queda de 0,5% sobre o mês anterior. Entretanto, nos últimos doze meses, a Região apresentou o terceiro melhor desempenho, com 162.495 empregos criados (Tabela 26).

Cinco estados nordestinos assinalaram saldo negativo no mês de março, principalmente Alagoas (-18.080 ocupações formais) e Pernambuco (-6.062). Em contrapartida, Bahia e Ceará foram os destaques positivos, com a geração de 6.426 e 1.066 novas ocupações, respectivamente.

Nos últimos doze meses, todos os estados nordestinos, com exceção de Alagoas, apresentaram saldo líquido positivo em termos de geração de emprego. A criação de postos de trabalho foi liderada pela Bahia (55.443 vagas), seguida por Ceará (34.440 vagas) e Pernambuco (29.929 vagas) (Tabela 27). ●

Tabela 26 - Evolução do emprego por nível geográfico: regiões e áreas metropolitanas

Nível Geográfico	Variação (%)		
	Mar/05	Acumulado no Ano	Últimos 12 Meses
Total	0,41	1,19	6,26
Norte	0,34	0,69	8,16
Nordeste	-0,56	-1,51	4,73
Sudeste	0,59	1,61	6,46
Sul	0,50	1,77	6,53
Centro-Oeste	0,83	2,21	6,08

Fonte: Caged. Disponível em: <www.caged.com.br>

Tabela 27 - Evolução do emprego por nível geográfico: região Nordeste

Nível Geográfico	Variação (%)		
	Mar/05	Acumulado no Ano	Últimos 12 Meses
Nordeste	-0,56	-1,51	4,73
Maranhão	0,41	1,18	5,59
Piauí	0,25	0,29	2,98
Ceará	0,17	0,00	5,81
Rio Grande do Norte	-0,76	-1,37	7,13
Paraíba	-0,73	-3,88	4,95
Pernambuco	-0,87	-3,72	4,51
Alagoas	-7,85	-13,58	-3,47
Sergipe	-1,08	-0,49	4,32
Bahia	0,63	1,42	5,69

Fonte: Caged. Disponível em: <www.caged.com.br>

5 - SETOR EXTERNO

Recorde histórico da balança comercial

5.1 - Balança Comercial Brasileira

No primeiro trimestre de 2005, o saldo da balança comercial brasileira (US\$ 8,319 bilhões) expandiu-se 35,6%, relativamente ao mesmo período de 2004. Foi um recorde para o acumulado dos três meses iniciais do ano quando se analisa a última década e meia.

No acumulado de doze meses, o saldo comercial foi de US\$ 35,854 bilhões. Constata-se que este desempenho decorre de recordes de exportações e importações, sendo mais expressivo o crescimento das vendas ao exterior, conforme descrito a seguir.

5.1.1 - Exportações

O ano de 2005 consolida o bom desempenho das exportações brasileiras. No período de janeiro a março, as vendas internacionais somaram US\$ 24,451 bilhões, representativos de um crescimento de 25,7% comparativamente ao acumulado nos mesmos meses de 2004.

Neste ano, a comparação mensal revela recordes históricos, com o registro dos maiores valores da última década para todos os meses. O valor exportado superou significativamente as cifras de 2004: janeiro (28,4%), fevereiro (35,5%) e março (16,7%). Os dados das duas primeiras semanas de abril corroboram a expansão das exportações brasileiras. A média diária de US\$ 494,2 milhões está 50% acima da média registrada em abril de 2004.

A decomposição das exportações nacionais por valor agregado revela que a categoria de manufaturados foi a que apresentou maior crescimento relativo em suas exportações (37,4%), em

comparação com janeiro-março de 2004. Conforme descrito na Tabela 28, no acumulado dos três meses iniciais de 2005 foram exportados US\$ 14,265 bilhões em produtos manufaturados, US\$ 5,908 bilhões em básicos e US\$ 3,802 bilhões de semimanufaturados, correspondentes a 58,3%; 24,2% e 15,5% de participação no total da pauta, respectivamente.

Dados preliminares da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) para o bimestre janeiro-fevereiro de 2005, relativamente ao mesmo período de 2004, revelam que a expansão das exportações brasileiras foi decorrente tanto do crescimento de quantidades como de preços. As menores variações foram registradas para produtos básicos e o maior crescimento em preço na categoria semimanufaturados, ao passo que os produtos manufaturados registraram a mais expressiva elevação de volume exportado (Tabela 29).

Dentre os produtos básicos destacaram-se fumo em folha (US\$ 182 milhões e crescimento de 72,6%), algodão em bruto (US\$ 64 milhões e expansão de 71,8%), café em grão (US\$ 608 milhões e aumento de 67,1%) e o agrupamento de carnes (US\$ 1,584 bilhão e incremento de 27,0%).

O presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC), Pratiní de Moraes, afirmou, em janeiro deste ano, que a demanda por este produto vem crescendo e poucos países afora o Brasil podem suprir essa demanda. Corroborando este raciocínio, em 2004 o Brasil se consolidou como o maior exportador mundial de carne bovina e como responsável por 43% das exportações de frango.

Em 2005, entre janeiro e março, foi exportado US\$ 1,325 bilhão⁷, sendo US\$ 649 milhões em carne de frango (expansão de 19,4%), US\$ 458 milhões em carne bovina (aumento de 19,8%) e US\$ 218 milhões em carne suína (incremento de 92,2%).

A possibilidade de elevar ainda mais as exportações de suínos sofre a limitação do sistema de cotas de importação da Rússia, que deve se manter pelo menos até 2009. No agrupamento de

semimanufaturados, ferro fundido (US\$ 497 milhões), semimanufaturados de ferro/aço (US\$ 643 milhões) e açúcar em bruto (US\$ 471 milhões) registraram os maiores crescimentos: 147,2%, 62,7% e 87,0%, respectivamente.

A exemplo do que aconteceu durante o ano de 2004, o comportamento dos manufaturados sobressaiu e a sua participação no total da pauta aumentou de 53,3% para 58,3%. Cinco itens de material de transporte – automóveis de passageiros, autopeças, motores para veículos, veículos de carga e tratores somaram US\$ 2,444 bilhões exportados, ou 10,0% do total da pauta no primeiro trimestre de 2005. Dentre os países compradores deste segmento (material de transporte) destacaram-se México, Argentina e Estados Unidos.

Levando em consideração o conjunto das exportações, os principais países compradores dos produtos brasileiros foram: os Estados Unidos (US\$ 5,303 bilhões; 36,2% de crescimento); a Argentina (US\$ 2,033 bilhões, 37,8%) e China (US\$ 1,115 bilhão, -0,9%).

Por regiões econômicas, as exportações do primeiro trimestre foram distribuídas conforme a Tabela 30.

Tabela 28 - Brasil. Exportação por fator agregado (jan.-mar. de 2005 e jan.-mar. de 2004)

Exportações (US\$ Milhões Fob)	Jan./04	Fev./04	Mar./04I	trim./04	Jan./05	Fev./05	Mar./05	I trim./05
Básicos	1740	1617	2452	5809	1770	1859	2279	5908
Semimanufaturados	986	881	1070	2937	1166	1225	1411	3802
Manufaturados	2969	3138	4269	10376	4341	4537	5387	14265
Operações Especiais	105	86	136	327	167	135	174	476
Total	5800	5722	7927	19449	7444	7756	9251	24451

Fonte: MDIC -SISCOMEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

Tabela 29 - Brasil. Variação percentual dos índices de preço e quantum (jan.-fev. 2005/2004)

Discriminação	Preço	Quantum
Exportação Total	10.1	19.6
Básicos	4.5	3.1
Semimanufaturados	19.0	7.4
Manufaturados	11.1	30.2

Fonte: FUNCEX. Disponível em: <www.funcef.com.br>. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

Nota: *Dados Preliminares Sujeitos a Alterações

⁷ Além destes, o item carne abriga US\$ 259,6 milhões em carne de peru, congelada, fresca ou refrigerada, inclusive miúdos; tripas e bueiros de animais, frescos, salgados ou secos e outros itens de menor valor monetário.

**Tabela 30 - Brasil. Exportações do primeiro trimestre de 2005 e de 2004.
Principais blocos econômicos. (US\$ Milhões Fob)**

Blocos Econômicos	Jan/Mar 05	Jan/Mar 04
União Européia	5.810	5.203
EUA (1)	5.303	3.957
ALADI	5.345	3.843
(-) MERCOSUL	2.408	1.845
(-) Argentina	2.033	1.499
(-) Demais da ALADI	2.937	1.998
Ásia (2)	3.415	2.912
(-) China	1.115	1.126
África	1.203	860
Oriente Médio (3)	890	705
Europa Oriental (3)	604	474
Demais	1.881	1.494
Total	24.451	19.448

Fonte: MDIC - SECEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

Notas: (1) Inclui Porto Rico

(2) Exclusive Oriente Médio

(3) Dez novos países passam a integrar a União Européia: Chipre, Rep. Eslovaca, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia e Rep. Tcheca. Em consequência, Chipre foi retirado da classificação do bloco Oriente Médio e os demais, da Europa

5.1.2 - Importações

As importações, favorecidas pelo câmbio apreciado, apresentaram incremento no primeiro trimestre de 2005. Saltaram de US\$ 13,314 bilhões para US\$ 16,133 bilhões, com crescimento de 21,1%. A expansão foi observada em todas as categorias de uso, sendo mais acentuada no item combustíveis e lubrificantes (38,6%) e bens de capital (25,2%).

Na categoria bens de capital, houve aumento nas aquisições de máquinas e ferramentas (91,1%), outros bens e equipamentos para agricultura (44,7%), equipamento móvel de transporte (33,5%), outros bens de capital (31,4%), acessórios de maquinaria industrial (30,9%), máquinas e aparelhos de escritório, serviço científico (23,9%), ferramentas (19,2%) partes e peças para bens de capital para a indústria (17,4%) e equipamento fixo de transporte

(3,6%). Apenas partes e peças para bens de capital, para agricultura, declinaram (21,5%) em relação aos três meses iniciais de 2004.

O declínio da compra de bens de capital para a agricultura⁸ (de US\$ 18,3 milhões para US\$ 16,8 milhões) acompanha o comportamento do setor em nível interno. Na indústria de bens de capital nacional, apenas as unidades que fornecem produto para a agricultura vêm apresentando decréscimo de produto, o que associado à baixa importação de bens de capital para este setor, é um indicativo de que a atividade não deverá ter um desempenho (em termos de crescimento) tão bom quanto o do ano de 2004.⁹

A categoria de gastos com matérias-primas e intermediários (US\$ 8,540 bilhões e aumento de 15,7%) é a mais relevante em termos de par-

⁸ Denominamos bens de capital para agricultura dois segmentos: outros bens ou equipamentos para agricultura (US\$ 5,2 milhões) e partes e peças para bens de capital para agricultura (US\$ 11,6 milhões).

⁹ Em dezembro de 2004, o IBGE previa uma safra de leguminosas, cereais e oleaginosas de 134, 9 milhões de toneladas. Em março, em decorrência de adversidades climáticas, como a seca no sul do País, esta projeção reduziu-se para 119,5 milhões de toneladas.

ticipação na pauta de importação (52,9%). Neste item, houve ampliação em praticamente todos os segmentos, com exceção daqueles vinculados à atividade agropecuária (alimentos para animais, outras matérias-primas para agricultura e produtos alimentícios), confirmando a perspectiva de um ano pouco auspicioso para a atividade agrícola no País (Tabela 31).

No que se refere a mercados fornecedores, houve crescimento nas compras originárias de todos os blocos, com exceção da Europa Oriental, que tem pouco fluxo de comércio com o Brasil. Merecem destaque as importações de produtos chineses (incremento de 60,1% e compras de US\$ 1,054 bilhão), africanos (43,3% e US\$ 1,551 milhão) e da União Europeia (24,0% e US\$ 4,287 bilhões).

Tabela 31 - Importação brasileira. Categoria de uso (US\$ FOB)

Discriminação	Janeiro/Março	Participação
Bens de Capital	3.251.800.737	20.2
Bens de Consumo	1.817.222.928	11.3
Combustíveis e Lubrificantes	2.524.186.413	15.6
Matérias-Primas e Produtos Intermediários	8.540.232.265	52.9

Fonte: MDIC - SECEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

Tabela 32 - Importação brasileira. Principais blocos econômicos (jan.-mar. 2005/2004). US\$ milhões.

Blocos Econômicos	Jan.Mar.2005	Jan.Mar.2004
União Europeia (1)	4.288	3.515
Ásia	3.400	2.387
(-)China	1.054	669
EUA (2)	2.907	2.634
ALADI	2.550	2.204
África	1.551	1.100
Oriente Médio (1)	440	432
Europa Oriental (1)	213	275
Demais	784	768

Fonte: MDIC - SECEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

Notas: (1) Dez novos países passam a integrar a União Europeia: Chipre, Rep. Eslovaca, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia e Rep. Tcheca. Em consequência, Chipre foi excluído da classificação do bloco Oriente Médio e os demais países da Europa Oriental. Os dados da tabela acima já estão ajustados a essa nova classificação.

(2) Inclui Porto Rico

Dez novos países passam a integrar a União Europeia: Chipre, Rep. Eslovaca, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia e Rep. Tcheca. Em consequência, Chipre foi excluído da classificação do bloco Oriente Médio e os demais países da Europa

5.2 - Balança Comercial Nordestina

No primeiro trimestre de 2005, o comportamento da balança comercial nordestina revela algumas nuances diferentes do desempenho nacional. Enquanto na economia brasileira as taxas de crescimento das exportações, em comparação mensal, alterna momentos de expansão e retração, no Nordeste as taxas de incremento foram consistentemente crescentes (Tabela 33).

Nos três meses iniciais de 2005, as exportações internacionais nordestinas alcançaram US\$ 2,132 bilhões, 29,4% a mais que o valor consolidado no mesmo período do ano passado. A expansão, acima daquela atingida pela economia brasileira (25,7%), resultou em aumento da participação das exportações nordestinas no total nacional — de 8,5% para 8,7% —, na com-

paração do primeiro trimestre de 2004 com o mesmo período de 2005.

Como as importações do Nordeste (US\$ 1,234 bilhão) elevaram-se em somente 13,8%, a contribuição da Região para o saldo da balança comercial brasileira foi 59,5% superior a janeiro-março/2004, ao registrar saldo da balança comercial de US\$ 898,1 milhões.

Todos os estados nordestinos, excetuando Sergipe (em todos os meses do trimestre) e Pernambuco (durante o mês de março), foram superavitários nos três meses iniciais de 2005.

Dos nove estados, porém, somente três apresentaram crescimento da participação na pauta de

exportação nacional: Pernambuco, Alagoas e Bahia. Foram eles que apresentaram os maiores incrementos de corrente de comércio, 16,2%, 27,0% e 38,9%, respectivamente. Rio Grande do Norte (-10,7%), Sergipe (-26,9%) e Piauí (-42,1%) evidenciaram declínio de suas correntes de comércio (Gráfico 23).

No que se refere à participação dos estados nas exportações da Região, nos três primeiros meses de 2005, destaca-se a liderança da Bahia, com 51,4% do total, enquanto Maranhão (12,2%), Ceará (10,0%) e Alagoas (9,5%) são responsáveis por outros 31,7%.

Uma análise da pauta de exportação da Região revela que os capítulos da NCM¹⁰ mais expressivos

Tabela 33 - Exportações do Brasil e do Nordeste 2004 e 2005

Período	Brasil 2005	Nordeste 2005	Brasil 2004	Nordeste 2004	Brasil Taxa de crescimento 2005/2004	Nordeste Taxa de crescimento 2005/2004
Janeiro	7.444.140.157	685.897.879	5.799.644.747	566.397.767	28,4	21,1
Fevereiro	7.756.287.486	656.667.651	5.721.636.476	500.282.322	35,6	31,3
Março	9.250.703.509	790.410.578	7.926.994.794	581.219.043	16,7	36,0
Janeiro a Março	24.451.131.152	2.132.976.108	19.448.276.017	1.647.899.132	25,7	29,4

Fonte: MDIC - SECEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

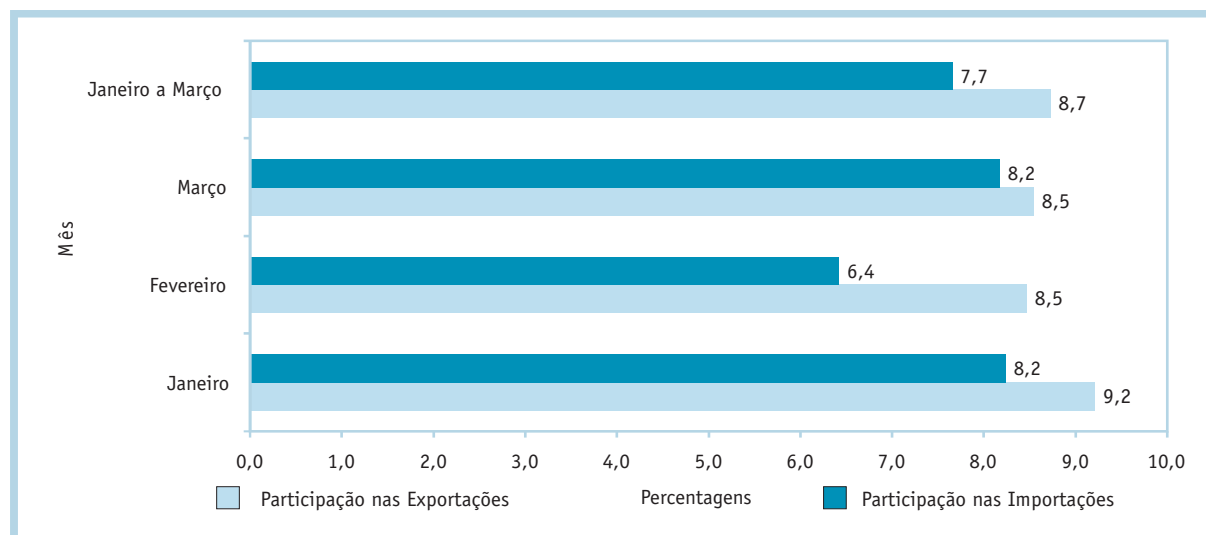


Gráfico 23 - Participação nordestina nas exportações e importações brasileiras 2005

Fonte: MDIC - SECEX. Disponível: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

¹⁰ A Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) é uma lista de produtos do mercado interno e/ou externo, ordenados segundo convenção internacional. Possui oito dígitos e uma estrutura de classificação que contém até seis níveis de agregação: capítulo, posição, subposição simples, subposição composta, item e subitem.

em valor são produtos químicos orgânicos (US\$ 235,0 milhões); veículos, automóveis, tratores e ciclos (US\$ 220,5 milhões); ferro fundido, ferro e aço (US\$ 200,4 milhões); açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 195,0 milhões) e combustíveis, óleos e ceras minerais, etc. (US\$ 148,9 milhões).

Constata-se, ao observar as exportações da Região conforme as categorias de uso, a inserção do Nordeste como produtor e exportador de bens intermediários. Do total da pauta, 0,64% foi de bens de capital; 6,96%, combustíveis e lubrificantes; 26,99%, bens de consumo; 63,14%, bens intermediários e demais operações com 2,27%. Cumpre ressaltar que os insumos industriais chegam a 51,8% do total exportado.

A Bahia, com US\$ 1,096 bilhão exportado e 49,6% de expansão relativamente ao primeiro trimestre de 2004, apresentou dois capítulos da NCM como responsáveis por 39,0% da sua pauta: produtos químicos orgânicos e veículos, automóveis, tratores e suas partes.

Isoladamente, o produto de maior destaque na sua pauta foi “automóveis com motor a explo-

são, com até seis passageiros” (US\$ 202,9 milhões e expansão de 78,6%). Vale salientar que a montadora de automóveis baiana tem apresentado uma lista de países compradores diversificada — portanto, menos suscetível a impactos de choques—, espalhada por toda a América Latina. Este rol inclui México, Argentina, Chile, Equador, Guatemala, Costa Rica, Uruguai, Honduras, El Salvador, República Dominicana, Panamá e Bahamas (Gráfico 25).

O comportamento da unidade baiana acompanha o do setor automobilístico nacional, que se encontra aquecido, como demonstra o crescimento do número de empregados na fabricação de meios de transporte e das horas pagas em fevereiro: 14,2% e 10,6%, face ao mesmo mês de 2004.

Outro ponto a destacar é a forma de produção de automóveis em Camaçari – o sistema de montagem, denominado modular sequenciado, caracteriza-se pela participação dos fornecedores diretamente na linha de montagem, com divisão de responsabilidades e instalações. A idéia é atingir um índice de nacionalização do produ-

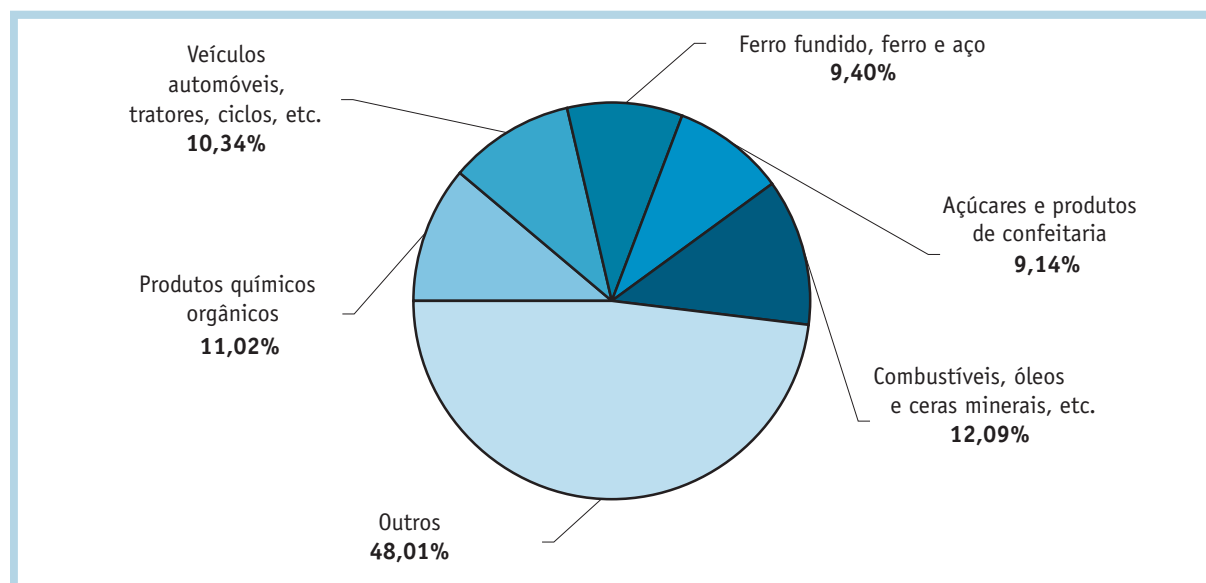


Gráfico 24 - Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Nordeste (jan-mar/05)

Fonte: MDIC - SISCOMEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

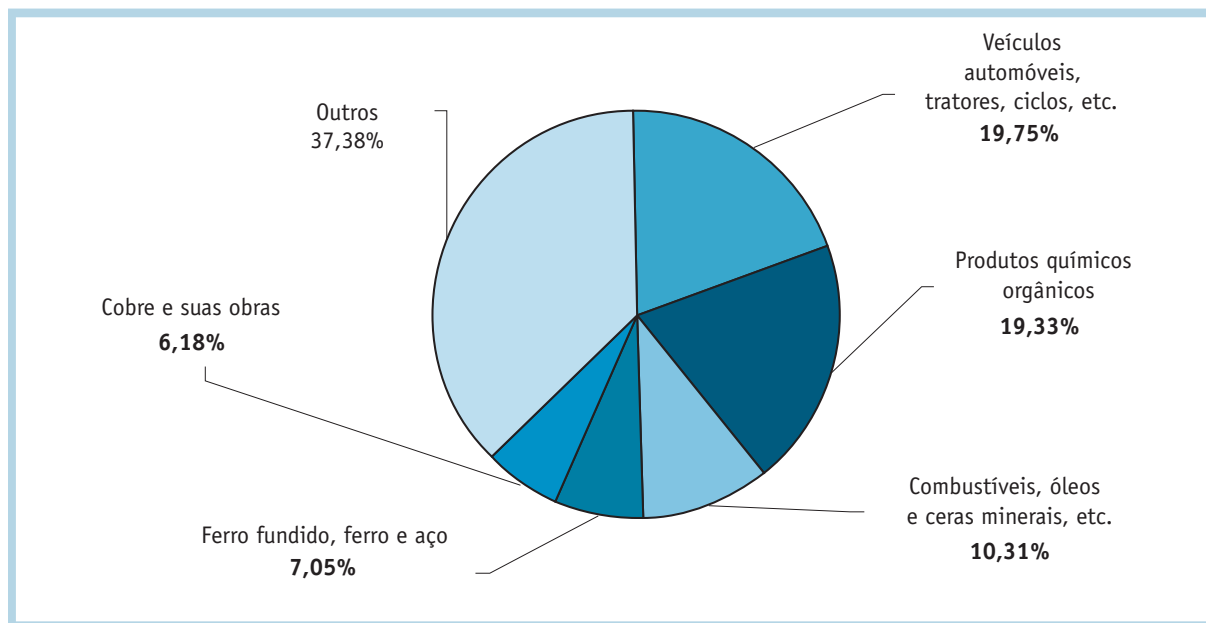


Gráfico 25 - Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do estado da Bahia (jan.-mar./05)

Fonte: MDIC - SISCOMEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

to cujo percentual máximo deve ficar em torno de 85%. Pretende-se ainda que os componentes fabricados na Bahia atinjam 60% do total da agregação de valor ao longo da cadeia de produção do automóvel.¹¹

O Maranhão, segundo maior exportador nordestino (US\$ 260,3 milhões) manteve sua pauta de exportação concentrada em ferro fundido, ferro e aço, alumínio e suas obras e minérios, escórias e cinzas.

O produto ferro fundido bruto não ligado registrou expressivo crescimento (41,6%, US\$ 107,9 milhões) e foi particularmente favorecido pelo aquecimento da demanda, que vem se expandindo, estimulada pelo crescimento econômico da China. Este país representa 26,3% da produção mundial de aço bruto (dados de 2004)¹², e tem estoques de ferro de baixo teor,

o que o obriga a importar o minério da Companhia Vale do Rio Doce (Gráfico 26).

É importante salientar que o reaquecimento da demanda por ferro dos países asiáticos, principalmente a China, tem levado as empresas de mineração a ampliarem a prospecção de minério em diversos estados que não aqueles tradicionalmente produtores deste insumo siderúrgico – Minas Gerais e Pará. Hoje, as prospecções nos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte são uma realidade, fato que pode induzir a expansão da atividade mineradora na região Nordeste.

No Maranhão, alumínio e suas obras (US\$ 71,4 milhões) e minérios, escórias e cinzas¹³ (US\$ 43,4 milhões) registraram declínio relativamente a janeiro-março de 2004: -25,7% e -28,4%, respectivamente.

¹¹ Lima, Carmem Lúcia e outros. Fornecedores da Ford: Uma Avaliação Preliminar das Oportunidades de Investimento na Bahia, Estudo Setorial 01/02, set. 2002, Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia, Salvador- Bahia.

¹² BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. *Informativo Setor Metalúrgico*, Brasília, n.122, fev. de 2005.

¹³ De ferro.

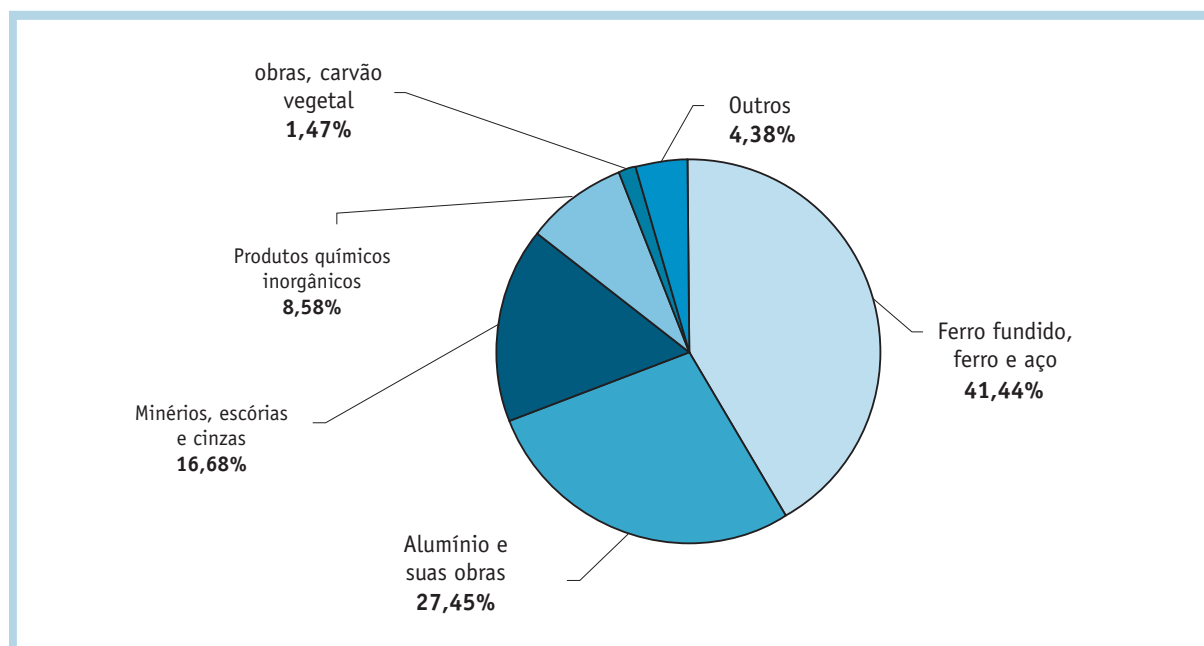


Gráfico 26 - Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do estado do Maranhão (jan.-mar./05)

Fonte: MDIC - SISCOMEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

O Ceará, com exportações que somaram US\$ 214,1 milhões e obtiveram crescimento de 8,6%, tem uma pauta alicerçada em cinco produtos da NCM: calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes (US\$ 46,9 milhões e -14,8%); frutas¹⁴, cascas de cítricos e de melões (US\$ 41,1 milhões e 25,8%); peles, exceto a peleteria e couros (US\$ 30,2 milhões e 5,2%); algodão¹⁵ (US\$ 28,1 milhões e 10,4%) e peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos (US\$ 15,5 milhões e -12,4 %) (Gráfico 27).

O segmento de pior desempenho nas exportações cearenses foi o de calçados. Neste trimestre, as exportações de calçados representaram 9,6% do total das vendas brasileiras do produto ao exterior.

Em termos de pares produzidos, o estado agrega 20,7% do total nacional exportado. Esta di-

ferença da participação na receita e no número de pares vendidos decorre do fato de os preços de calçados cearenses custarem, em média, menos da metade dos nacionais — US\$ 3,77 contra US\$ 8,14¹⁶. Esta atividade foi desfavorecida pelo fim das cotas para a entrada dos calçados asiáticos no mercado dos países ricos.¹⁷

O declínio das exportações do capítulo peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos, que no caso do Ceará se refere essencialmente a camarões (exceto *krill*), decorre, segundo a Associação Brasileira de Criadores de Camarões (ABCC), da elevada base de comparação em 2004. Há expectativas de que os preços subam a partir de maio, estimulando as vendas externas no segundo trimestre.¹⁸

Alagoas, cujas exportações alcançaram US\$ 201,5 milhões e expansão de 29,5%, apresen-

¹⁴ Refere-se essencialmente ao produto castanha de caju fresca ou seca, sem casca.

¹⁵ Refere-se ao tecido/fio de algodão.

¹⁶ RESENHA Estatística 2005. Disponível em: <www.abicalçados.com.br>. Acesso em: 25 mai. 2005. (Pesquisa realizada em 28 abr. 2005).

¹⁷ Gazeta Mercantil, São Paulo (impresso em Recife), 05.04.05.

¹⁸ Gazeta Mercantil, São Paulo (impresso em Recife), 24.04.05.

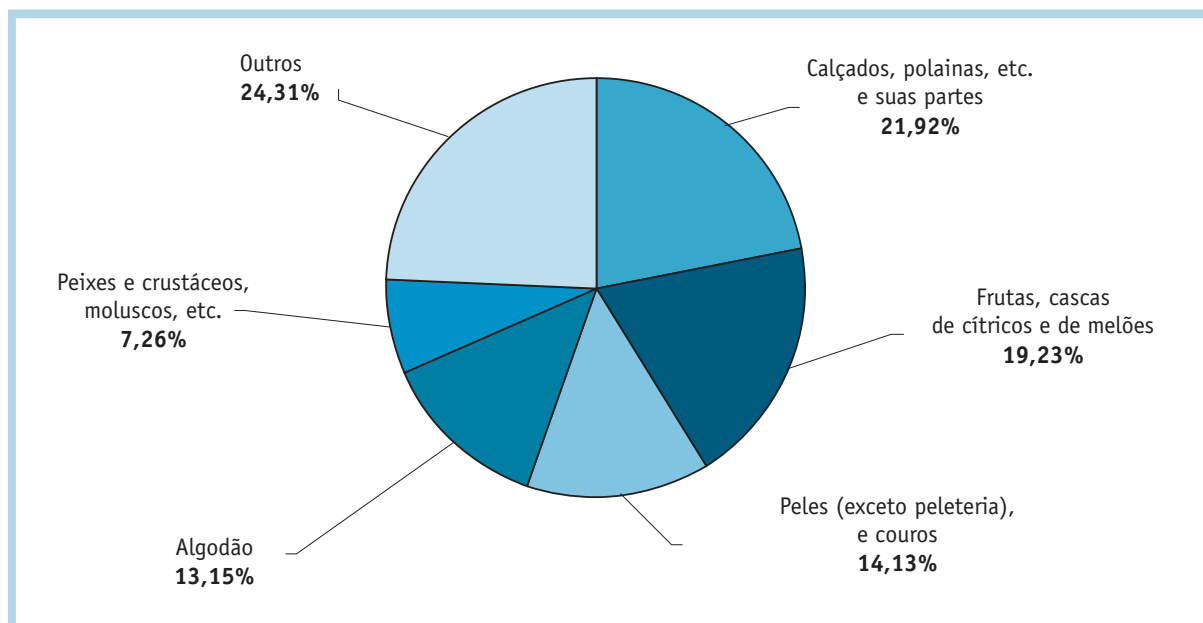


Gráfico 27 - Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do estado do Ceará (jan.-mar./05)

Fonte: MDIC - SISCOMEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

tou comportamento de crescimento nos principais capítulos exportados. Açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 143,0 milhões), bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres (US\$ 37,2 milhões) e produtos químicos orgânicos (US\$ 17,8 milhões) expandiram-se 16,5%, 55,5% e 129,3%, respectivamente (Gráfico 28).

A indústria de álcool, representada pelo capítulo bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres, vive boas perspectivas. Há o estímulo de uma demanda externa crescente em virtude dos assinantes do Protocolo de Quioto, que exige a geração de energia com menor presença de poluentes. Entre 2008 e 2012, deve haver uma redução mínima de 5,2% dos níveis de gases emitidos em 1990.

Pernambuco exportou US\$ 185,5 milhões (expansão de 82,1%), com destaque para açúcares

e produtos de confeitaria (US\$ 39,9 milhões e redução de 16,8%) (Gráfico 29).

O relatório do Órgão de Apelação da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre subsídios da União Européia à exportação de açúcar abre perspectivas de ampliação do mercado potencial do produto para o Brasil, favorecendo desta forma estados como Pernambuco, Alagoas e Sergipe.¹⁹

Combustíveis minerais, óleos minerais, etc. cereais minerais e transações especiais (que envolveram combustíveis e lubrificantes para embarcações e aeronaves) somaram US\$ 18,8 milhões e US\$ 31,4 milhões, respectivamente — valores bastante expressivos, especialmente se levarmos em consideração que, somados, alcançaram apenas US\$ 731 mil no primeiro trimestre de 2004. Borrachas e suas obras (US\$ 9,7 milhões) tive-

¹⁹ Em setembro de 2002, Brasil e Austrália e, mais tarde, Tailândia (março de 2003), pediram consultas para discutir o regime açucareiro do Bloco Europeu com as normas da OMC. Em julho de 2003, os três países solicitaram o estabelecimento de painel ao Órgão de Solução de Controvérsias da OMC. Foram questionados:

a) os subsídios à exportação somente podem ser concedidos se houver proposta de redução dos mesmos, conforme cronograma dispostos na Rodada Uruguai. (A UE ultrapassou os limites em euros e toneladas destes limites desde janeiro de 2001);
b) a ocorrência de subsídios indiretos à exportação de açúcar C e a não contabilização dos subsídios pagos para a exportação de açúcar ACP e da Índia.

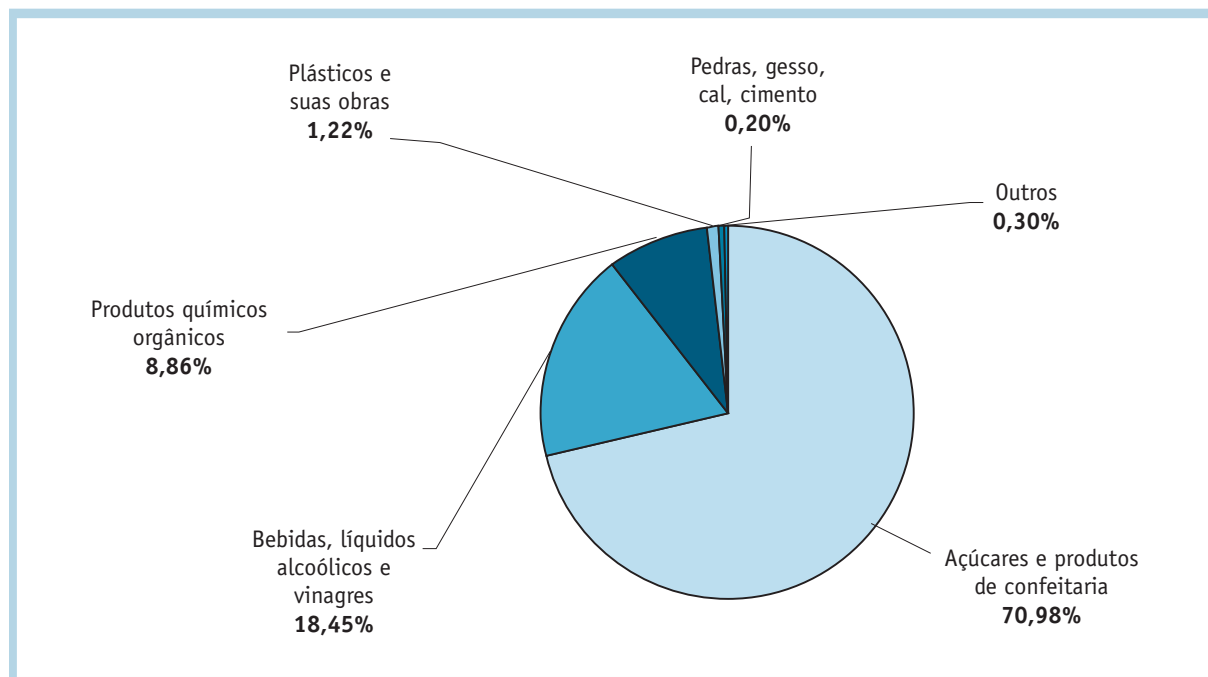


Gráfico 28 - Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do estado de Alagoas (jan.-mar./05)

FONTE: MDIC - SISCOMEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

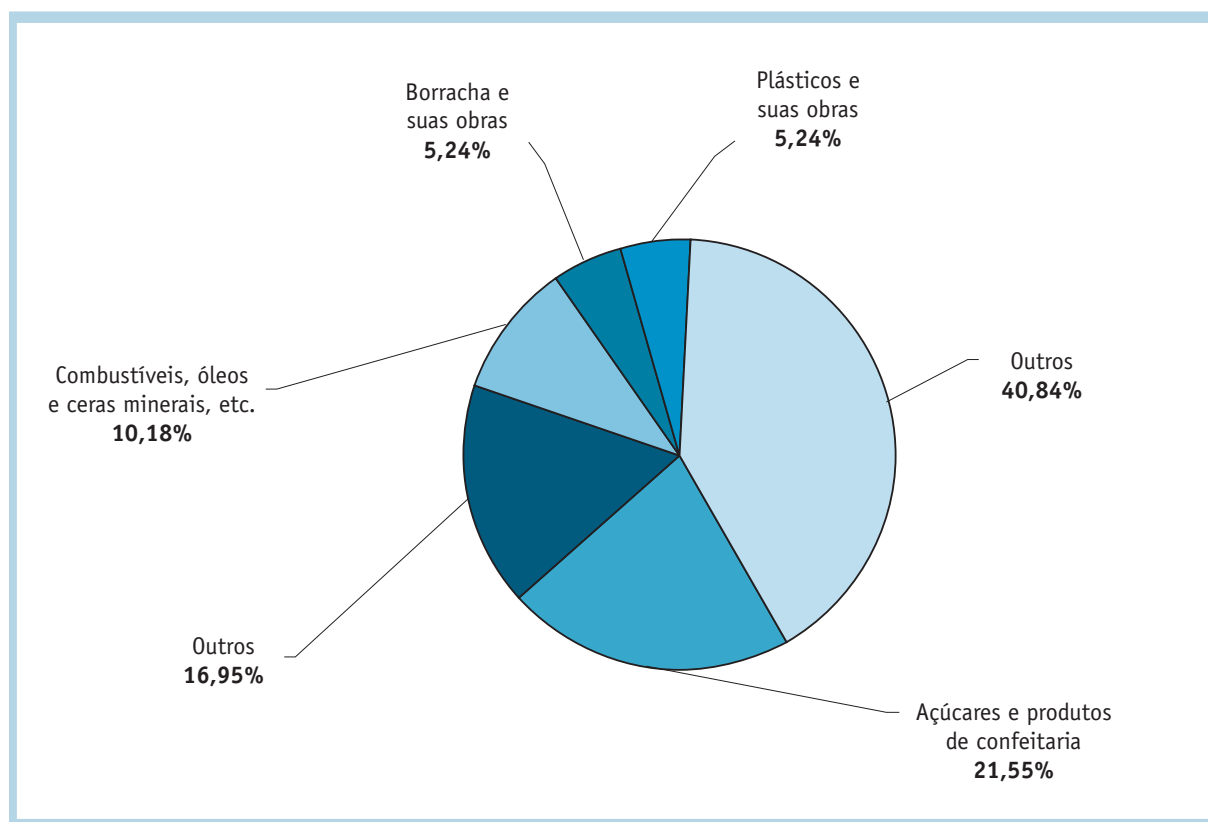


Gráfico 29 - Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do estado de Pernambuco (jan.-mar./05)

FONTE: MDIC - SISCOMEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

ram uma expansão de 232,3% e peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos (US\$ 9,4 milhões), evoluíram 18,4%.

O Rio Grande do Norte exportou US\$ 100,7 milhões entre janeiro e março de 2005. Frutas, cascas de cítricos e de melões (US\$ 39,9 milhões) apresentaram crescimento significativo de 57%. Os itens mais representativos do capítulo, melões frescos (US\$ 20,4 milhões), castanha de caju (US\$ 11,0 milhões) e bananas frescas ou secas (4,4 milhões), registraram expansão: 43,5%, 89,9% e 56,5%, respectivamente. Os melões e castanha de caju potigües já estão disponíveis no mercado europeu (Holanda, Reino Unido, Espanha, Alemanha, Itália, Suécia, Portugal, Noruega), na América do Norte (Estados Unidos, Canadá) e em países da América Latina (Uruguai e Venezuela) (Gráfico 30).

Peixes e crustáceos, moluscos, etc. somaram US\$ 20,7 milhões — redução de 11,40%, em

função do desempenho do produto camarão inteiro congelado, exceto *krill*. Combustíveis, óleos e ceras minerais, etc., com um único produto óleos brutos de petróleo (US\$ 17,0 milhões) apresentaram queda de 64%. Açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 5,4 milhões) tiveram seu valor aumentado em 69,8%.

A Paraíba (US\$ 55,6 milhões e expansão de 14,5%) teve como destaque em termos de crescimento (148,2%) o capítulo bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres, que totalizou US\$ 8,3 milhões, seguidos de outros artefatos têxteis confeccionados, etc. (US\$ 20,5 milhões e aumento de 10,5%) e calçados polainas e suas partes (US\$ 10,3 milhões e incremento de 3,1%) (Gráfico 31).

O Piauí foi o estado nordestino que apresentou a maior diminuição das exportações (49,2%) no primeiro trimestre de 2005. Os US\$ 9,6 milhões de reais concentraram-se nos capítulos de frutas, cascas de cítricos e melões — US\$ 2,7 milhões

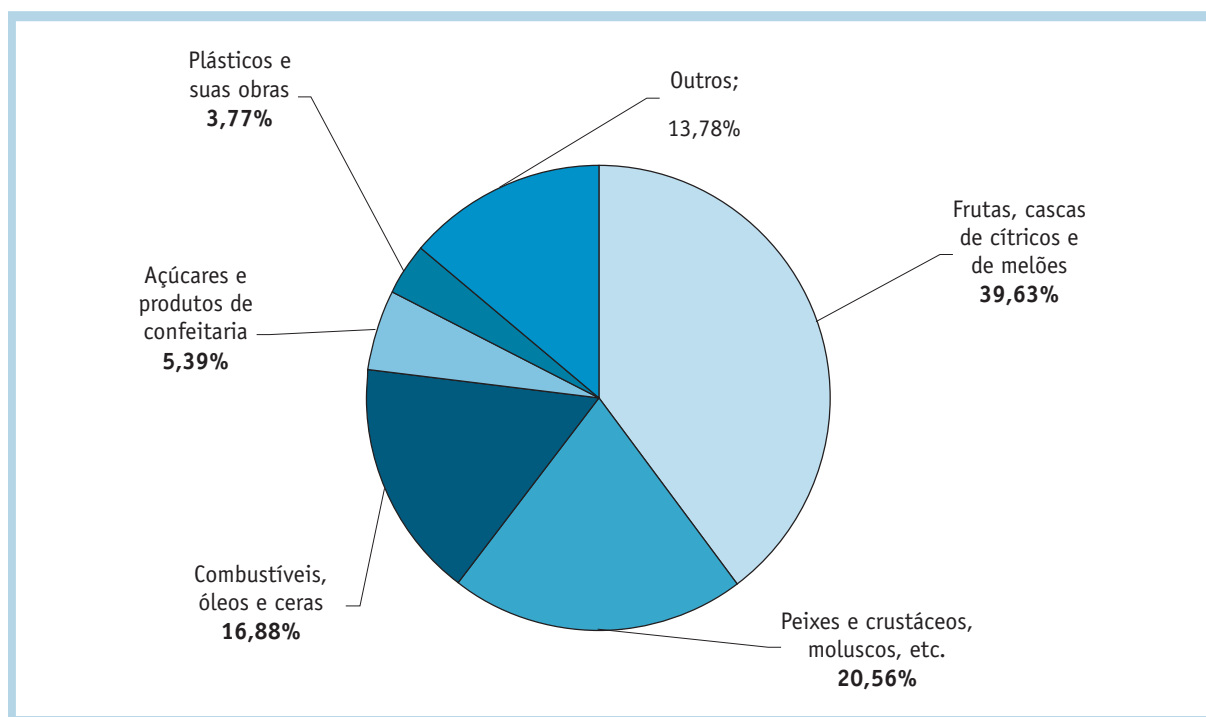


Gráfico 30 - Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do estado do Rio Grande do Norte (jan.-mar./05)

Fonte: MDIC - SISCOMEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

(sendo castanha de caju o maior destaque, US\$ 2,4 milhões) –, gorduras, óleos e ceras, animais e vegetais perfizeram US\$ 2,5 milhões; produtos químicos orgânicos, US\$ 1,1 milhão; pele e couros, US\$ 1,0 milhão; e peixes e crustáceos, moluscos, etc. , US\$ 700 mil (Gráfico 32).

Sergipe apresentou a segunda maior redução das exportações dentre os estados nordestinos, com decréscimo de 11,4%. Dos cinco capítulos de maior destaque na pauta, comparativamente aos três meses iniciais de 2004: apenas dois tiveram crescimento, o grupo de açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 3,0 milhões) e algodão (US\$ 1,5 milhão) (Gráfico 33).

No que concerne ao destino das exportações nordestinas, constata-se que Estados Unidos (23,39%), Argentina (10,1%), México (8,76%), Países Baixos (5,31%), Rússia (4,48%), Espanha (3,93%), Alemanha (3,12%), Itália (2,88%),

Bahamas (2,87%), China (2,85%) e Japão (2,24%) representam, conjuntamente, 69,93% das vendas internacionais do Nordeste.

Por bloco econômico, as exportações se distribuem conforme a tabela 34.

As perspectivas para as exportações nordestinas neste ano de 2005 deverão ser influenciadas pelo câmbio apreciado. As cotações da moeda americana descenderam a US\$ 2,52 ao final de abril de 2005.

Com relação às principais moedas²⁰, até fevereiro o real acumulava uma apreciação em doze meses de 5,9%, face o dólar; 3,4%, comparativamente ao iene; 5,3% em relação à Aladi.

Comparado a uma cesta ponderada pela participação média de cada país europeu na corrente de comércio do Brasil, até fevereiro o real não estava apreciado²¹.

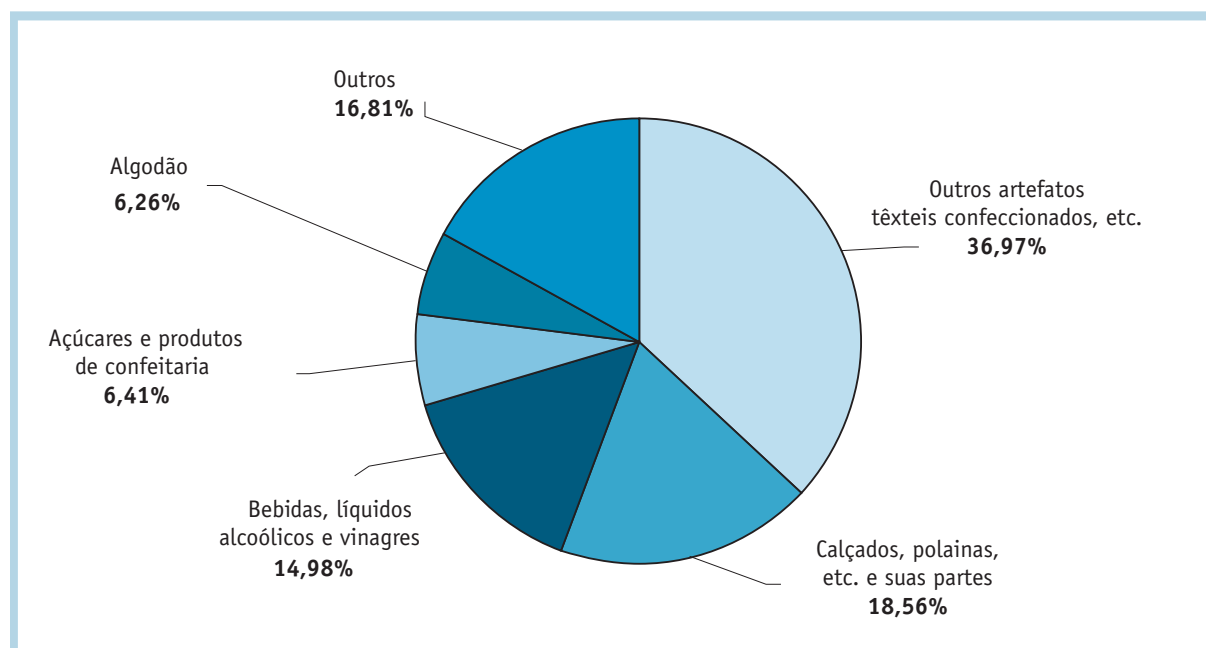


Gráfico 31 - Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do estado da Paraíba (jan.- mar./05)

Fonte: MDIC - SISCOMEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

²⁰ Estes dados estão disponíveis no BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA FUNCEX, ano IX, n. 3, Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, mar. 2005. Também é descrita no apêndice desta publicação a metodologia de cálculo da taxa de câmbio efetiva real.

²¹ A ponderação da cesta da Europa é: Alemanha (30,3), França (15,6), Itália (17,6), Holanda (14,6), Reino Unido (12,0) e Bélgica (9,8).

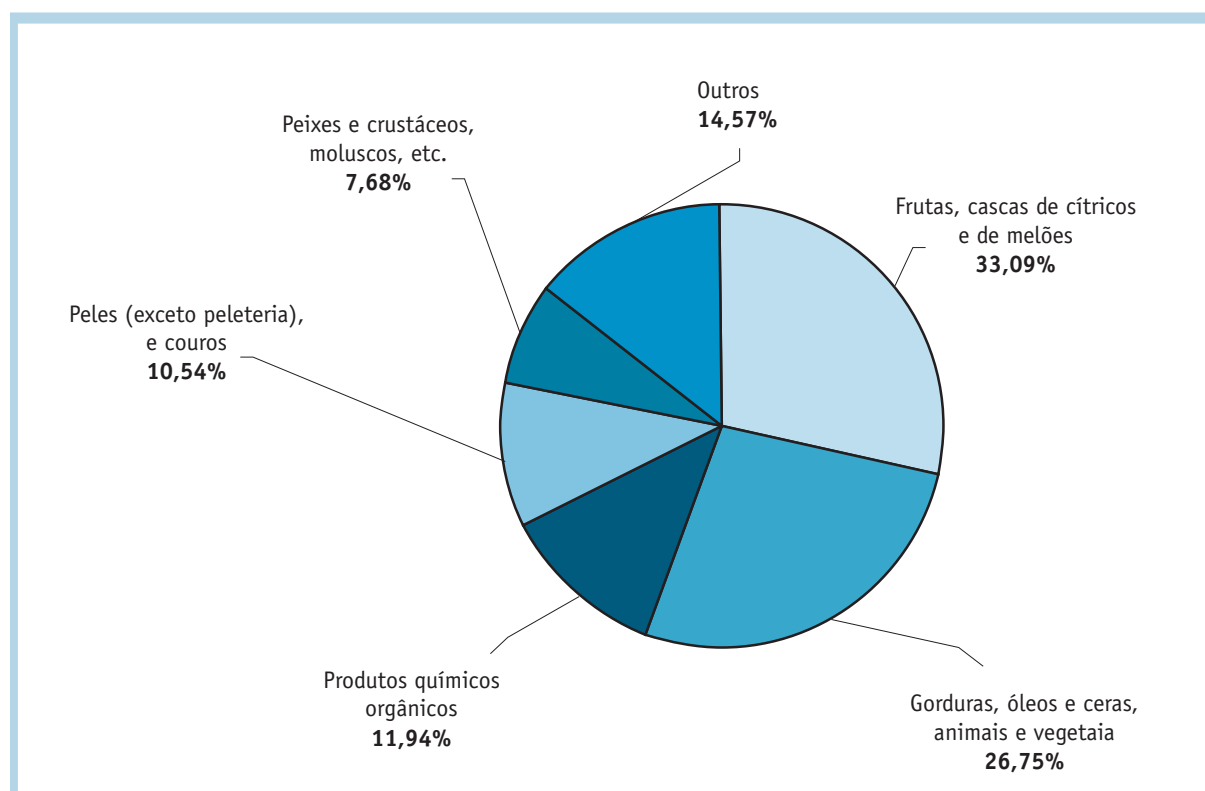


Gráfico 32 - Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do estado do Piauí (jan.-mar./05)

Fonte: MDIC - SISCOMEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

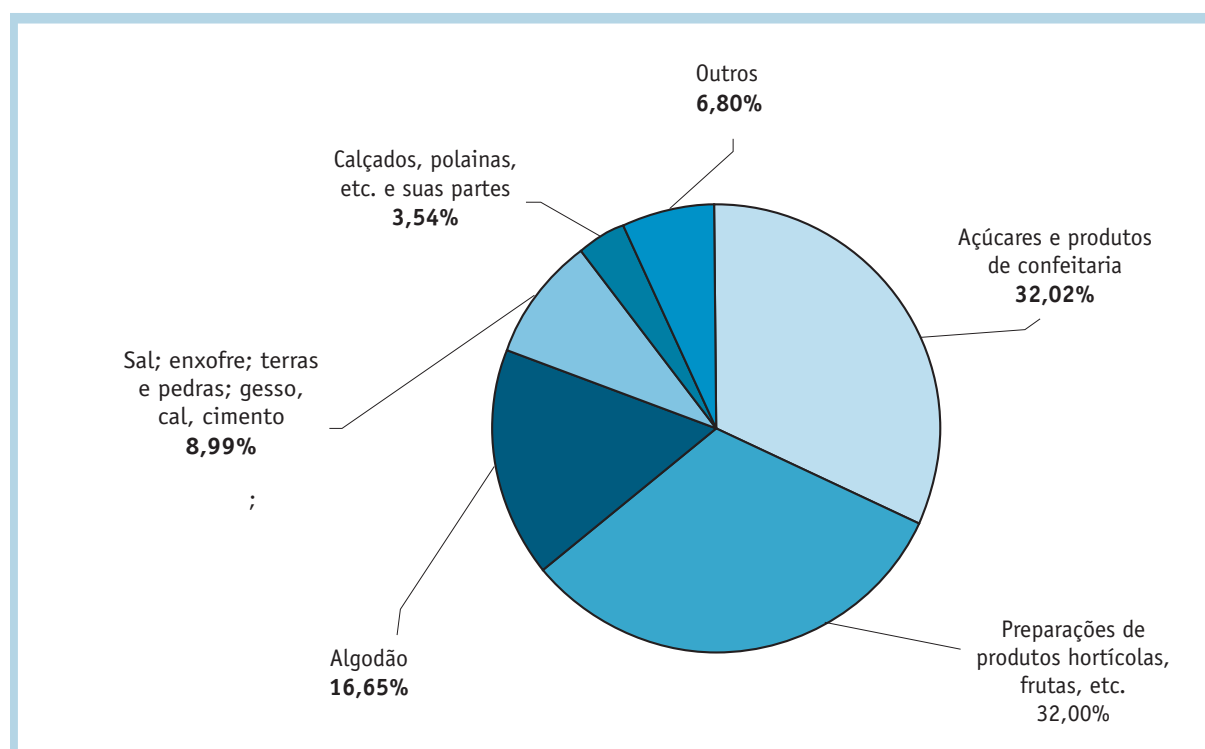


Gráfico 33 - Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do estado de Sergipe (jan.-mar./05)

Fonte: MDIC - SISCOMEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

O câmbio tem afetado as exportações diferenciadamente em cada setor. Os incrementos de produtividade da indústria descritos no tópico “Produtividade da Indústria Brasileira” têm compensado a apreciação cambial de alguns segmentos. E aqueles que apresentam maior diversidade de destino das exportações têm sofrido, em menor proporção, o impacto da apreciação.

Ao longo de 2004, alguns segmentos apresentaram crescimentos significativos dos preços e, conseqüentemente, dos índices de rentabilidade — caso de petróleo e carvão, siderurgia, refino de petróleo e petroquímicos, café e abate de animais. Estes não têm sofrido tanto com a apreciação cambial. Porém, setores mais concorrenciais como, o têxtil e o de calçados e couros, já vêem suas rentabilidades reduzidas.

No último trimestre de 2004, alguns segmentos já revelam declínio dos índices de rentabilidade acima 7,5% - agropecuária, extrativa mineral, minerais não-metálicos, veículos automotores, peças e outros veículos, celulose papel e gráfica, calçados, couros e peles, óleos

vegetais e outros produtos alimentares.²² Mantido este comportamento, as exportações podem não apresentar tão bom desempenho no segundo semestre de 2005.

Isso reforça a idéia de que a diversificação dos mercados compradores e o incremento da produtividade são instrumentos fundamentais para minimizar os riscos cambiais.

As importações nordestinas (US\$ 1,234 bilhão) distribuíram-se em bens de capital (US\$ 211,2 milhões), bens intermediários (US\$ 520,8 milhões), bens de consumo (US\$ 82,2 milhões) e combustíveis e lubrificantes (US\$ 420,6 milhões).

Houve expressivo crescimento do item combustíveis e lubrificantes (110,8%) em relação ao primeiro trimestre de 2004, e redução significativa dos bens de consumo intermediários (-17,2%). As compras de insumos industriais (US\$ 405,4 milhões), subitem dos bens de consumo intermediários, diminuíram 10,5%, enquanto o item bens de capital apresentou expansão de 19,1%.

Tabela 34 - Exportações nordestinas por bloco econômico

Principais Blocos Econômicos	Jan-Mar/2005		Jan-Mar/2004	
	US\$ FOB	Part%	US\$ FOB	Part%
Estados Unidos (Inclusive Porto Rico)	501.673.695	23.52	439.203.286	26.65
União Européia - UE	484.007.311	22.69	361.798.134	21.96
ALADI (Exclusive Mercosul)	288.859.091	13.54	173.380.874	10.52
Mercado Comum do Sul - MERCOSUL	228.665.206	10.72	174.206.730	10.57
Ásia (Exclusive Oriente Médio)	183.102.716	8.58	153.293.799	9,30
Demais Blocos	446.668.089	20.94	346.016.309	21,00

Fonte: MDIC - SECEX. Disponível em: <www.aliceweb.densenvolvimento.gov.br>. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

5.3 - Balanço de Pagamentos

Em março de 2005, o resultado global do balanço de pagamentos alcançou US\$ 3,576 bilhões, decorrentes de superávits tanto na con-

ta de transações correntes (US\$ 1,758 bilhão) como na conta capital e financeira (US\$ 1,561 bilhão).

²² Estes dados estão disponíveis no BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA FUNCEX, ano IX, n. 3, Rio de Janeiro- Rio de Janeiro, mar. 2005.

O comportamento da conta de transações correntes revela que o superávit decorre fundamentalmente do desempenho da balança comercial, cujas exportações vêm crescendo (16,7%) relativamente a uma base já alta (março/2004).

A conta de serviços e rendas, por sua vez, possui um déficit estrutural. Desde a data mais remota em que o Banco Central disponibiliza os dados de balanço de pagamentos (1947), o saldo de serviços e rendas é negativo.

Entre 1947 e 1970, a participação das rendas no total da conta é inferior a 50%. A partir da década de 1970, a participação torna-se crescente.

Na década de 1980, por ocasião da crise da dívida externa, a participação de rendas no total da conta rendas e serviços é, em média de 81,2%. Na década de 1990, constata-se que esta participação se reduz, inicialmente para 66,1% e, após 2000, para a média de 76,4% (Tabela 35).

O saldo negativo registrado em março (US\$ -1,929 bilhão) decorre de déficits tanto em serviços (US\$ -526 milhões) como em rendas (US\$ -1,403 bilhão).

A análise da conta de serviços revela que as despesas foram superiores às receitas em prati-

camente todos os itens: transportes (US\$ -111 milhões), seguros (US\$ -46 milhões), serviços financeiros (US\$ -50 milhões), computação e informações (US\$ -144 milhões), *royalties* e licenças (US\$ -91 milhões), aluguel de equipamentos (US\$ -350 milhões) e serviços governamentais (US\$ -59 milhões). Apenas viagens e outros serviços apresentaram saldos líquidos positivos, com resultado de US\$ 81 milhões e US\$ 245 milhões, respectivamente. Cumpre ressaltar que, a continuar a apreciação da moeda nacional, o saldo de viagens tende a se inverter.

A conta de rendas apresenta dois grandes itens: salários e ordenados e renda de investimentos. O primeiro apresentou superávit de US\$ 31 milhões, ao passo que o segundo teve um déficit decorrente de renda de investimento direto de US\$ -675 milhões; renda de investimento em carteira, US\$ -473 milhões; renda de outros investimentos, US\$ -288 milhões.

O subitem lucros e dividendos de investimento direto (US\$ -560 milhões), parte integrante do item renda de investimento direto, tem se mantido em patamares elevados nos últimos anos, conforme disposto na Tabela 36.

O ingresso de investimento estrangeiro (item da conta capital e financeira) na década de 1990

Tabela 35 - Brasil. Serviços e rendas no balanço de pagamentos brasileiro (US\$ Milhões)

Ano	Serviços	Rendas	Serviços e Rendas	Participação de Rendas No Total de Serviços e Rendas (em %)
1950	-209	-110	-319	34,5
1960	-304	-194	-498	39,0
1970	-473	-619	-1092	56,7
1980	-3039	-7020	-10059	69,8
1990	-3596	-11773	-15369	76,6
1995	-7483	-11058	-18541	59,6
2000	-7162	-17886	-25048	71,4
2001	-7759	-19743	-27503	71,8
2002	-4957	-18191	-23148	78,6
2003	-4931	-18552	-23483	79,0
2004	-4773	-20520	-25293	81,1

Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

Tabela 36 - Brasil. Lucros e dividendos de investimento direto (exclusive lucros reinvestidos) - US\$ Milhões

Ano	Lucros e Dividendos
1994	-1923
1995	-1818
1996	-1295
1997	-3845
1998	-4673
1999	-2832
2000	-2173
2001	-3438
2002	-4034
2003	-4076
2004	-4937

Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

explica o comportamento crescente da remessa de lucros e dividendos ao exterior. Tendo em vista que a participação de capital estrangeiro na indústria nacional se expandiu, inclusive com a compra de empresas estatais no processo de privatização, os patamares que ora se configuram dificilmente reduzir-se-ão.

A conta capital e financeira (US\$ 1,561 bilhão) decorreu dos saldos de investimentos diretos líquidos (US\$ 637 milhões), investimentos em carteira (US\$ 1,947 bilhão) e outros investimentos (US\$ -1,084 bilhão).

No acumulado de janeiro a março de 2005, o resultado global do balanço foi de US\$ 10,394 bilhões, 295,8% superior ao obtido no mesmo período de 2004. Houve crescimento tanto do saldo em transações correntes (65,6%) como da conta capital e financeira (438,0%). Numa análise mais desagregada, dentre as movimentações da conta capital e financeira, as que sofreram os aumentos mais expressivos, destacam-se os investimentos em carteira.

No primeiro trimestre, os investimentos em carteira acumularam US\$ 5,817 bilhões, valor 143,9% superior ao de mesmo período de 2004.

Esta expansão é explicada pelo incremento das aplicações de estrangeiros em títulos de renda fixa, cujo saldo atingiu, entre janeiro e março, 2005, US\$ 3,287 bilhões, representativos de um aumento de 101,6% das aplicações. Certamente, a contínua elevação da meta de taxa de juros Selic, desde 15 de setembro de 2004, e que em maio chegou a 19,75% ao ano, foi uma das causas do aumento do saldo em títulos de renda fixa.

A taxa de juros Selic e os saldos expressivos da balança comercial, por seu turno, têm contribuído para a apreciação do real e acúmulo de reservas. Desta maneira, nos três meses iniciais de 2005, o País acumulou US\$ 61,960 bilhões em reservas no conceito de liquidez internacional, valor equivalente, em média, a um ano de importação de bens (Tabela 37). ●

Tabela 37 - Brasil. Balanço de pagamentos (US\$ milhões)

Discriminação	2004*			2005*	
	Mar.	Jan/Mar	Ano	Mar.	Jan/Mar
	2.583	6.134	33.670	3.349	8.318
Serviços e Rendas	-2.112	-5.258	-25.293	-1.929	-6.476
Transferências Unilaterais Correntes (líquido)	277	750	3.268	338	852
Transações Correntes	748	1.626	11.645	1.758	2.693
Conta Capital e Financeira	-1.986	1.326	-7.362	1.561	7.135
Conta Capital ^{1/}	94	188	339	63	166
Conta Financeira	-2.080	1.138	-7.702	1.498	6.969
Investimento Direto (líquido)	474	2.387	8.695	637	2.561
Investimentos em Carteira	-1.261	2.385	-4.750	1.947	5.817
Erros e Omissões	-32	-325	-2.039	258	566
Resultado Global do Balanço	-1.270	2.626	2.244	3.576	10.394
Transações Correntes/PIB (%)	-	1,14	1,93	-	1,71
IED/PIB (%)	-	1,9	3,00	-	2,21
Amortizações de Médio e Longo Prazos	2.285	5.504	33.261	1.216	4.262
Pagas ²	2.257	5.177	31.772	1.214	4.214
Refinanciadas	-	-	-	-	-
Conversões ³	28	327	1.488	2	48

Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em: www.bcb.gov.br. (*) Dados Preliminares.

Notas: (1) Inclui transferências de patrimônio.

(2) Registra amortizações de crédito de fornecedores de médio e longo prazos, empréstimos de médio e longo prazos e papéis de médio e longo prazos colocados no exterior. Exclui amortizações de empréstimos tomados pelo Banco Central e de empréstimos intercompanhias.

(3) Registra conversões de crédito de fornecedores de médio e longo prazos, empréstimos de médio e longo prazos e papéis de médio e longo prazos colocados no exterior.

6 - FINANÇAS PÚBLICAS

Crescimento do PIB favorece receitas do governo

No primeiro bimestre de 2005, a receita total do governo federal atingiu o valor de R\$ 76,7 bilhões, correspondentes a 25,7% do Produto Interno Bruto. O valor representa incremento de 15,3% sobre os US\$ 66,4 bilhões verificados no mesmo período de 2003, quando alcançou 25,5% do PIB.

Somente as receitas do Tesouro Nacional alcançaram o valor de R\$ 61,0 bilhões nos dois primeiros meses do ano, enquanto que, no mesmo período de 2004, totalizaram 53,3 bilhões, acarretando um aumento de 14,4%. Essa expansão acompanhou o crescimento do PIB, man-

tendo a relação receitas do Tesouro/PIB estável, em torno de 20,0% (Gráfico 34).

Entretanto, vale salientar que a receita do tesouro em fevereiro apresentou uma queda de R\$ 5,5 bilhões em relação ao mês anterior. Foi determinante para essa redução o efeito sazonal das receitas verificadas em janeiro, em razão do pagamento da primeira cota ou cota única do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), relativo ao resultado apurado no último trimestre do ano passado; a arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)

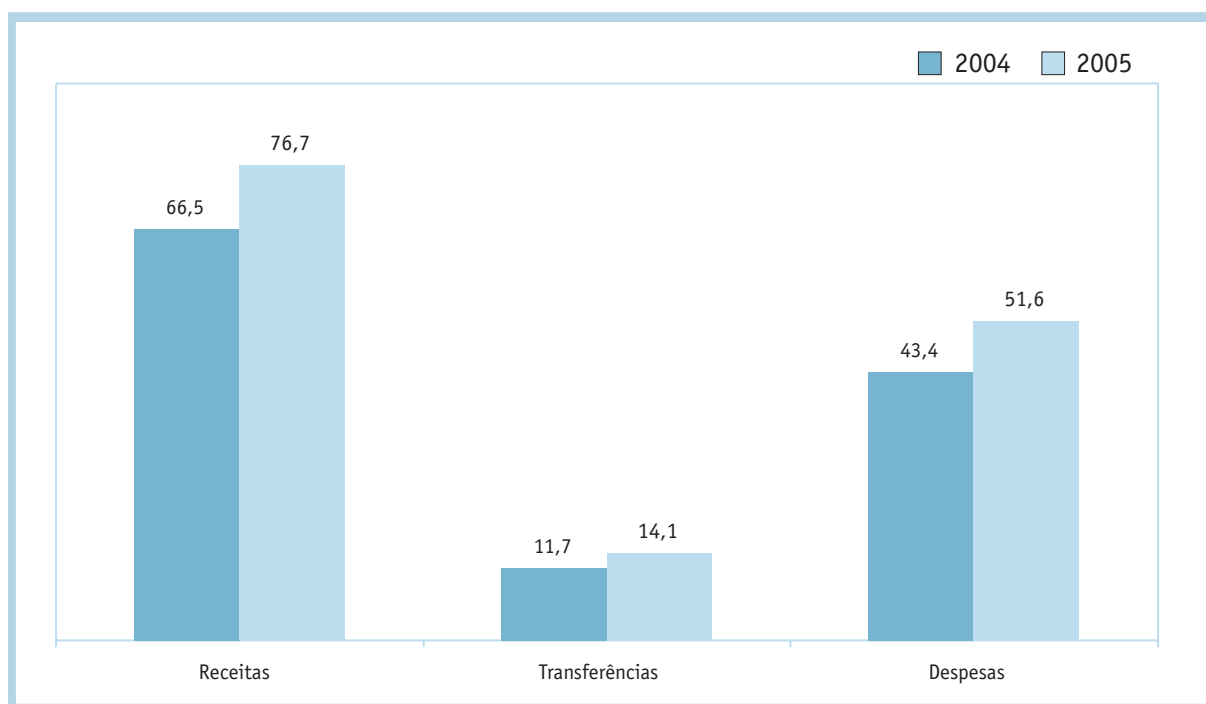


Gráfico 34 - Brasil. Resultado do governo central - jan.-fev./05 (R\$ Bilhões)

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br>

– rendimentos de capital provenientes de juros remuneratórios do capital próprio; arrecadação do IRPJ, da CSLL, da Cofins, do PIS/PASEP e IPI, resultante do bom desempenho das vendas no final de 2004.

Além disso, o menor número de dias úteis no mês de fevereiro em relação a janeiro, ao afetar a arrecadação de tributos cujo fator gerador da arrecadação cai no próprio mês de fevereiro, foi decisivo para essa diminuição da receita.

A despesa total registrou um incremento de 19,0% no primeiro bimestre, em comparação com o mesmo período de 2004, passando de R\$ 43,3 bilhões para R\$ 51,6 bilhões.

Já os gastos do Tesouro Nacional cresceram R\$ 4,6 bilhões (18,1%) em relação aos dois primeiros meses de 2004 – expansão que não alterou substancialmente a relação despesa do Tesouro/PIB, que alcançou 10,0% entre janeiro e fevereiro de 2005, ante 9,6% no mesmo período de 2004.

Desse total, observou-se uma expansão de R\$ 1,5 bilhão (10,8%) dos dispêndios com pessoal. Porém, em fevereiro, ocorreu uma diminuição de R\$ 800 milhões (10,8%) nos gastos com pessoal em relação ao mês anterior, explicado, entre outros fatores, pela concentração de pagamentos relativos ao adiantamento de 13º salário e férias dos servidores públicos.

Os dispêndios com custeio e capital somaram R\$ 3,0 bilhões, apresentando aumento de 27,2% no bimestre — reflexo da elevação dos benefícios assistenciais, com destaque para a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e a Renda Mensal Vitalícia (RMV) que registraram incremento de 19,6%, e dos subsídios e subvenções econômicas (123,7%)²³.

Em fevereiro, os gastos com custeio e capital, em relação a janeiro, passaram de R\$ 6,9 bilhões para R\$ 7,1 bilhões, com incremento de 4,3%. Merece destaque o crescimento dos subsídios e subvenções agrícolas, especialmente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Incentivo às Exportações (Proex) que receberam, respectivamente, R\$ 99,0 milhões e R\$ 221,7 milhões.

As transferências a estados e municípios tiveram um aumento de R\$ 2,3 bilhões (ou 20,4%), no período janeiro-fevereiro de 2005, em relação ao primeiro bimestre do ano anterior, com ênfase para os incrementos nas transferências dos fundos de participação (FPE e FPM).

Por outro lado, constatou-se uma queda dessas transferências no mês de fevereiro, em relação a janeiro, em função, principalmente, da redução das transferências dos fundos de participação, devido a fatores sazonais e do não repasse da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) em fevereiro, contrariamente ao mês anterior.

6.1 – Necessidades de Financiamento do Setor Público

Em fevereiro, o setor público não-financeiro registrou superávit primário de R\$ 4,0 bilhões. Os governos estaduais foram responsáveis por R\$ 2,4 bilhões do saldo positivo, ao passo que

o governo central contabilizou superávit de R\$ 2,1 bilhões. Por outro lado, as empresas estatais registraram déficit de R\$ 500 milhões.

²³ O item subsídios e subvenções econômicas inclui, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

No acumulado do ano, o superávit teve um acréscimo de R\$ 5,2 bilhões, passando de R\$ 10,2 bilhões (3,9% do PIB), em 2004, para R\$ 15,4 bilhões (5,2% do PIB), em 2005. Esse resultado decorreu, sobretudo, da diminuição de R\$ 4,0 bilhões no déficit das empresas estatais federais.

Nos últimos doze meses, o superávit primário alcançou R\$ 86,3 bilhões, ou 4,8% do PIB, confirmando a prática do Tesouro de continuar o esforço para atingir saldos entre receitas e despesas fiscais correntes elevados, apesar do governo não ter renovado o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Tal *performance* resultou não somente da retomada do crescimento econômico, que proporciona ao Tesouro um maior volume de recursos, mas também da elevação da carga tributária no ano de 2004. Entretanto, para 2005, o Banco Central estima em 4,25% o superávit primário em relação ao PIB (Gráfico 35).

Vale salientar que nos oito anos dos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, as receitas administradas pela Receita Fede-

ral cresceram, em média, um ponto percentual do PIB ao ano. Observou-se um recuo no primeiro ano do governo atual dessas receitas para 15,6% do PIB, voltando a crescer em 2004 para 16,2% do PIB (Gráfico 36).

O governo estuda para 2006 a criação de uma banda de superávit primário das contas consolidadas do setor público, com a introdução de um teto, além do piso de superávit já existente.

Com o estabelecimento de um teto, o governo pretende sinalizar o compromisso de não mais aumentar a carga tributária federal, definindo um limite máximo de 16% do PIB, e, simultaneamente, disponibilizar recursos para a realização de investimentos.

Em contrapartida, a criação do teto exigirá do governo um controle ainda mais rigoroso dos gastos federais, o que pode implicar a retenção de recursos para garantir o cumprimento do piso.

A manutenção de uma meta-piso visa ratificar o compromisso do governo com a austeridade fiscal, principalmente nesse momento de inexistência de metas a cumprir com o FMI.

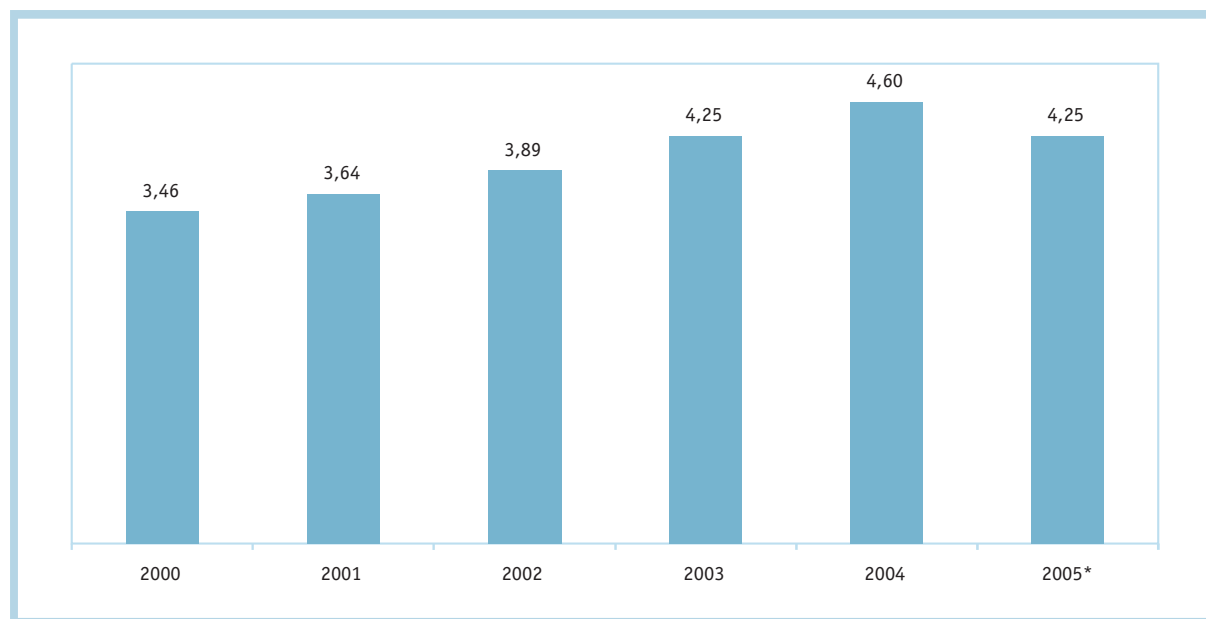


Gráfico 35 - Brasil. Resultado primário: superávit em relação ao PIB (em %)

Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em: <www.bcb.gov.br>.

Nota: * Estimativa do Banco Central.

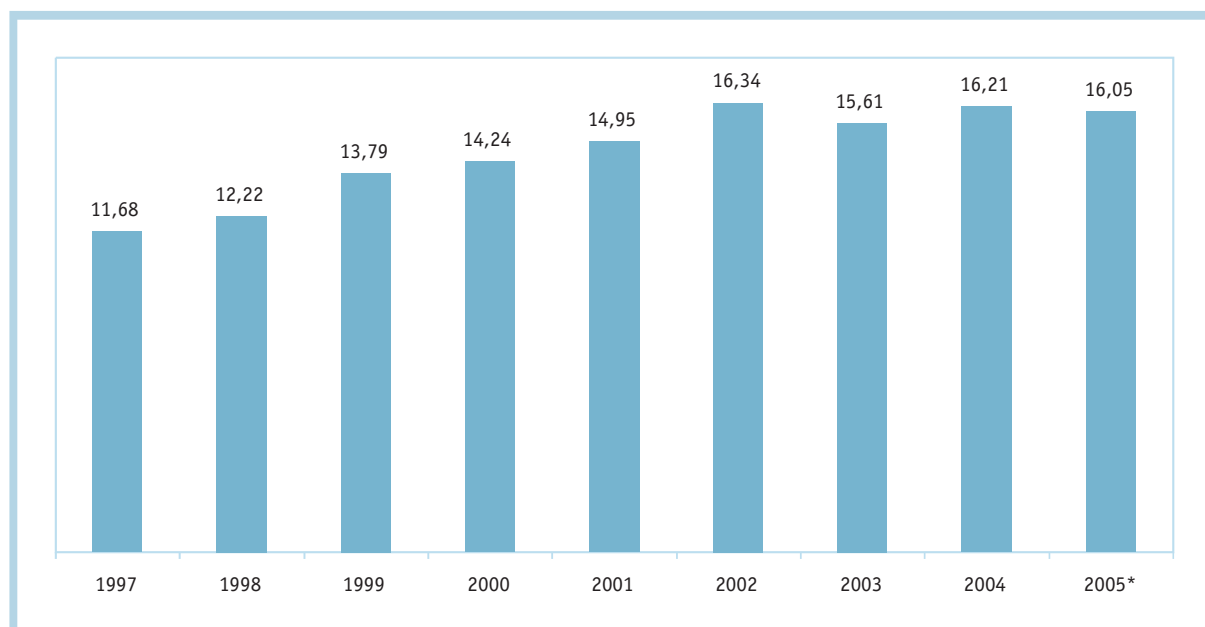


Gráfico 36 - Brasil. Carga tributária do governo central - em % do PIB

Fonte: BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria de Política Econômica e Ministério da Fazenda/ Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br>.

Nota: * Estimativa Ministério da Fazenda e Secretaria da Receita Federal.

Em fevereiro, as despesas com juros nominais, contabilizadas pelo critério de competência, atingiram R\$ 11,7 bilhões, cifra inferior à realizada em janeiro (R\$ 12,3 bilhões). No acumulado do ano, as despesas com juros totalizaram R\$ 24,0 bilhões, ultrapassando em R\$ 2,9 bilhões o valor obtido em igual período do ano anterior (R\$ 21,1 bilhões).

Apesar do crescimento das despesas de juros, a manutenção de elevados superávits primários permitiu um recuo importante do déficit nominal acumulado no primeiro bimestre de 2005, em comparação a igual período de 2004. Na prática, houve retração de R\$ 10,9 bilhões, para R\$ 8,6 bilhões — ou decréscimo de 4,2% para 2,9%, em relação ao PIB.

6.2 - Dívida Mobiliária Federal do Setor Público

Com o crescimento da Dívida Mobiliária Federal Interna (DMFI) do setor público em fevereiro (R\$ 845,4 bilhões), comparativamente a janeiro (826,7 bilhões), a relação dívida líquida do setor público/PIB aumentou de 44,6% para 45,1%. Entretanto, o montante passou a ficar menos vulnerável ao impacto das variações na taxa Selic.

De fato, os papéis com remunerações flutuantes atrelados à Selic registraram uma pequena redução, passando de 59,4% em janeiro para 57,6% em março (Tabela 38).

O percentual da dívida atrelada ao câmbio decresceu de 4,5%, em janeiro, para 4,2% em março. A realização pelo Banco Central de dois leilões de contratos de *swap*, nos quais assumiu posição ativa em câmbio, foi determinante para a diminuição na exposição cambial em R\$ 7,8 bilhões (Tabela 39).

Outra evidência de significativa mudança no perfil da dívida mobiliária federal está relacionada ao incremento consistente da participação relativa dos títulos com cláusulas de juros pré-

fixados, que subiram de 18,7%, em janeiro, para 21,5% em março, atenuando a fragilidade financeira do governo.

Finalmente, é importante destacar que o prazo médio das emissões em ofertas públicas aumen-

tou para 27,1 meses em março, frente a 23,8 meses, em janeiro, em função, sobretudo, do alongamento do prazo médio dos títulos vinculados à Selic. ●

Tabela 38 - Brasil. Composição da DPMFI em poder do público por tipo de rentabilidade (em %)

Mês	Prefixada	Taxa Selic	Índices de Preços	Câmbio	TR	Total
Abr/04	15,79	59,67	13,90	8,86	1,76	100,00
Mai/04	16,37	57,89	14,65	9,27	1,82	100,00
Jun/04	16,82	57,52	14,94	8,89	1,82	100,00
Jul/04	15,13	59,57	15,12	8,32	1,86	100,00
Ago/04	16,66	58,49	15,36	7,59	1,90	100,00
Set/04	17,46	58,28	15,32	7,04	1,90	100,00
Out/04	17,41	59,01	15,29	6,37	1,91	100,00
Nov/04	18,71	58,36	15,26	5,80	1,86	100,00
Dez/04	20,09	57,14	14,90	5,15	2,72	100,00
Jan/05	18,71	59,46	14,56	4,58	2,69	100,00
Fev/05	20,43	58,36	14,30	4,26	2,64	100,00
Mar/05	21,52	57,69	13,99	4,23	2,57	100,00

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil. Disponível em: <www.bcb.gov.br>

Tabela 39 - Brasil. Exposição cambial - DPMFI e operações de SWAP do Banco Central

Mês	DPMFI	SWAP	Total em R\$Bilhões
Mai/04	69,36	54,73	124,09
Jun/04	67,37	52,32	119,69
Jul/04	63,14	44,01	107,15
Ago/04	57,84	42,34	100,18
Set/04	54,27	40,75	95,03
Out/04	49,48	37,79	87,26
Nov/04	45,54	35,67	81,21
Dez/04	41,74	38,31	80,05
Jan/05	37,83	28,59	66,42
Fev/05	35,98	14,92	50,90
Mar/05	36,94	6,12	43,12

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil. Disponível em: <www.bcb.gov.br>

